



Relatório de Atividades 2016

● ● ● **Secretaria do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável**

Apresentação

O presente Relatório Anual apresenta as ações governamentais na área ambiental relativas ao ano de 2016, com acúmulo de súmula histórica da Gestão 2013-2016, a cargo da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS).

Verificamos neste período de 4 anos a concretização de ações estruturantes, decorrentes de investimentos na Pasta Ambiental¹, com vistas à elaboração de planos, programas, projetos e ações que visam ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida dos campineiros.

Atender às premissas de transparência pública disponibilizando informações à sociedade é importante e objetiva fomentar o conhecimento, bem como a participação e prática de cidadania em ações de estruturação ambiental da cidade, espalhando boas práticas nas relações domésticas, laborais e culturais.

Em 2013, finalizamos com sucesso o **Plano de Saneamento Básico**, que trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água e drenagem. Nesse item, fomos avaliados pelo Instituto Trata Brasil, que concluiu que apenas 12 cidades brasileiras, incluindo Campinas, atendem integralmente o marco regulatório do saneamento básico (Lei Federal nº 11.445/2007)².

No decorrer dos últimos anos, fomentamos o **Controle Ambiental**, com ênfase no licenciamento e fiscalização³, com ampliação das tipologias a serem licenciadas em nível local⁴, reformulação da legislação⁵, inclusive com a elaboração de Termos de Referência e Manuais para melhor compreensão do usuário, consistindo-se em sólido processo de informatização, com a implantação e publicidade do licenciamento ambiental 100% digital (Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* – LAO)⁶.

Em 2014, demos outros passos decisivos na área de **Planejamento Ambiental**, com o delineamento de três Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente: de Recursos Hídricos,

¹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21849>.

² Ver matérias: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-05-05/apenas-12-cidades-cumprem-integralmente-planos-de-saneamento-basico-no-brasil.html>, e <http://pezco.com.br/instituto-trata-brasil-estudo-sobre-planos-municipais-de-saneamento-basico-nas-100-maiores-cidades/>.

³ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21993>.

⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23599>.

⁵ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22059>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22322>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23198> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>.

⁶ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22081>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24195> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24347>.

do Verde e Educação Ambiental que, além de trazer bases estruturantes para o meio ambiente, tais planos municipais se projetarão na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão do Plano Diretor do Município, Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Em 2015, a tônica foi ampliar o acesso do LAO a todos os conselheiros do COMDEMA e CONGEAPA (via intranet e internet)⁷, estabelecer normas de fomento à sustentabilidade (Selo S), por meio de Termos de Referências específicos⁸, implementar e estabelecer normas sobre o licenciamento ambiental de regularização fundiária de núcleos habitacionais de interesse social⁹ e estruturar a **Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)**.

Na **Educação Ambiental**, continuamos a ampliar e diversificar as ações por meio da SEMEIA, com diversos eventos por toda a cidade, bem como através dos programas específicos da Estação Ambiental de Joaquim Egídio, escolas e espaços de convivência e lazer.

Com a criação do **Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal**, várias ações de gestão foram concretizadas: o Portal Animal¹⁰, castração por intermédio de unidade móvel, microchipagem de animais¹¹, cadastramento da população de cães e gatos do município (por meio da utilização de software criado pelo município)¹², programa de ressocialização de cães agressivos, programa de prevenção ao abandono de animais em comunidades que irão se mudar (parceria com a SEHAB), melhoria nas feiras de adoção de animais (espaço e frequência), além de melhorias físicas do espaço que acolhem os animais abandonados para futuros processos de adoção.

Ainda, regras para os **plantios compensatórios**¹³ foram definidas, contribuindo, por meio de compensações ambientais, para o aumento e qualificação de áreas verdes e de lazer na cidade. São alguns exemplos: na APA Campinas, deu-se a reurbanização da Praça Jardim Conceição¹⁴, na Praça Pública do Loteamento San Conrado, no plantio de 18.022 árvores no bairro Gargantilha e 4.730

⁷ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24435>.

⁸ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>.

⁹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22546>.

¹⁰ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24017>.

¹¹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26216>.

¹² Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27346> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26805>.

¹³ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24491> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24304>.

¹⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28710>.

árvores na Fazenda São Vicente¹⁵, na calçada e na praça próxima ao Fórum da Vila Mimosa¹⁶. Nos plantios mais recentes, os indivíduos arbóreos são identificados digitalmente com *QR Code*¹⁷.

Incentivamos o **Programa de Mobilidade Urbana Sustentável** da EMDEC, implantando ciclovias nas Avenidas Norte Sul e Baden Powell¹⁸.

Além disto, a **Gestão Participativa** foi fortalecida por meio dos Conselhos Municipais, com as novas gestões do CONGEAPA¹⁹ e do Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Campinas – ARES-PCJ, bem como a definição de regras objetivas para o funcionamento do Conselho Diretor do Fundo PROAMB.

Na crise hídrica desde 2014, em todo o Estado de São Paulo, trabalhamos ativamente representando o Prefeito em atividades do Consórcio e Comitês PCJ e junto com a SANASA²⁰ no enfrentamento e busca de soluções a curto, médio e longo prazo, com destaque às ações sob a Coordenação da SVDS: elaboração do **Plano Municipal dos Recursos Hídricos**; implementação do **Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares** (em curso); estabelecimento de **Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais** (lei aprovada e Conselho ativado); regulamentação pioneira no âmbito municipal para utilização de água de reúso²¹; convênio de cooperação interinstitucional entre a SANASA e a SVDS na implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas públicas municipais de recursos hídricos; licenciamento e controle ambiental de obras de saneamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente.

Quanto às **áreas contaminadas**, problema histórico de Campinas, promovemos a interface com a comunidade, órgãos e técnicos especializados, monitorando e implantando ações efetivas, a exemplo do caso Mansões Santo Antônio²², em que foi iniciado processo de extração de gases, estudos de revisão das áreas de influência e de equacionamento ambiental, com medidas

¹⁵ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24396>.

¹⁶ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22203> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23396>.

¹⁷ O Código *Quick Response* consiste em barras bidimensionais, que permite ao usuário, por meio da maioria dos telefones celulares equipados com câmera, converter seu conteúdo em texto. No caso, os códigos apresentam ao usuário informação sobre a espécie arbórea observada.

¹⁸ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21918>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25333> e <http://www.destakjornal.com.br/noticias/campinas/ciclovias-baden-powell-e-inaugurada-303282/>.

¹⁹ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21841>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22021>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22139> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24313>.

²⁰ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22157>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23411>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24270> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25070>.

²¹ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24042> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23643>.

²² Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22802> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23466>.

orientadas tanto por Grupo de Trabalho Específico²³, quanto pela Agência Ambiental Estadual – CETESB²⁴.

Várias **importantes legislações ambientais** foram aprovadas ao longo dos últimos anos, com o apoio do COMDEMA e da Câmara Municipal, nas quais se destacam: a Lei nº 14.949, de 18 de dezembro de 2014 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de madeira legal nas obras de construção civil, reforma ou modificação) e a Lei nº 14.961, de 16 de janeiro de 2015 (que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental), a Lei 15.046, de 23 de julho de 2015 (que versa sobre o Pagamento por Serviços Ambientais), a Lei Complementar nº 120, de 10 de dezembro de 2015 (que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social com intervenção em Área de Preservação Permanente) e a Lei Complementar nº 136, de 29 de dezembro de 2015 (que reformula a cobrança de taxa nos processos de licenciamento ambiental)²⁵.

Em 2016, a elaboração da **Lei da Política Municipal de Meio Ambiente** foi fundamental para consolidar a forma de formação da política, seus objetivos e princípios, bem como as ferramentas de gestão ambiental, a finalização do **Plano Municipal de Educação Ambiental**²⁶ e a continuidade de elaboração do **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da RMC**.

Nesse caminho, Campinas é atualmente reconhecida pelo Governo do Estado como uma das cidades que mais avançou no **Programa Município VerdeAzul**²⁷. Após os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, a SVDS continua trabalhando, em conjunto com outros órgãos da administração, para manter o patamar acima de 90 pontos no ranking do programa, propondo ações e documentos normativos que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Em 2016 também fomos auditados pelo Tribunal de Contas do Estado, que conferiu nota máxima “A” (Altamente Efetiva), nas áreas de Cidades Protegidas e Meio ambiente, no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) 2015.²⁸

Com a pujante estrutura e ações ambientais de cunho local, veiculadas por Campinas em âmbito estadual e nacional, protagonizamos vários debates e ações na **Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA)**, oportunidade em que assumimos em 2014 a sua vice-

²³ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22229>.

²⁴ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23949>.

²⁵ Ver matérias: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24201>, <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24619> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27532>.

²⁶ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=30680>

²⁷ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25538> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=30872>.

²⁸ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=30841>

presidência estadual²⁹, posteriormente a sua presidência estadual³⁰ e, em 2015, a presidência nacional³¹, o que projetou Campinas na liderança das discussões ambientais locais, regionais, nacionais e internacionais, facilitando diálogos diversos com setores e órgãos públicos, universidades, entidades de pesquisa e fomento, bem como com entidades do terceiro setor de importante representação (Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional d Meio Ambiente, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA, Frente Nacional de Prefeitos - FNP, entre outros).

O constante incentivo institucional em respeitar a variável ambiental incluída nas mais diversas decisões e ações de governo, o capital humano especializado que a SVDS pôde angariar nos últimos anos, fortalecida na atual gestão a contribuição de outros órgãos municipais (com destaque a Educação, Serviços Públicos, Jurídico, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, SANASA, IMA, Saúde, Relações Institucionais, Comunicação, Fundação José Pedro de Oliveira, Secretaria de Urbanismo e Orçamento Participativo³²), universidades (principalmente PUCC e UNICAMP), entidades do terceiro setor (a exemplo da Fundação SOS Mata Atlântica), bem como o acompanhamento dos Conselhos Municipais e apoio da sociedade, puderam elevar o trabalho técnico em um ambiente transversal e coletivo, de modo a potencializar o caminho árduo e contínuo para uma Campinas mais sustentável.

Contamos e agradecemos o apoio de todos, cidadãos que nos procuraram pessoalmente, agentes públicos, entidades e conselheiros pelas contribuições diariamente recebidas.

Rogério Menezes
Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

²⁹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23284>.

³⁰ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25223>.

³¹ Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27349>.

³² Ver matéria: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>.

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 1 |
| Quadro Resumo | 11 |
| Do fortalecimento da estrutura administrativa..... | 11 |
| Meio Ambiente como tema transversal..... | 11 |
| Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais..... | 12 |
| Licenciamento Ambiental eficiente e informatizado | 12 |
| Apostando no planejamento da Cidade..... | 13 |
| Educação para a sustentabilidade | 13 |
| O desafio de ampliar as áreas verdes..... | 14 |
| Plano Municipal da Mata Atlântica | 14 |
| Fortalecimento e tecnologia aplicada à fiscalização | 15 |
| Mansões Santo Antônio - Solução a caminho..... | 15 |
| Conselhos com autonomia | 16 |
| Censo da Economia Verde..... | 16 |
| PMC Solar | 17 |
| Município VerdeAzul | 17 |
| Cuidando e protegendo os animais | 18 |
| Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da RMC | 18 |
| Evolução da Gestão Ambiental..... | 19 |
| Equipe | 26 |
| 1. GABINETE DO SECRETÁRIO | 35 |
| 1.1. Supervisão Departamental – SD | 35 |
| 1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS | 36 |
| 1.1.2. Juntas Administrativas | 40 |

| | |
|--|-----|
| 1.2. Assessoria de Gabinete - AG | 41 |
| 1.2.1. Parcerias | 42 |
| 1.2.1.3. <i>Ações Conjuntas com as Universidades</i> | 45 |
| 1.2.1.4. <i>Casa da Sustentabilidade</i> | 53 |
| 1.2.2. Investindo em Ciclovias..... | 56 |
| 1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente | 58 |
| 1.2.4. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público | 62 |
| 1.2.5. Atividades Ordinárias do Gabinete..... | 65 |
| 1.2.6. Representações | 66 |
| 1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas | 69 |
| 1.2.8. Pacote da Crise Hídrica | 73 |
| 1.2.9. Programa de Capacitação Continuada..... | 76 |
| 1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESCFCM | 77 |
| 1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA)..... | 78 |
| 1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA) | 82 |
| 1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas | 84 |
| 1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) | 88 |
| 1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF) | 93 |
| 1.4. Coordenadoria Setorial Financeira – CF | 93 |
| 1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE..... | 94 |
| 1.6. Normativas | 95 |
| 1.7. Relatório ANAMMA | 98 |
| 1.8. Eventos..... | 104 |
| 1.8.1. VIII Encontro Estadual do Programa Município VerdeAzul (PMVA) | 104 |
| 1.8.2. Cidades Sustentáveis e Mobilidade | 105 |
| 1.9. Política Municipal de Meio Ambiente..... | 110 |
| 2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA | 112 |

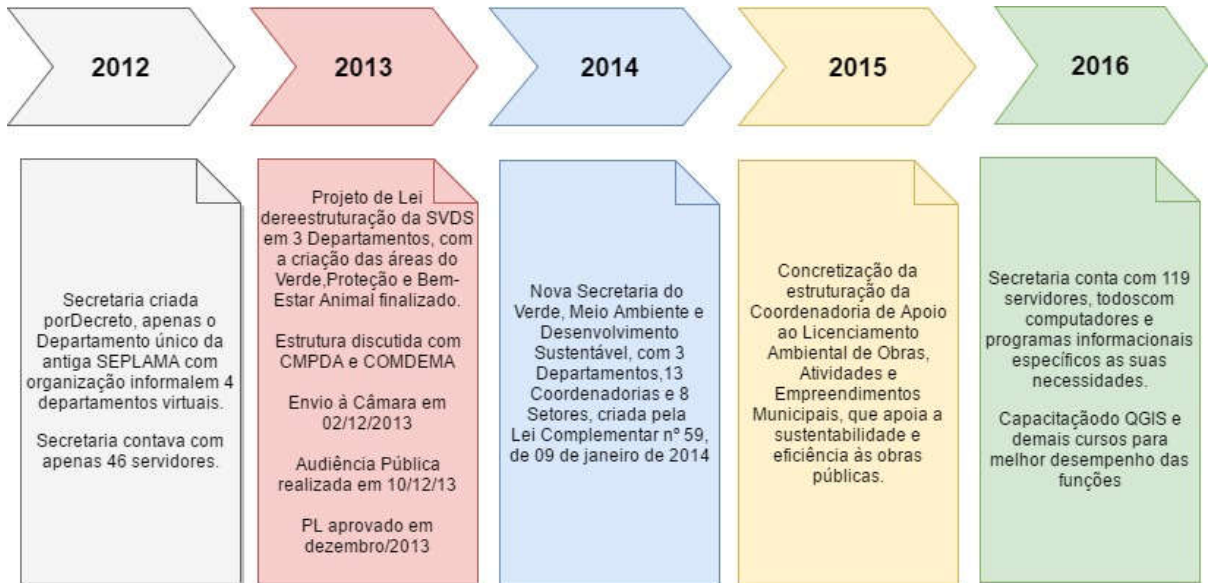
| | |
|---|-----|
| 2.1. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental | 113 |
| 2.1.1. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG (Anexo III-SG) | 113 |
| 2.1.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS) | 114 |
| 2.1.3. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA) | 116 |
| 2.2. Licenciamento Ambiental OnLine – L.A.O..... | 122 |
| 2.2.1. Produtividade Geral do DLA..... | 123 |
| 2.2.2. Destaques no Licenciamento Ambiental de 2016..... | 126 |
| 2.3. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA | 127 |
| 2.3.1. COMDEMA e CONGEAPA..... | 127 |
| 3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DVDS..... | 130 |
| 3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA | 130 |
| 3.1.1. Setor de Planos e Políticas Públicas - SPP | 131 |
| 3.1.2. Diretrizes Ambientais | 141 |
| 3.1.3. Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA) | 143 |
| 3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - C-TelA | 148 |
| 3.2.1. Apoio a Áreas e Produtos da DVDS | 148 |
| 3.2.2. Produtos da C-TelA..... | 154 |
| 3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA..... | 156 |
| 3.3.1. Plano Municipal de Educação Ambiental | 157 |
| 3.3.2. Semana de Meio Ambiente (SEMEIA) - 2016..... | 159 |
| 3.3.3. Programa de Conscientização Ambiental | 169 |
| 3.3.4. Programa e Educomunicação Ambiental | 170 |
| 3.3.5. A Estação Ambiental de Joaquim Egídio..... | 171 |
| 3.3.6. Educação Ambiental com Guardiões da Natureza..... | 174 |
| 3.3.7. Do Café às Estrelas | 175 |
| 3.3.8. Campinas Contra a Dengue | 176 |

| | |
|--|-----|
| 3.3.9. Agricultura Urbana | 177 |
| 3.3.10. Plantio de Árvores e Requalificação Arbórea | 178 |
| 3.3.11. Programa de Coleta de Resíduos (bitucas) de cigarro em Campinas | 180 |
| 3.3.12. Palestras, Workshop e Oficinas de Educação Ambiental..... | 181 |
| 3.3.13. Capacitação das PICs (Práticas Integrativas e Complementares) sobre Fitoterapia para servidores da rede municipal | 185 |
| 3.3.14. Projeto na Cidade dos Meninos | 186 |
| 3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV | 187 |
| 3.4.1. Banco de Áreas Verdes (BAV)..... | 187 |
| 3.4.2. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID) | 196 |
| 3.4.3. Unidades de Conservação - UC..... | 197 |
| 3.4.4. Plano Municipal do Verde (PMV)..... | 201 |
| 3.5. Censo Economia Verde | 205 |
| 4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA | 206 |
| 4.1. Área de Planejamento | 213 |
| 4.1.1. Projeto de vacinação com vacina polivalente (cinomose, hepatite, leptospirose, parvovirose, coronavirose) dos cães que passarem pelo procedimento de castração e aqueles doados pelo DPBEA ou sobre a guarda deste..... | 214 |
| 4.1.2. Contratação de serviço de radiologia e ultrassonografia para cães e gatos. | 214 |
| 4.1.3. Serviço de remoção e atendimento médico veterinário de urgência (SAMU animal).... | 214 |
| 4.1.4. Aquisição de um analisador hematológico e de um bioquímico e seus respectivos reagentes..... | 215 |
| 4.1.5. Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014). | 215 |
| 4.1.6. Projeto de contratação de caminhão com motorista e ajudantes para captura de Grandes Animais no município. | 215 |
| 4.1.7. Contratação de serviço de cirurgia de tecidos moles e duros (ortopédicas). | 216 |
| 4.1.8. Elaboração de um sistema de informação informatizado de levantamento da população de animais selvagens do município e dos microrganismos associados a esta (PROAMB 2015).... | 216 |

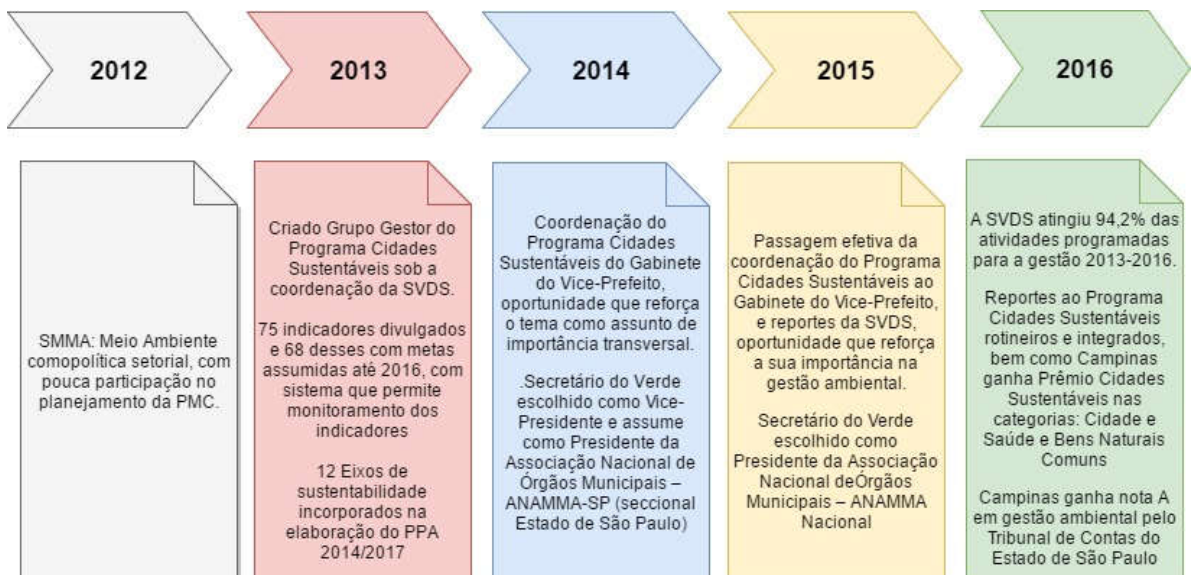
| | |
|--|-----|
| 4.1.9. Elaboração de Projeto Executivo para construção do Centro de Recuperação e Soltura de Animais Selvagens (CRAS) de Campinas (PROAMB 2015). | 216 |
| 4.1.10. Projeto de produção e apresentação de peças teatrais previamente aos procedimentos de castração cirúrgica. | 216 |
| 4.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS. | 217 |
| 4.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública. | 217 |
| 4.4. Área Fim – Atividades DPBEA..... | 217 |
| 5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL..... | 218 |
| 5.1. Fiscalização Corretiva | 218 |
| 5.2. Vistorias..... | 219 |
| 5.2.2. Autos de Infração..... | 221 |
| 5.2.3. COLAB | 224 |
| 5.3. Fiscalização Preventiva | 224 |
| 5.3.1. Operação Verão | 225 |
| 5.3.2. Operação Estiagem..... | 226 |
| 5.3.3. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas | 226 |
| 5.3.4. Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: “Sala de Situação da Dengue” | 227 |
| 5.3.5. Ações de Prevenção: Rotineira, prospectiva, intervenção sobre o risco não existente. . | 227 |
| 5.3.6. Resposta: Intervenção sobre o risco existente. | 228 |
| 5.3.7. Atividades Licenciáveis – Resolução Normativa do CONSEMA 01/14 | 228 |
| 5.4. Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de Água de Reúso | 229 |
| 5.5. Outras participações..... | 231 |
| Conclusão..... | 232 |
| Glossário | 234 |

Quadro Resumo

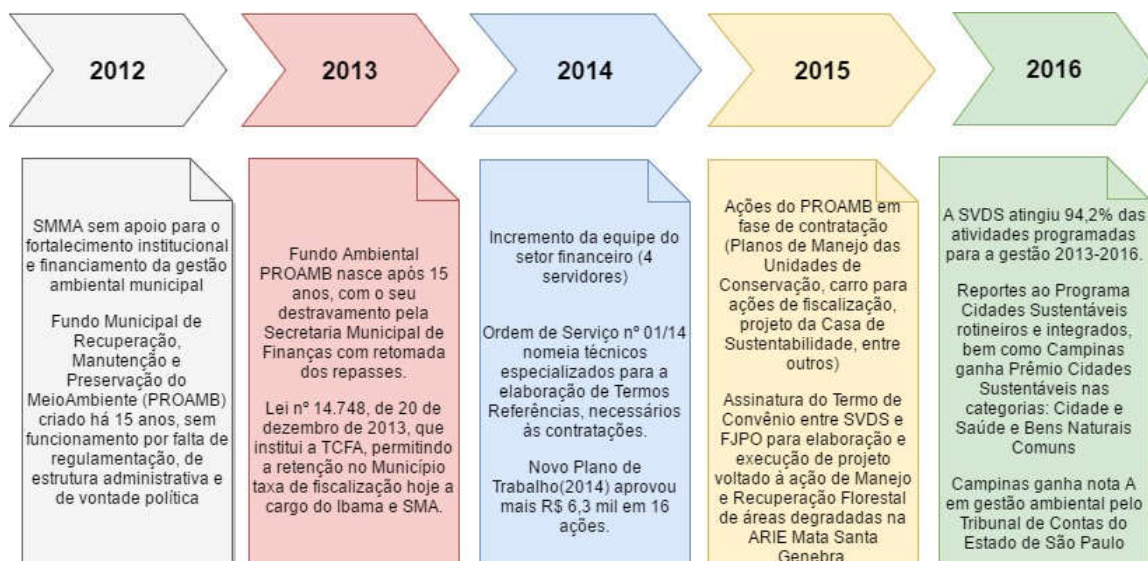
Do fortalecimento da estrutura administrativa



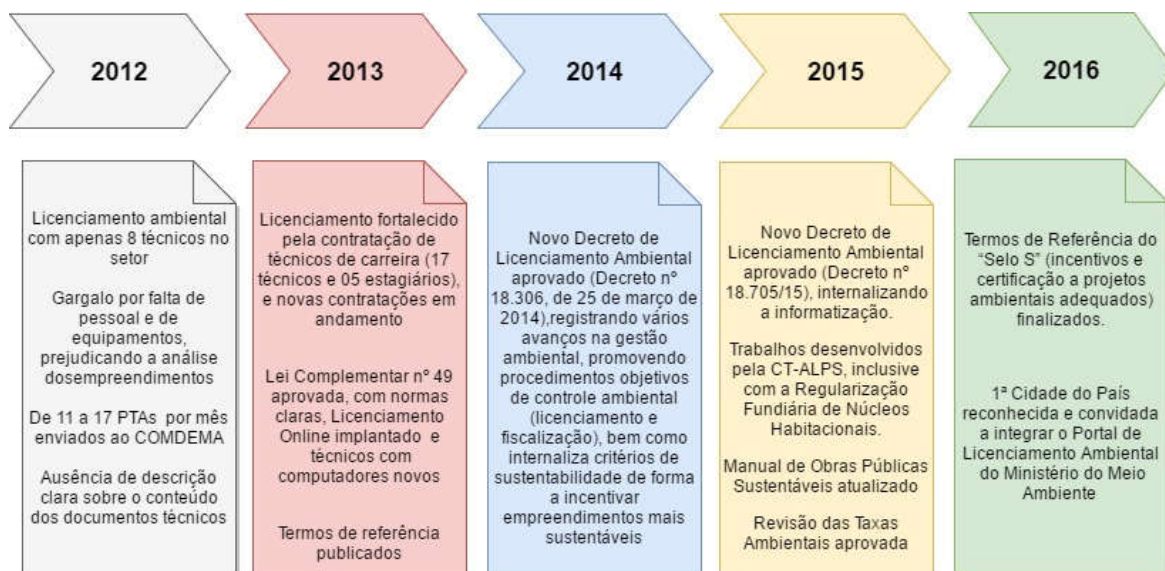
Meio Ambiente como tema transversal



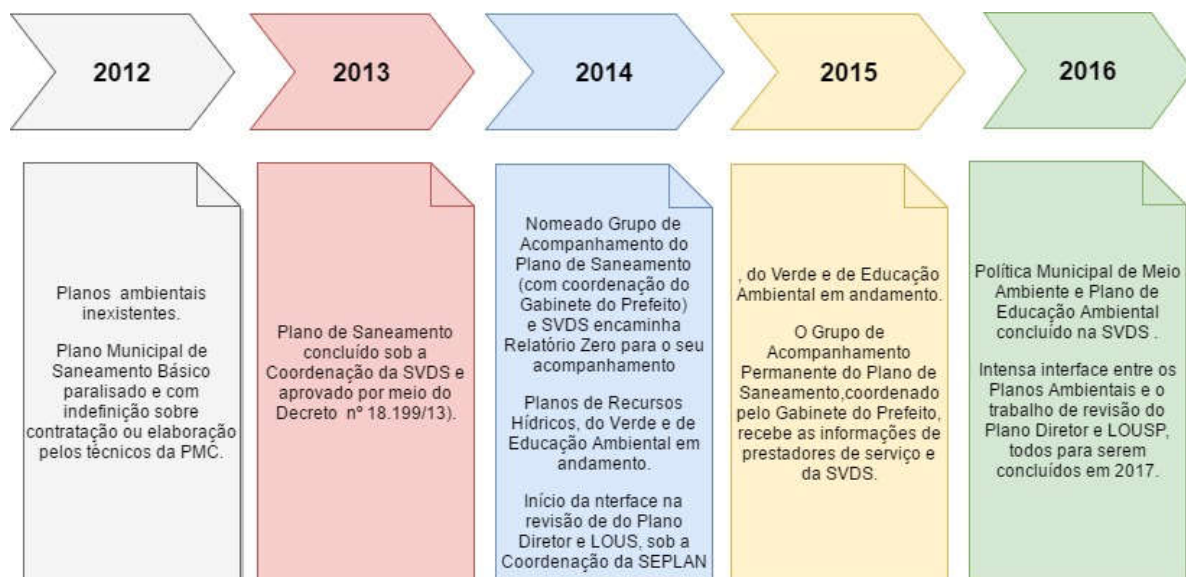
Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais



Licenciamento Ambiental eficiente e informatizado



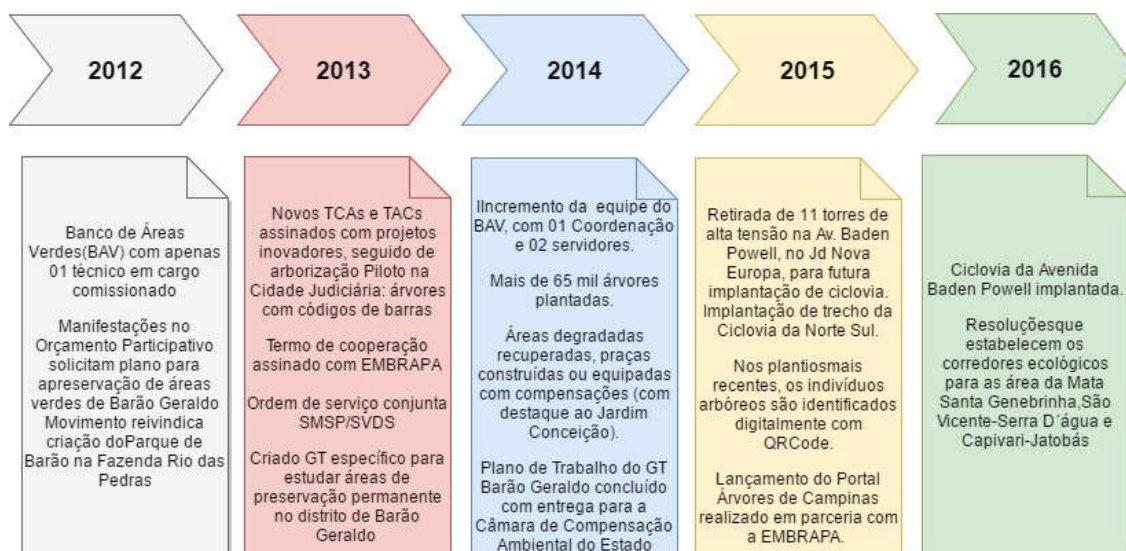
Apostando no planejamento da Cidade



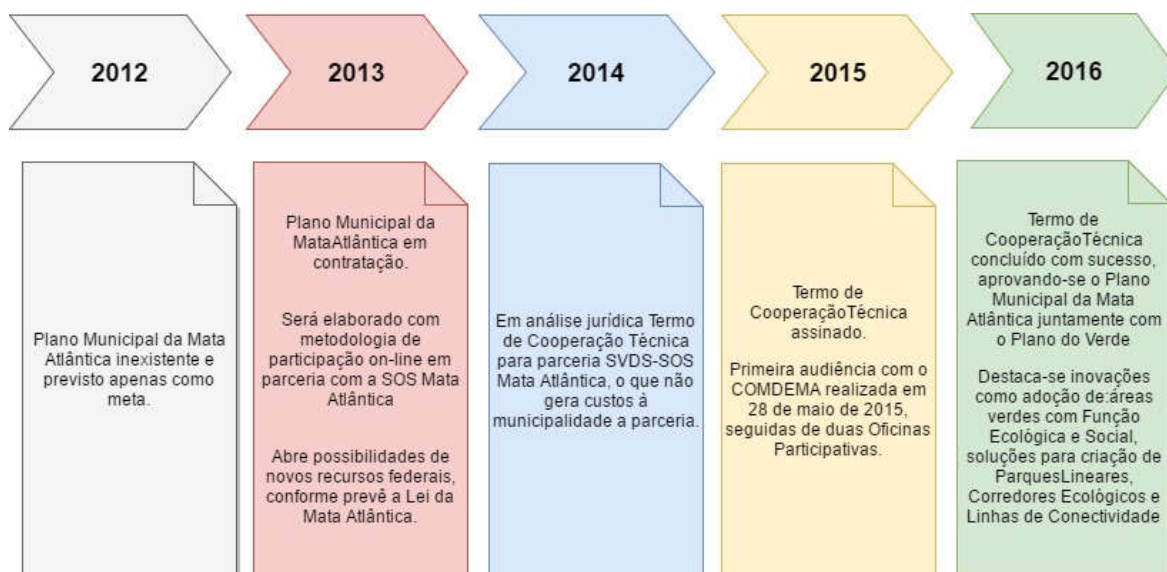
Educação para a sustentabilidade



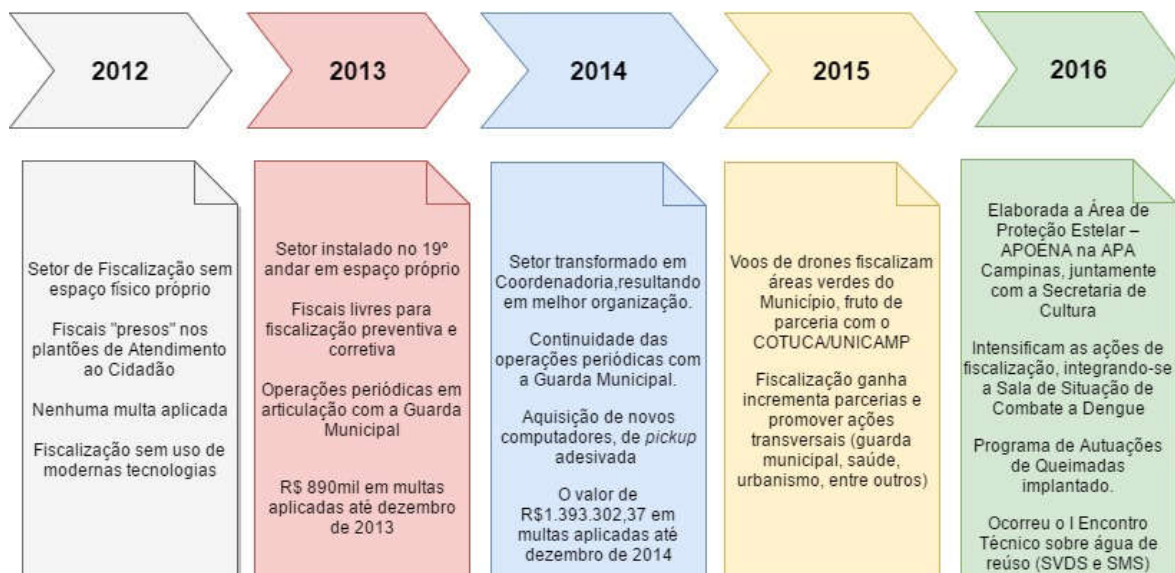
O desafio de ampliar as áreas verdes



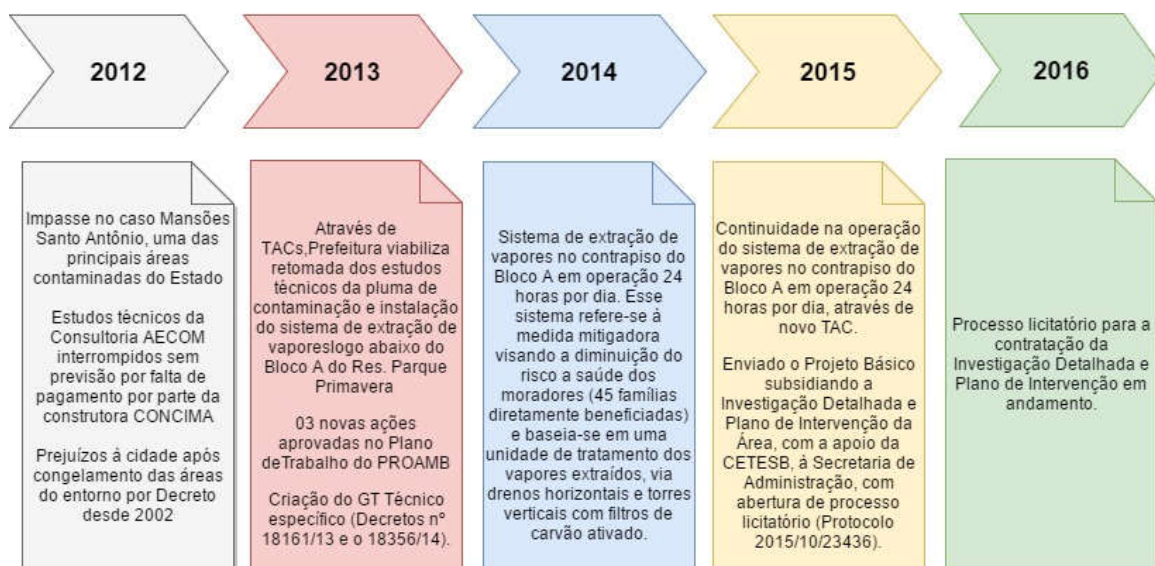
Plano Municipal da Mata Atlântica



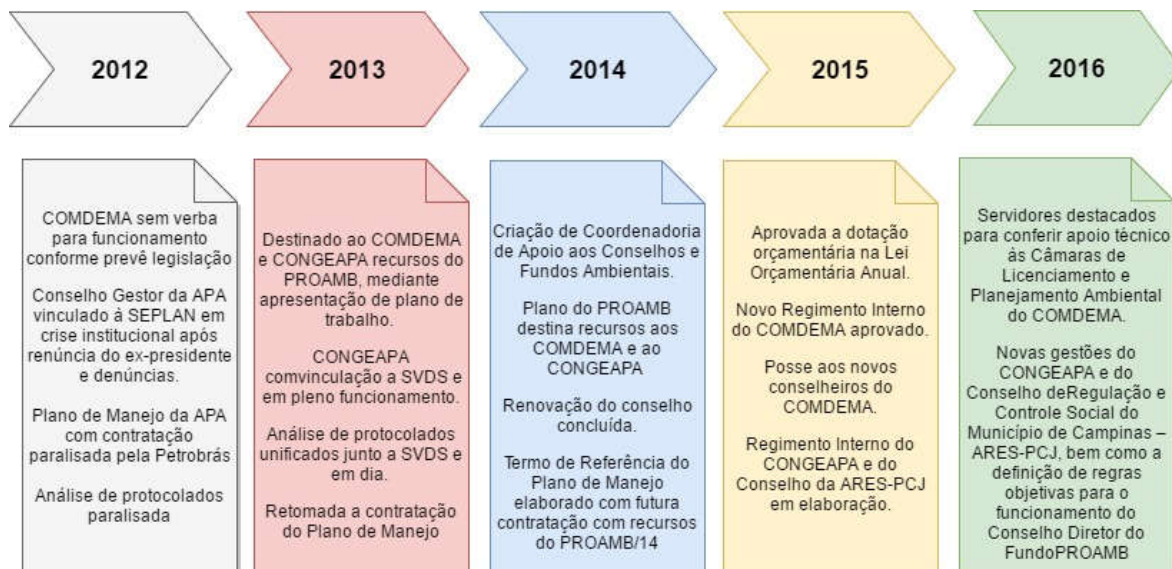
Fortalecimento e tecnologia aplicada à fiscalização



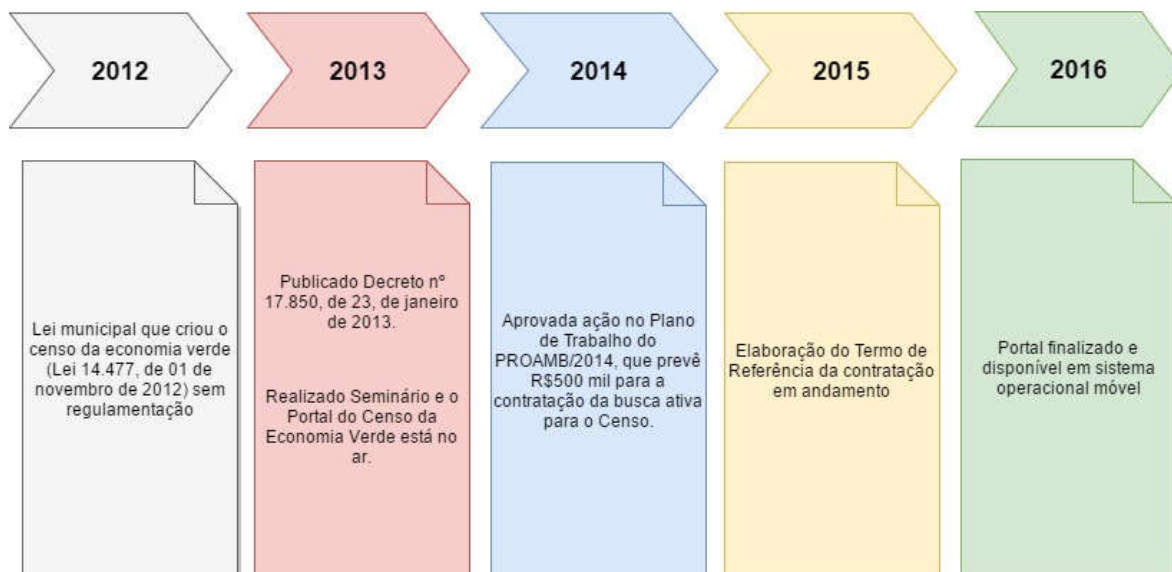
Mansões Santo Antônio - Solução a caminho



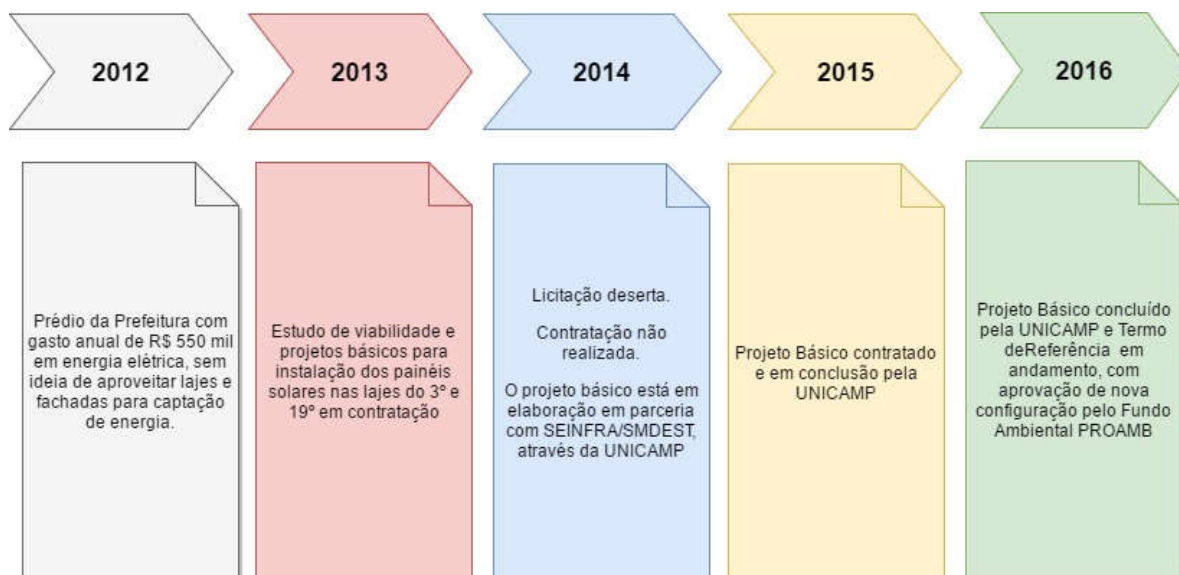
Conselhos com autonomia



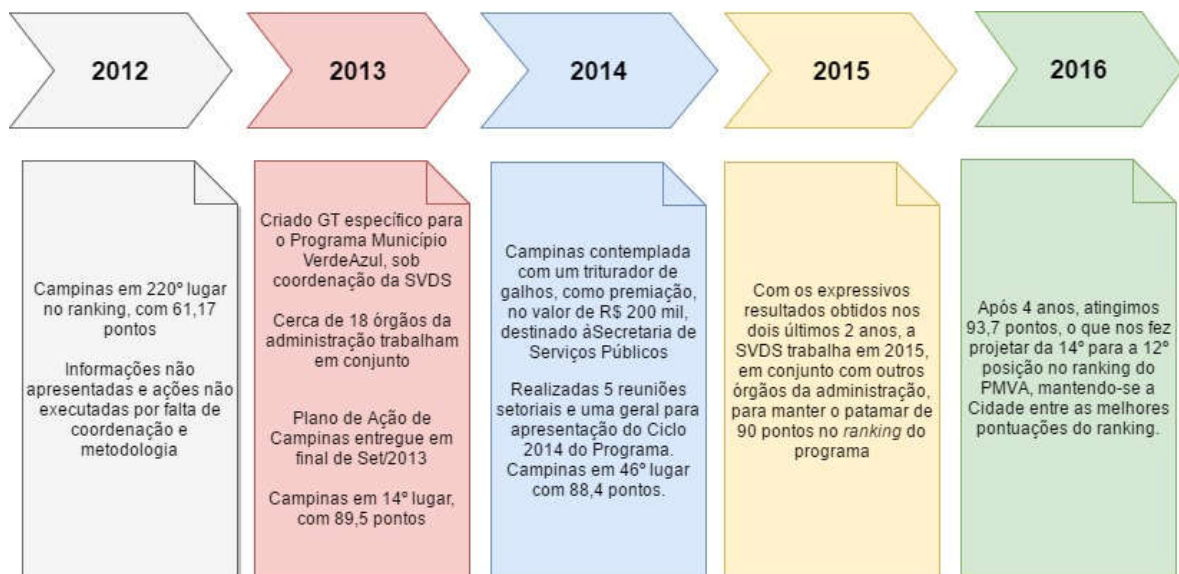
Censo da Economia Verde



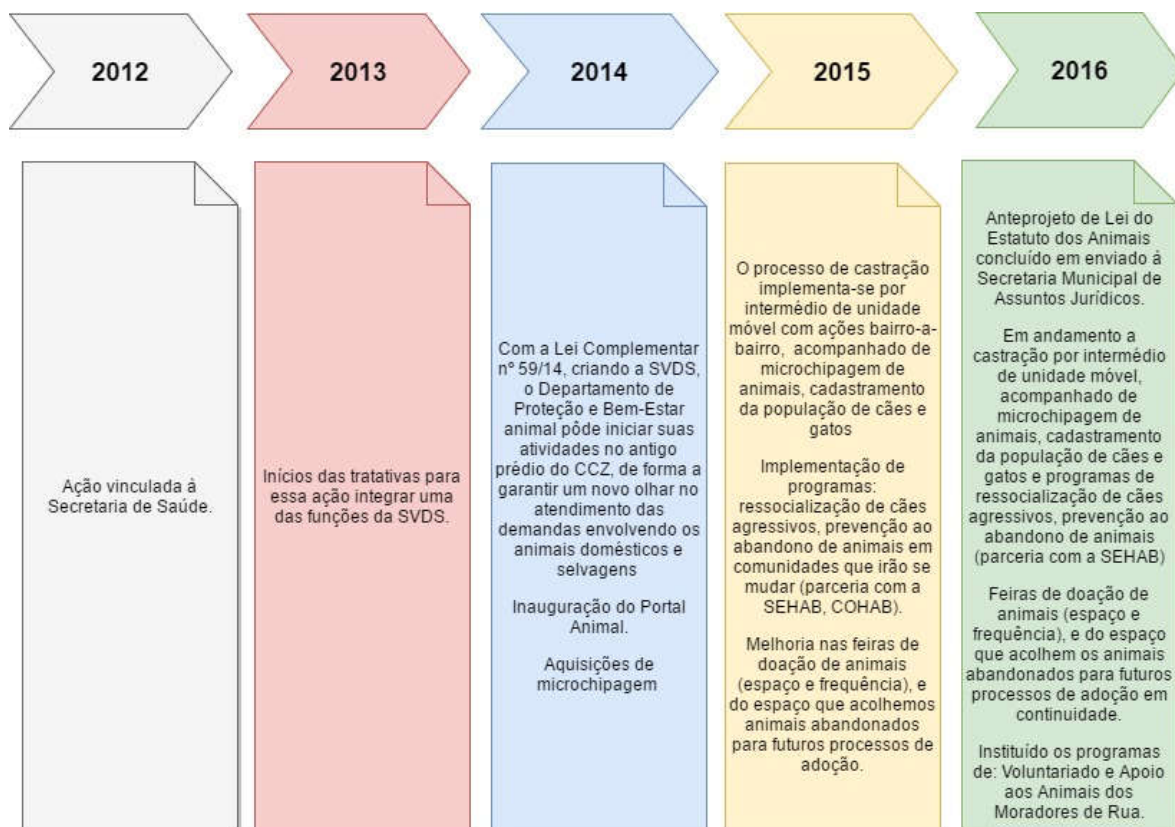
PMC Solar



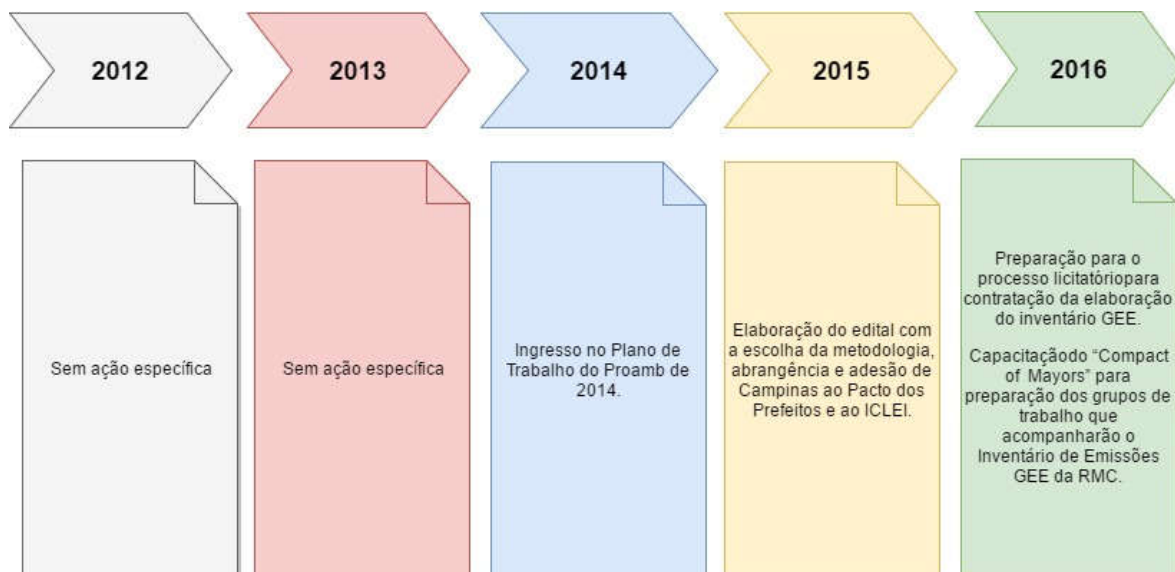
Município VerdeAzul



Cuidando e protegendo os animais



Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da RMC

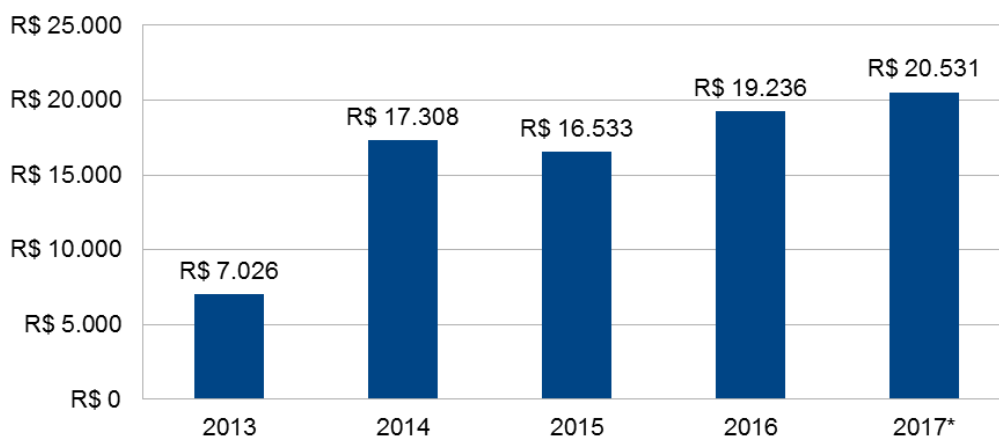


Evolução da Gestão Ambiental

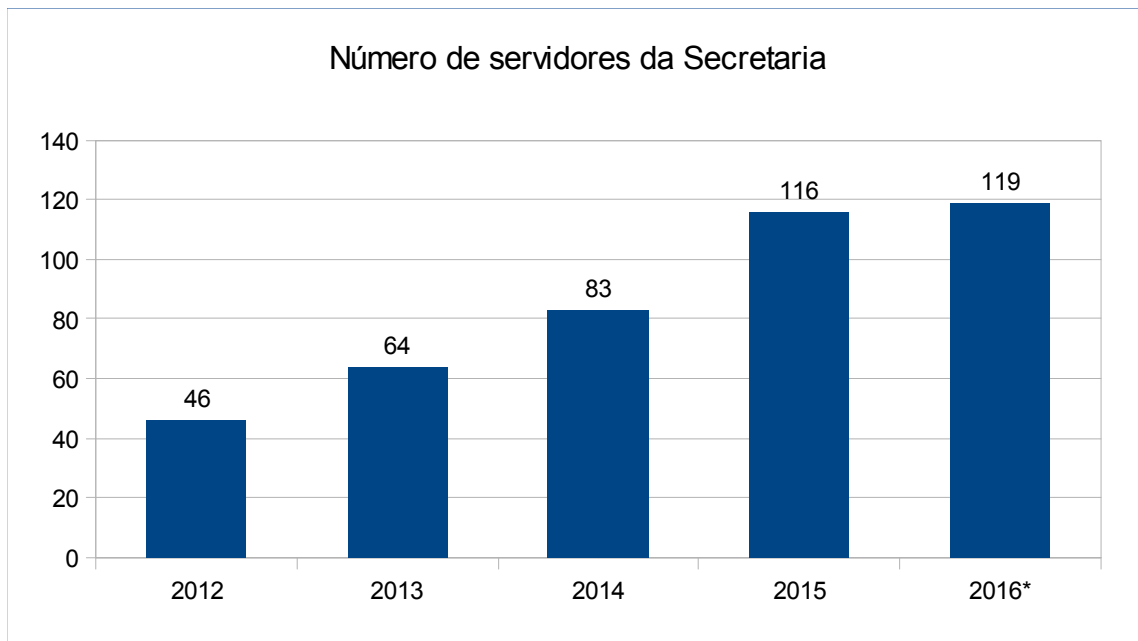
Em 2014 inauguramos uma seção de macroindicadores, que buscam demonstrar a evolução e o fortalecimento da gestão ambiental no município de Campinas no período recente.

Os dois primeiros desses indicadores estão relacionados à estrutura da atual Secretaria, reforçada na nova gestão municipal com a instituição da Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, que efetivamente criou a Secretaria como ela é hoje. O orçamento da Pasta Ambiental foi também favorecido pelo destravamento do Fundo Municipal PROAMB, que passou a ser a principal fonte de recursos para os projetos e as ações da SVDS. A evolução do quadro de funcionários também é notória:

Orçamento Total (em R\$ mil)

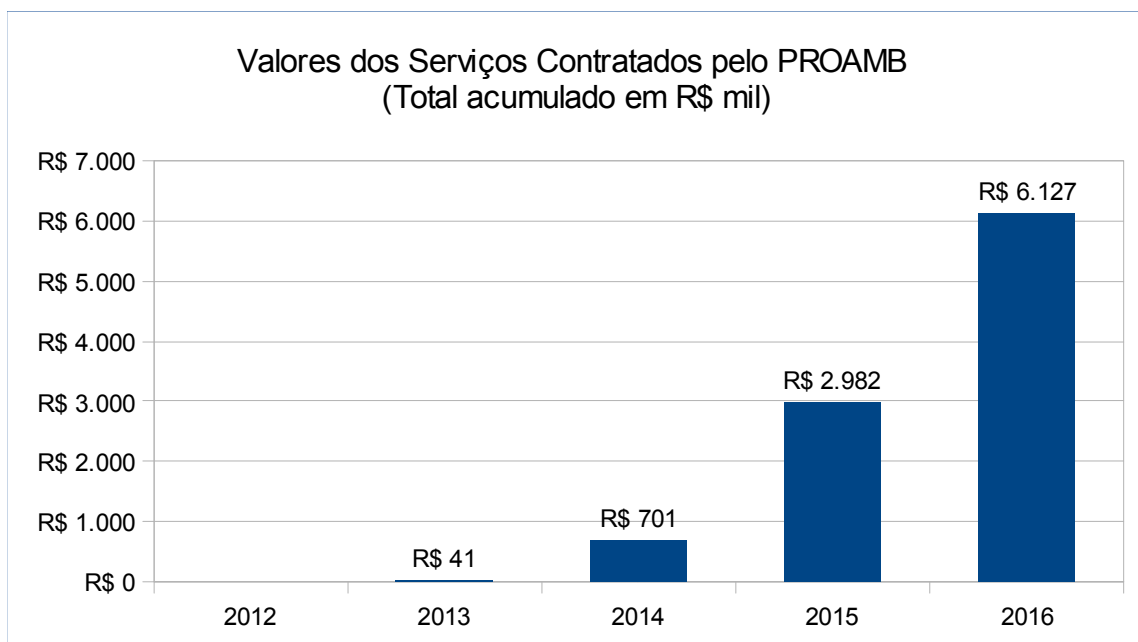


* Valor dos orçamentos aprovados para o ano (Recursos Próprios + PROAMB)



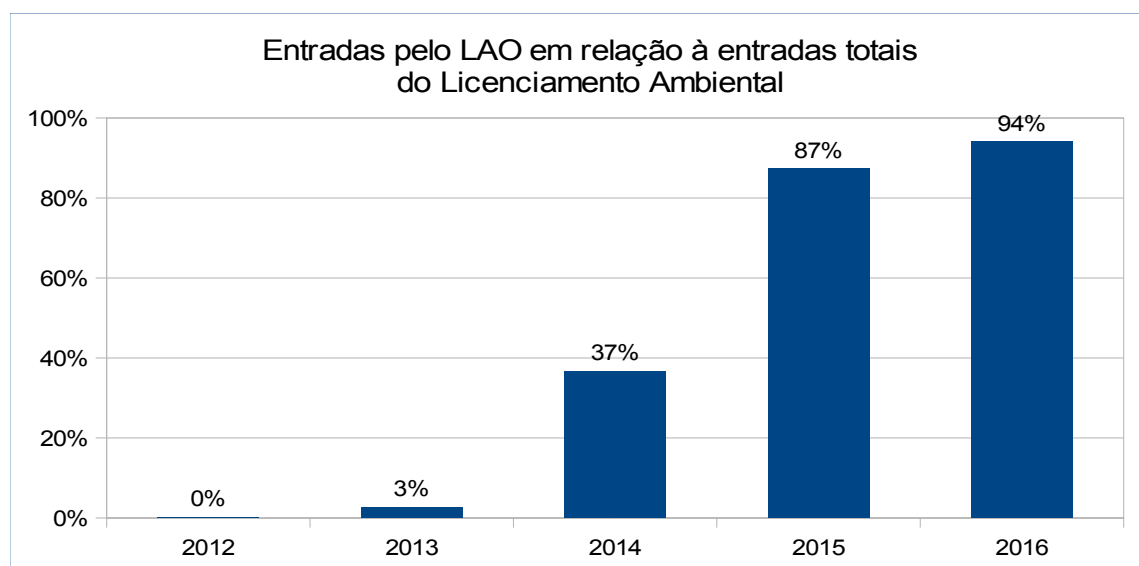
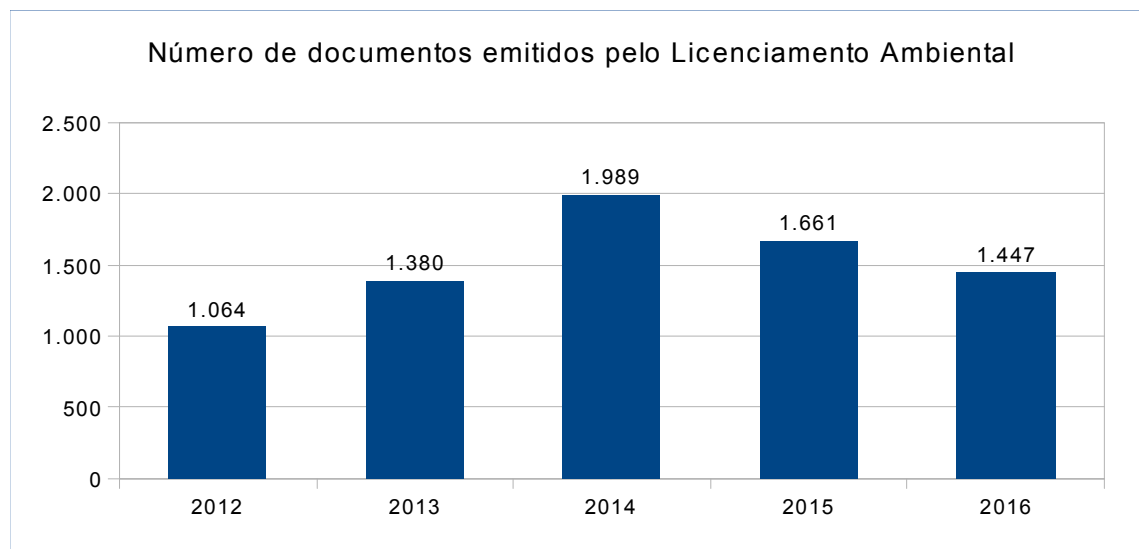
* Número total de servidores da Secretaria, incluindo estagiários, motoristas e patrulheiros.

O terceiro macroindicador visa demonstrar a evolução da aplicação de recursos do PROAMB, evidenciando o ano de 2014 como o início efetivo da utilização dos recursos na execução de projetos e ações na área ambiental, fortalecendo-se nos anos de 2015 e 2016:



Os dois próximos macroindicadores demonstram a evolução no número de documentos emitidos pelo Departamento de Licenciamento Ambiental (a partir da redução do estoque de

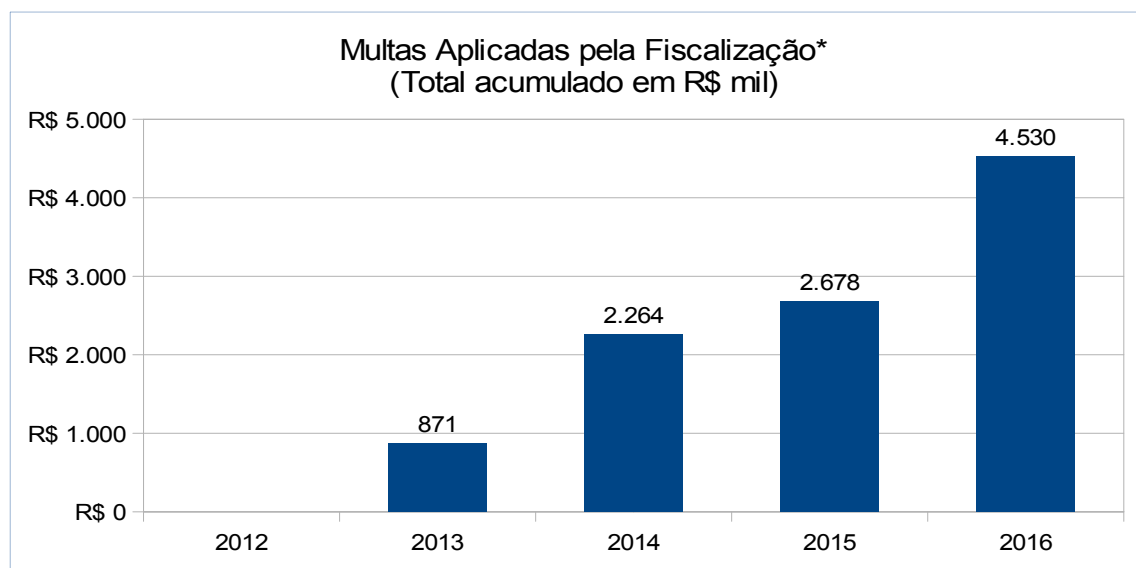
processos) e o aumento expressivo da participação do Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO) em relação às entradas totais de processos. Desde setembro de 2014 todas as novas solicitações de licenciamento passaram a ter como única entrada o LAO, significando maior agilidade e transparência nos processos de licenciamento ambiental:



Sobre os índices de produtividade do DLA, há de se destacar que, de acordo com o novo marco do licenciamento ambiental (Decreto nº 18.705/2015), diminuímos a quantidade de documentos emitidos, pois o Anexo III – Áreas Verdes não mais emite ETM's e, em algumas outras situações, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação podem ser emitidas concomitantemente, através da obtenção de um único documento ambiental, o que influencia

diretamente no comparativo numérico de documentos até então emitidos. Além disso, para efeito de comparação, acrescentamos que 2014 foi um ano atípico no licenciamento ambiental em Campinas pelo fato de que diversas empresas de telecomunicação solicitaram o licenciamento e/ou regularização ambiental de todos os sistemas de rádio frequência implantados no Município e, com a publicação da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014, todas estas solicitações culminaram na emissão de Certificados de Dispensa de Licenciamento – CDL. Portanto, não houve queda de produtividade, mas otimização de documentos emitidos.

O macroindicador a seguir demonstra a evolução das multas aplicadas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental em decorrência de denúncias de irregularidades na área ambiental, indicando a preocupação da atual Secretaria também com os instrumentos de comando e controle já consolidados, conforme demonstrado abaixo:

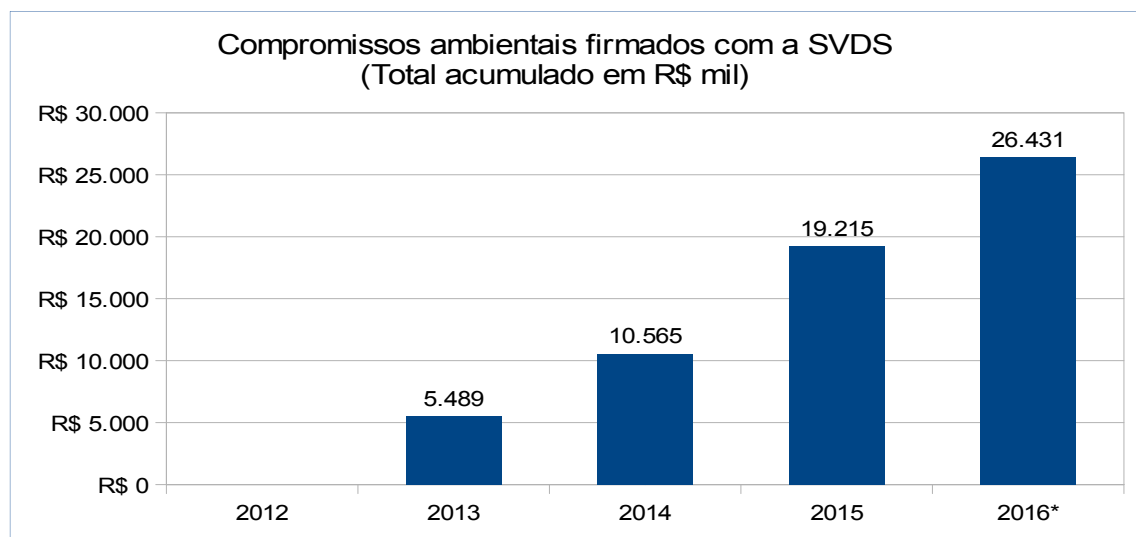


* Antes de eventuais recursos e dos descontos em decorrência da assinatura de TACs.

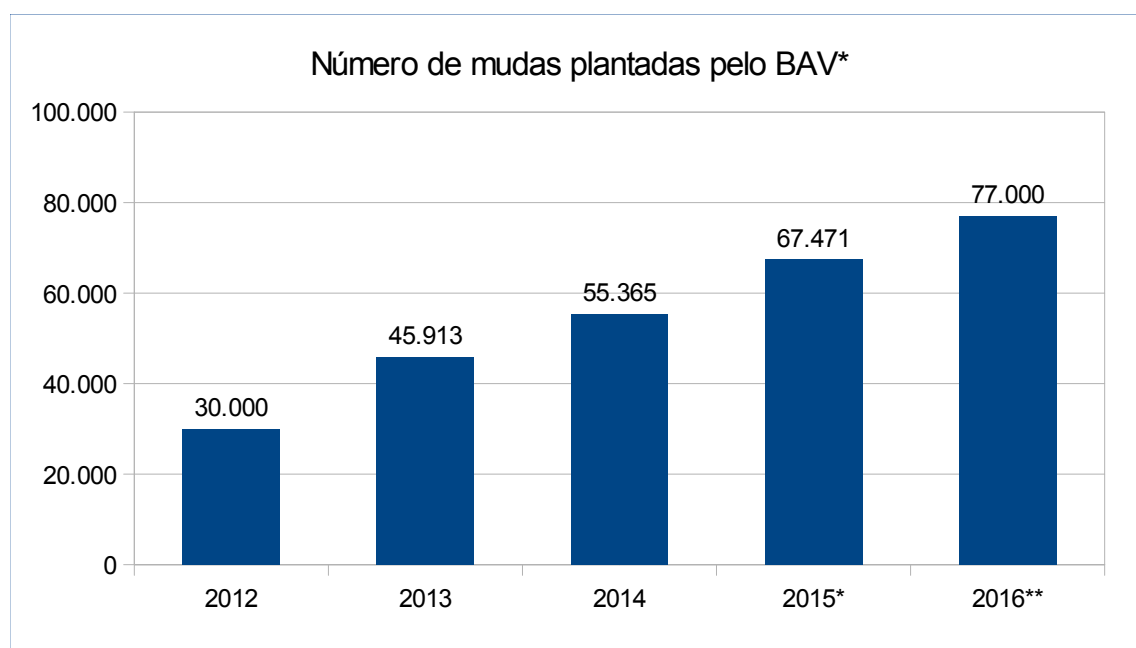
Os dois macroindicadores a seguir demonstram a evolução dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com a Secretaria, bem como a evolução dos plantios advindos de compensações do processo de licenciamento ambiental.

Em 2013, os procedimentos do BAV ainda não estavam afinados, não havia uma forma definida para gestão dos protocolos, e havia somente um funcionário. Em 2014, com a

organização do BAV, aumentaram o número de anuências e de vistorias, sendo esta uma das razões para o aumento dos plantios, refletidos nos últimos 2 anos.



* Dados até novembro.

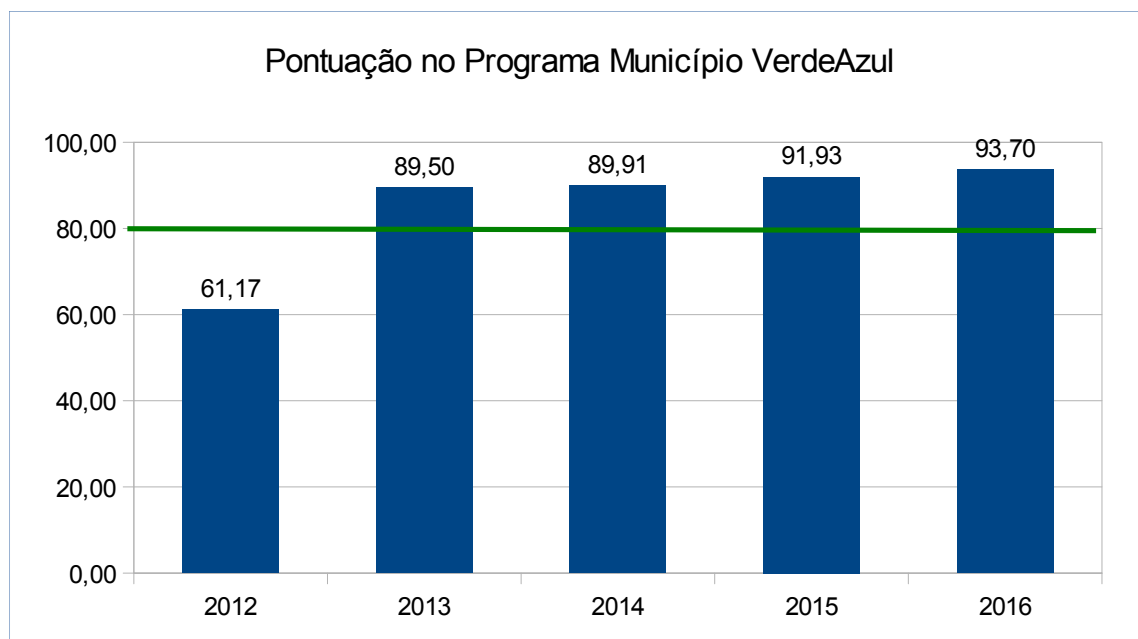


* Número passível de alteração em razão de atraso no envio dos relatórios de plantios pelos compromissários.

** Meta para o final do ano, ainda não avaliada.

Pudemos investir também na evolução do Programa Município VerdeAzul. Como este índice é uma síntese de diversos indicadores ambientais, acreditamos que ele representa os esforços

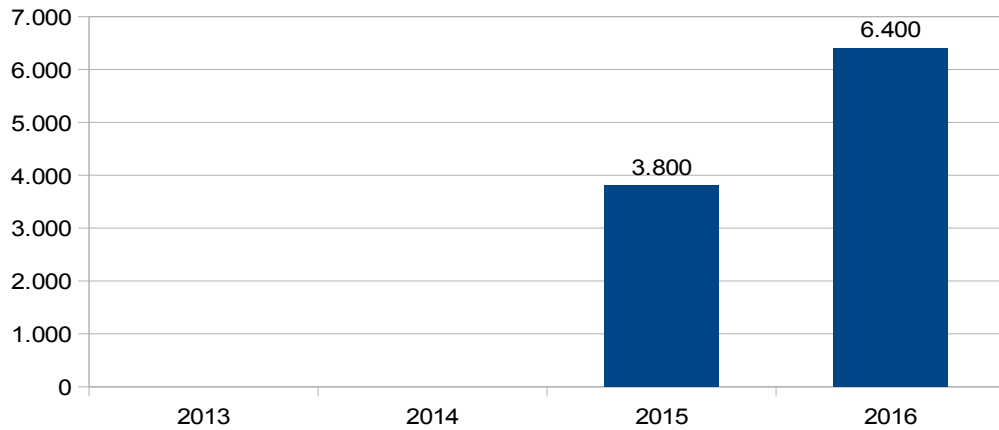
que vêm sendo feitos nessa área no município. A nota 80 seria como uma “nota de corte”, acima da qual o município se certifica no Programa:



Como vemos pelo gráfico, a pontuação de Campinas no Programa Município VerdeAzul 2016 aumentou de 91,93 pontos para 93,70 pontos, saindo da 14^o para a 12^o posição no ranking do PMVA. Campinas supera assim as pontuações obtidas nos anos anteriores e continua sua trajetória ascendente no fortalecimento da gestão ambiental local.

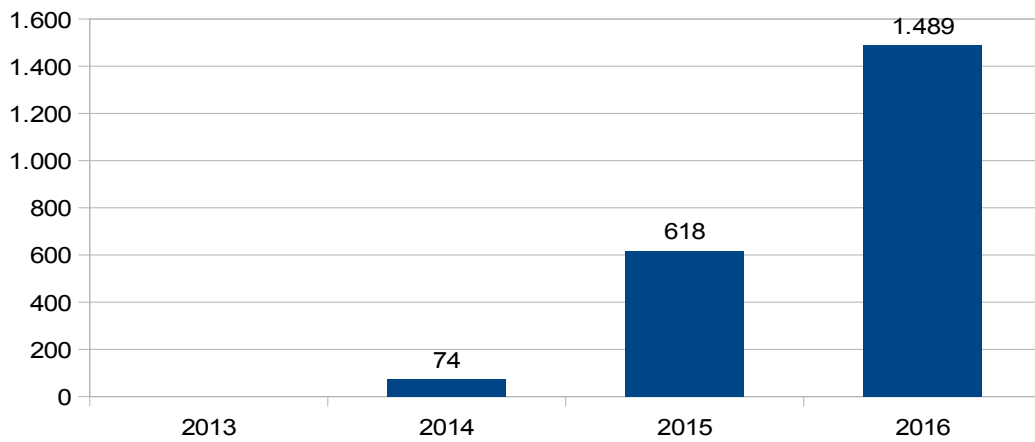
Este ano incluímos outros 2 macroindicadores que começaram a ser registrados muito recentemente, ambos afetos à proteção e bem-estar animal. O primeiro deles diz respeito ao Programa de Castração de Animais Domésticos, programa este idealizado entre 2013 e 2014 e efetivamente implementado em 2015. O outro macroindicador refere-se ao atendimento de denúncias de maus tratos a animais, que apenas com a estruturação do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal entre 2013 e 2014 é que foi possível iniciar esse tipo de atendimento:

**Castrações de animais domésticos
(Números acumulados)**



*

Atendimento de denúncias de maus tratos a animais



Equipe

Jonas Donizette

Prefeito

Henrique Magalhães Teixeira

Vice-Prefeito

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rogério Menezes

Secretário

Oceanógrafo, Msc.

Andréa Cristina de O. Struchel

Supervisora Departamental

Bacharel em Direito, Msc.

Assessoria de Gabinete - AG

Adriano José Gomes

Assessoria

Ângela Cruz Guirao

Bióloga, Dra.

Cezar Augusto Machado Capacle

Arquiteto

Jana Rafaela Dal Colletto Franco

Pedagoga

Nilce Rosinalva da Silva

Advogada

Ricardo Moreira Casetta

Economista

Sylvia Regina Domingues Teixeira

Engenheira Química, Msc.

Estagiários

Guilherme Henrique Pereira da Silva

Estagiário em Biologia

Isabeli Spindola Clemente

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

Andressa Bonatti Correa

Estagiária em Arquitetura e Urbanismo

Giancarlo Merini

Estagiário em Administração

Luis Henrique da Silva

Estagiário em Técnico de Administração

Aprendiz

Andresa Yara G. de Lima

Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM

Carlos Alberto Gregio de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis

Janete do Prado Alves Navarro

Tecnóloga em Controle Ambiental

Coordenadoria Financeira - CF

Lúcia Redondo Soares (Coordenadora)

Ensino Médio

Paulo Roberto Fernandes Estopa

Bacharel em Direito

Débora Lucila Pinto

Bacharel em Direito

Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE

Veronilda Ribeiro da Silva (Coordenadora)

Antonio Roberto Pagliatto (Expediente)

Karla Chaves Rodrigues (Expediente)

Aprendiz

Renata Aparecida Pereira

Motoristas

Antonio Marcos de Souza

Paulo Roberto Andrade

Pedro Luiz Russo

Edson Roberto Gonzaga da Silva

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA

Leandro A. S. Arruda Melo (Diretor)

Engenheiro Civil

Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

Ana Luiza Ahern Beraldo (Coordenadora)

Bióloga, Dra.

Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

Rebeca Veiga Barbosa (Coordenadora)

Bióloga. Msc.

Gabriel Dias Mangolini Neves

Engenheiro Ambiental

Geraldo Magela Martins Caldeira

Engenheiro Civil

Ana Paula Pellegrino

Engenheira Agrônoma

Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG)

Rafaela Bonfante Lançone (Coordenadora)

Geóloga

José Carlos Borges A da Silva

Geólogo

Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

Patrícia Neves Barbosa (Coordenadora)

Engenheira Ambiental. Esp.

Nelson de Gois Monteiro Filho

Eng. Sanitarista Ambiental

Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

Lindenberg Casimiro Damasceno (Líder)

Engenheiro Ambiental

Alexandre Costa

Engenheiro Civil

Daniel Prenda de O. Aguiar

Engenheiro Civil. Msc.

Ariane Furlanes da Silva

Engenheira Ambiental

Anexo II - Infraestrutura

Gustavo Fabrício D'Estefano (Líder)

Engenheiro Civil

Fernando G. de Martino

Engenheiro Ambiental

Helóise Mara Geraldino Maia

Engenheira Ambiental

Glauco David Froio Cabral

Engenheiro Civil

Anexo III – Áreas Verdes

Maria Carolina Brunini Siviero (Líder)

Bióloga. Msc.

Luiz Fernando Vogel

Engenheiro Agrônomo

Luiz Fernando Soares Fonseca

Engenheiro Agrônomo

Anexo IV – Atividades Poluidoras

Carla de Souza Camarneiro (Líder)

Engenheira Ambiental

Carlos Augusto Justo Barreiro

Engenheiro Civil

Mário Jorge Bonfante Lançone

Engenheiro Ambiental

Apoio Administrativo

Rosana Reiko Ito

Estagiários

Kaio Bello Lemes de Moura

Estagiário em Engenharia Ambiental

Mariane de Alencar Pereira

Estagiária em Engenharia Ambiental

Aprendiz

Joice Marques de Oliveira

DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS

Marcos Roberto Boni (Diretor)

Advogado

Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPE

Dominique Missio de Faria (Coordenadora)

Pedagoga. Esp.

Maria Eugênia Mobrize

Assistente Social

Márcio Cristian Ferreira

Técnico em Meio Ambiente

Cláudia Maria Resende Esmeriz

Engenheira Agrônoma

Marcia Cristina P. Bueno Toledo
Pedagoga/Educadora Ambiental

Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTelA

Guilherme T. N. P. de Lima (Coordenador)
Oceanógrafo, Dr.

Paulo Ricardo E. de C. Neto
Engenheiro Ambiental

Ricardo Simão Amon
Engenheiro Agrônomo, MSc.

Vitor Moraes Ribeiro
Geógrafo

Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Ivan de Paula Rigolett (Coordenador)
Engenheiro Químico

Phillip de Souza Cardoso
Engenheiro Ambiental

Geraldo Ribeiro de Andrade Neto
Engenheiro Ambiental

Cláudio Pacheco de Oliveira
Geógrafo, Dr.

Celso Ribeiro de Freitas Jr
Engenheiro Sanitarista

Maria Stela Belluzzo Prado
Engenheira Sanitarista

Juliano Braga
Ecólogo

Sueli Aparecida Thomaziello
Geógrafa, Dra

Coordenadoria Setorial do Verde - CV

Mariana Ferreira Cisotto (Coordenadora)

Geógrafa, Dra.

Alethea Borsari Peraro

Ecóloga

Danilo José Alves Peixoto

Engenheiro Agrônomo

Vinicius Leite de Campos Menegale

Engenheiro Agrônomo, MSc.

Estagiários

Bianca Maris Egger Nascimento

Estagiária em Engenharia Ambiental

Laurie de Vasconcelos Neves

Estagiária em Engenharia Ambiental

Ivan Carlos de Freitas Rodrigues

Estagiário em Biologia

Sara Rodrigues

Estagiária em Biologia

Aprendiz

Rebeca Camacho Colombo

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

Paulo Anselmo Nunes Felipe (Diretor)

Médico Veterinário. Dr.

Alcides Miguel Prado da Silva

Motorista

Alexandro Wagner de Souza

Agente Operacional

Josiane de Fátima Cruz Silva

Agente Administrativo

Maria Eunice Rodrigues

Assessora

Sandra Renata Salaberry

Médica Veterinária Dr.

Sonia Morelli Justi
Agente Administrativo

Thiago Bolognesi de Andrade
Agente Operacional

Yuri da Silva Ferreira
Agente Operacional

Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais - CGA

Lara Sofia Frigeri (Coordenadora)
Pedagoga

Adeilton José Soares
Ensino Fundamental

Adelicio Teresino da Silva
Ensino Fundamental

Carlos Roberto dos Santos
Ensino Fundamental

Claudio Roberto Pires
Ensino Fundamental

Domingos Jacinto Lopes
Ensino Fundamental

Eliana Santos Ferraz
Bióloga

Floreiza Pinto dos Reis
Ensino Fundamental

José Manja
Ensino Fundamental

Márcia Aparecida Felizardo
Ensino Fundamental

Maria de Lourdes Gois
Ensino Fundamental

Paulo José Mancuso
Ensino Fundamental

Paulo Martins da Silva

Ensino Fundamental

Renato Aparecido Bueno de Oliveira

Ensino Fundamental

Telma Lima Leal Semeão

Ensino Fundamental

Ana Karina Marangoni Cosive Paula (Chefe de Setor)

Bióloga

Adriana Filomena M. Cardelli

Ensino Fundamental

Estagiários

Mariana Avancinio Milano

Estagiária em Medicina Veterinária

Aprendiz

Letícia Karolina Teles Garçon

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA

Heloísa Fava Fagundes (Coordenadora)

Tecnóloga em Controle Ambiental, Bióloga (cursando)

Adilson Cláudio de Barros

Nível Médio

Guilherme Demori Estevam

Engenheiro Ambiental

Luiz Omena Ferro (Chefe de Setor)

Técnico em Trânsito e Transporte

Carolina Maria Neves Quadros

Administradora, Bióloga (cursando)

Rodrigo dos Santos Santana

Engenheiro Civil (cursando)

Sineida Aparecida de Mendonça

Agente de Fiscalização

1. GABINETE DO SECRETÁRIO



1.1. Supervisão Departamental – SD

Compete à Supervisão Departamental do Gabinete da SVDS coordenar e acompanhar as atribuições relativas aos Departamentos, Assessorias, Coordenadorias e Setores da Secretaria, bem como auxiliar o Secretário no acompanhamento e coordenação de todas as ações, estabelecendo-se parâmetros de qualidade na boa gestão, sistematizando e atualizando os relatórios gerenciais semestrais, bem como conferindo a devida publicidade.

Com o acompanhamento dos relatórios gerenciais, esta área auxilia o Secretário na execução dos projetos estratégicos na área ambiental no âmbito da SVDS, bem como na construção de parcerias internas e externas. Dessa forma, afere o andamento das ações estabelecidas no planejamento estratégico da Secretaria, que incluiu, em 2016, a organização e o planejamento do acompanhamento dos programas decorrentes dos Planos Ambientais Municipais.

Também faz parte das atribuições da função representar e responder pelo Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em eventuais ausências, bem como proceder a outras medidas tendentes ao bom andamento dos trabalhos.

Uma das atuais responsabilidades da Supervisão Departamental é presidir a Junta Administrativa de Recursos (JAR) e Junta Técnico-Administrativa (JTA), por força da nova regulamentação afeta ao licenciamento e fiscalização ambiental.

Com o intuito de melhorar a gestão ambiental municipal, a área recebe sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil, especialmente as ligadas ao meio ambiente.

1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS

Para que a SVDS possa cumprir com os prazos e as metas de seus programas e projetos prioritários, o Gabinete efetua o acompanhamento sistemático desses programas e projetos e reporta periodicamente ao Secretário. O acompanhamento envolve reuniões periódicas com os responsáveis dos projetos bem como, em alguns casos mais complexos, a utilização de ferramentas de gerenciamento de projetos, além do acompanhamento dos Indicadores de Metas do Governo (IMG) para os projetos estratégicos.

1.1.1.1. Planejamento 2016

No dia 15 de fevereiro deste ano foi realizado o processo de planejamento anual da Secretaria, o mesmo processo de planejamento participativo que acontece todos os anos. Como no início de 2015 havia sido feito o planejamento para os anos de 2015-2016, o processo deste ano foi mais uma ratificação, com apenas alguns ajustes, do planejamento realizado no ano anterior.



Equipe da SVDS quando foi concluída a etapa do Processo de Planejamento 2015-2016.

Crédito: Arquivo SVDS

A SVDS no processo de planejamento e de gestão mantém a característica participativa e democrática e vem aprimorando ano a ano seus instrumentos de acompanhamento da gestão, sempre possuindo como base o Ciclo PDCA³³ de gestão.

Além disso, o acompanhamento sistemático da evolução dos macroindicadores de gestão mencionados no capítulo introdutório deste Relatório permite termos um termômetro da eficiência dos nossos principais processos.

1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo – IMG

Com o intuito de acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo Jonas Donizette, foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados (IMA), ainda em 2013, o Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma intranet para acesso dos servidores e técnicos responsáveis por cada ação em cada Pasta.

| Plano Programa | Macro-eixo | Programa | Meta | Orgão | Pess | Data da última Atualização | Concluído (%) |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|--|-------|------|----------------------------|---------------|
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | EQUACIONAMENTO DAS ÁREAS CONTAMINADAS | SVDS | 3 | 23/11/2016 | 78,57% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL - Acompanhamento | SVDS | 3 | 23/11/2016 | 100,00% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS | SVDS | 3 | 09/06/2016 | 100,00% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | SVDS | 3 | 20/02/2014 | 100,00% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | PLANO MUNICIPAL DO VERDE | SVDS | 3 | 07/06/2016 | 100,00% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | SVDS | 3 | 25/11/2016 | 98,33% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | SVDS | 3 | 23/11/2016 | 80,00% |
| <input type="checkbox"/> PMG.P | DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL | 1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL | PROGRAMA DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL | SVDS | 3 | 12/08/2016 | 95,29% |

Modelo de planilha *on line* de acompanhamento de projetos diretamente pelo Gabinete do Prefeito

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal se comprometeram a manter atualizados os programas, ações e atividades sob sua responsabilidade, obedecendo a um cronograma estipulado pelo Gabinete do Prefeito.

A SVDS possui um programa cadastrado no IMG, intitulado *Fortalecer a Gestão Ambiental*. Sob este programa, estão incluídas 08 ações, listadas abaixo com suas respectivas porcentagens de cumprimento:

³³ Do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT, ou seja, Planejar, Executar (Desenvolver, Fazer), Verificar (Checar) e Agir (Atuar). Refere-se a uma metodologia consagrada de melhoria contínua de processos e produtos.

| AÇÃO* | 2014 | 2015*** | 2016**** |
|---|--------|---------|----------|
| <i>Equacionamento das Áreas Contaminadas</i> | 72,86% | 76,5% | 78,57% |
| <i>Política e Plano Municipal de Educação Ambiental **</i> | 100% | 57,28% | 98,33% |
| <i>Plano Municipal de Mobilidade Sustentável – Acompanhamento</i> | 90% | 94,44% | 100% |
| <i>Programa de Ações de Proteção e Bem-Estar Animal **</i> | 78,57% | 90% | 95,29% |
| <i>Plano Municipal de Recursos Hídricos</i> | 25,88% | 47,29% | 100% |
| <i>Plano Municipal de Saneamento Básico</i> | 100% | 100% | 100% |
| <i>Plano Municipal do Verde</i> | 3,33% | 47,62% | 100% |
| <i>Política Municipal de Meio Ambiente</i> | 0% | 14,55% | 80% |

* As ações acima foram reprogramadas quanto ao prazo e reprojatadas quanto às atividades e subatividades, razão pela qual as percentagens sofreram eventuais decréscimo em virtude da ampliação do escopo da meta.

** Nomenclaturas alteradas para harmonização com a ações correlatas.

*** Dados referentes a setembro de 2015, conforme relatórios produzidos pelo Sistema IMG (data-base do relatório anterior).

**** Dados referentes a julho de 2016, conforme relatórios produzidos pelo Sistema IMG.

O Programa Fortalecer a Gestão Ambiental encerrou a gestão com 94,02% de cumprimento. As atividades remanescentes dizem respeito a aprovações de legislação e a articulações com outros órgãos externos à prefeitura.

Além das ações sob o Programa *Fortalecer a Gestão Ambiental*, a SVDS participa de ações sob responsabilidade de outras Pastas. O Sistema IMG apresenta as atividades com as quais a SVDS tem interface, seja como responsável direta, seja como participante de um grupo, permitindo assim acompanhar possíveis demandas advindas de outros órgãos da administração direta ou indireta.

1.1.1.3. Acompanhamento dos Programas dos Planos Ambientais Municipais

Com a publicação de dois novos planos ambientais - o Plano Municipal do Verde e o Plano Municipal de Recursos Hídricos - a Secretaria direcionou a necessidade de profissionalizar o suporte, acompanhamento e processo de *report* dos programas que

compõem esses planos municipais. Para tanto, designou servidores com experiência em gestão de projetos para conceber e implementar um processo eficaz de gerenciamento dos Programas dos Planos. Foi adotada a metodologia de gerenciamento de projetos do *Project Management Institute* (PMI), porém com inúmeras simplificações e customizações para a realidade do trabalho a ser realizado pela SVDS.

Dentre as atribuições desse grupo estão:

- orientar os Coordenadores de Núcleos, fornecendo ferramentas ou apresentando técnicas para a resolução de problemas;
- controlar os projetos em andamento, suportando os Coordenadores dos Núcleos em suas atividades, através de reuniões individuais periódicas;
- validar se o retorno esperado foi alcançado e divulgar os resultados para a SVDS, Grupo de Acompanhamento e demais partes interessadas;
- produzir e publicizar relatórios anuais com o resultado desse acompanhamento.

Dessa forma, as principais atividades executadas ou coordenadas por este grupo em 2016 foram:

- o detalhamento dos diversos programas dos Planos e o agrupamento em Núcleos como forma de otimizar recursos;
- a definição das equipes e dos coordenadores desses Núcleos, a partir de um processo participativo de construção coletiva na SVDS que incluiu uma ampla pesquisa de interesse;
- a definição e customização das metodologias e ferramentas de gerenciamento de projetos;
- o planejamento de capacitação (15h) em gerenciamento de projetos com todos os coordenadores do Programas e demais interessados (a ser realizado em 2017).

Além do curso de capacitação, planejamentos os próximos passos previstos para 2017 nesse processo, com a construção da base legal e institucional para o acompanhamento desses Programas (principalmente no que tange ao acompanhamento dos Programas de responsabilidade de outras Secretarias e

autarquias), a definição das formas de relatórios e o suporte à elaboração dos documentos do planejamento de cada Programa que, além de direcionarem a execução dos programas propriamente dito, formarão a linha de base para o posterior acompanhamento.

1.1.2. Juntas Administrativas

1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR

A Junta Administrativa de Recursos (JAR) foi originalmente criada pelo artigo 173 do Decreto nº 18.036/2014, com a sua posterior substituição pelo Decreto nº 18.705/2015, em seu artigo 178 e com a atual regulamentação da Ordem de Serviço SVDS nº 05/2015.

Compete à JAR proferir parecer opinativo em pedidos de reconsideração e recursos administrativos sobre atos infracionais dirigido à autoridade que lavrou o auto.

A referida Junta tem a missão de conferir o duplo grau de jurisdição administrativo, bem como uma visão intersetorial aos atos conduzidos em relação ao controle ambiental.

Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira, nomeados pela Portaria nº 82121/2014, alterada pela Portaria nº 85817/2016.

A cada recurso, a JAR é constituída por um Presidente, um Relator e três membros, sendo que as funções do Relator e Membro são rotativas entre os componentes dos órgãos julgadores, devendo ocorrer esse rodízio ou troca de atribuições a cada apresentação de defesa ou impugnação em face do conteúdo da matéria a ser apresentada. Após a distribuição do processo, o Relator terá o prazo de 15 dias para estudar o caso para votação, com posterior publicação de súmula no Diário Oficial do Município e encaminhamento de e-mail ao requerente (quando disponível), que poderá manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 5 dias úteis. Após a finalização dos procedimentos indicados, o recurso é apreciado pelo Secretário da SVDS que, de forma fundamentada, profere decisão de deferimento, indeferimento ou indeferimento parcial, também com posterior publicação em Diário Oficial do Município e envio por e-mail ao recorrente, para conhecimento.

1.1.2.1.1. Processos Analisados

No ano de 2016, a JAR realizou 24 reuniões de julgamento, sendo analisados e julgados até o final do mês de dezembro 46 recursos administrativos em face das ações de poder de polícia conduzidas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS.

1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JunTA

A Junta Técnico-Administrativa (JunTA) foi reformulada pelo Decreto 18.705, cuja regulamentação se deu pela Resolução SVDS nº 11/2015, em que se conferiu a atribuição de apreciar pedidos Selo S (Selo de Sustentabilidade), em sede de licenciamento ambiental municipal.

Dessa forma, compete à JunTA proferir parecer opinativo com o objetivo de subsidiar a decisão de concessão do "Selo S", nos termos do art. 116 do Decreto nº 18.705/2015 e subsidiar a decisão de deferimento ou indeferimento de exigência de estudos, projetos e documentos complementares necessários à instrução do processo de licenciamento ambiental.

Os membros titulares e suplentes da JunTA são servidores de carreira e foram nomeados pela Portaria nº 82122/2014, alterada pela Portaria nº 86124/2016.

1.1.2.2.1. Processos Analisados

No primeiro semestre de 2016, a JunTA não realizou reuniões, uma vez que não houve demandas de documentos suplementares em sede de licenciamento ambiental.

1.2. Assessoria de Gabinete - AG

A Assessoria de Gabinete é composta por gestores e assessores técnicos e administrativos especializados.

As principais funções administrativas consistem em expedir memorandos, ofícios e demais correspondências oficiais, manifestações de rotina dos expedientes (interno e externo), preparar materiais impressos ou digitais publicados nos site e página social, bem como dar encaminhamentos de atendimento das solicitações e questionamentos

feitos (telefone, e-mail e por meio do procedimento de Lei de Acesso à Informação, entre outros).

As principais funções técnicas consistem em elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos de interesse, proceder à análise e encaminhamentos de processos administrativos.

A fim de promover a melhoria da Gestão Ambiental no Município, a assessoria pesquisa, conhece, sistematiza, internaliza, consolida e integra estudos, informações, pesquisas e inovações tecnológicas ambientais, organiza eventos, fóruns e cursos de capacitação para difusão do conhecimento nas diversas áreas, bem como realiza a articulação institucional com órgãos de governo, agências, Poder Legislativo, Ministério Público, Conselhos Municipais e iniciativa privada, visando monitorar o surgimento de demandas, bem como identificar as interfaces desses órgãos com as atividades da Prefeitura Municipal de Campinas na questão ambiental.

1.2.1. Parcerias

1.2.1.1. Fundação SOS Mata Atlântica

Em junho de 2015, o Termo de Cooperação Técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica foi assinado com o objetivo de estabelecer a mútua cooperação para ações de interesse recíproco, especialmente no que se refere à troca de conhecimento técnico, revisão e validação do Plano Municipal do Verde, por meio de leitura técnica e social, que abarcará as diretrizes e normativas necessárias à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica, bem como a preparação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para análise do referido Plano.

No segundo semestre de 2015 foram realizadas duas Oficinas Participativas. Na primeira Oficina, ocorrida em 03 de julho, foi apresentado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), o diagnóstico do Plano Municipal do Verde pela equipe da SVDS, seguido da aplicação do Questionário de Caracterização por Percepção Ambiental pela equipe da Fundação SOS Mata Atlântica (http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/registro_oficina_comdema.pdf).

A segunda Oficina, realizada em 05 de agosto de 2015, ocorreu com a presença de conselheiros do COMDEMA previamente escolhidos pelo Conselho, para discussão sobre Visão de Futuro, por meio do método F.O.F.A., que pôde quantificar as vantagens e desvantagens internas e os aspectos externos positivos e negativos, que podem vir a comprometer ou facilitar a aplicação do Plano.

A Fundação SOS Mata Atlântica revisou o diagnóstico do Plano Municipal do Verde contribuindo com sugestões, bem como sugeriu critérios a serem utilizados na fase de prognóstico para priorização das áreas para recuperação e conservação, de acordo com o art. 43 do Decreto Federal nº 6.660/2008.

O Termo de Cooperação Técnica foi aditado em fevereiro de 2016 de forma a se adequar ao cronograma do Plano Municipal do Verde e assim a Fundação SOS Mata Atlântica pode analisar o material do Prognóstico e Programas e Metas do PMV, ocasião em que ratificaram a excelência na qualidade do trabalho apresentado pela SVDS no que refere, especialmente, aos cuidados inovadores propostos, por exemplo, com a adoção de critérios como Áreas Verdes com Função Social, soluções para criação de Parques Lineares, que privilegiam a interação de qualidade da população nestes áreas, bem como pela metodologia utilizada para a definição de metas e estratégias, organizadas pelo Eixo Articulador.

Ademais, a Fundação SOS Mata Atlântica colaborou na divulgação da Audiência Pública do PMV realizada no dia 05 de maio de 2016, encerrando-se o objeto do Termo de Cooperação Técnica firmado.

1.2.1.2. Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO)

Considerando as interfaces entre a formação de políticas ambientais para Unidades de Conservação e a expertise técnica que a FJPO apresenta, duas parcerias foram implementadas no ano de 2015, cujas ações permaneceram em 2016.

1.2.1.2.1. Termo de Cooperação

Foi assinado em 15 de dezembro o Termo de Cooperação Técnica que estabelece a mútua cooperação entre o Município de Campinas, através da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Fundação José Pedro de

Oliveira, para ações de interesse recíproco, especialmente no que se refere à troca de conhecimento técnico e a realização de ações voltadas para a gestão das Unidades de Conservação Municipais, visando à regularização fundiária, elaboração de Plano de Manejo, proteção, conservação e recuperação das seguintes áreas:

- I – Área de Proteção Ambiental de Campinas;
- II – Área de Proteção Ambiental do Campo Grande;
- III – Parque Natural Municipal dos Jatobás;
- IV – Parque Natural Municipal do Campo Grande;
- V – Parque Natural Municipal da Mata; e
- VI – Refúgio da Vida Silvestre do Quilombo.

A FJPO integrou o Comitê Avaliador das Propostas de Técnica da licitação referente aos Planos de Manejo da APA de Campinas, APA Campo Grande e dos PNM Jatobás e Campo Grande.

No processo de licitação do Plano de Manejo da APA de Campinas, as análises das propostas técnicas foram analisadas conjuntamente entre SVDS, FJPO e demais participantes.

Foi realizada vistoria nas unidades de conservação municipais para maior apropriação e entendimento dos técnicos da SVDS e da FJPO.

A SVDS buscou a valoração da área referente ao PNM dos Jatobás, sendo enviado ofício à Câmara de Compensação do Estado de São Paulo solicitando recurso para desapropriação.

A Municipalidade encontra-se em processo de pesquisa nos cartórios para buscar a titularidade das áreas dos parques naturais municipais.

Foram feitas reuniões de alinhamento para ajustar as leis de estrutura da SVDS e da FJPO de forma a passar a gestão das unidades de conservação municipais para a FJPO.

1.2.1.2.2 Termo de Convênio

No dia 14 de janeiro de 2014, ocorreu uma forte tempestade que atingiu a ARIE Mata de Santa Genebra e suas imediações. Durante a tempestade houve ventos que chegaram a 87 km/h e há suspeita da passagem de um tornado, fato que ocasionou a queda de diversas árvores no interior da unidade de conservação. Estima-se que o

número árvores caídas seja superior a 300 (ressalta-se que não foram vistoriadas áreas no interior da floresta).

Com a degradação gerada pela tempestade, além dos impactos provenientes das ações antrópicas já existentes na unidade, houve aumento significativo do tamanho das áreas que necessitam de manejo e, atualmente, a Fundação José Pedro de Oliveira não dispõe de recursos suficientes, recursos humanos e recursos financeiros, para realizar todos os trabalhos necessários a fim de restaurar os processos ecológicos em desequilíbrio por meio de manejo florestal no interior da unidade.

Assim, foi assinado em 07 de agosto o Termo de Convênio nº 78/2015 que tem como objetivo regular as relações entre a Fundação José Pedro de Oliveira e o Município de Campinas, por meio da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visando à elaboração e execução de projeto voltado à Ação de Manejo e Recuperação Florestal de áreas degradadas na ARIE Mata de Santa Genebra.

Com a assinatura do referido Termo, foi realizado o repasse de R\$ 119.500,00 à Fundação, recurso oriundo do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), para contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra qualificada temporária para auxiliar no projeto de restauração florestal e manejo de áreas degradadas no interior da ARIE Mata de Santa Genebra a ser coordenado pela equipe técnica da Fundação José Pedro de Oliveira.

A equipe contratada pela Fundação José Pedro de Oliveira iniciou os trabalhos de manejo em janeiro de 2016, com finalização em dezembro.

1.2.1.3. Ações Conjuntas com as Universidades

1.2.1.3.1. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp)

A parceria entre a SVDS e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp) firmada em 14 de abril de 2015 continua gerando bons frutos.

Em 2016 iniciamos o 3º ciclo de trabalhos que se dividiram preferencialmente em duas modalidades: estágio obrigatório e Trabalhos de Conclusão de Curso, totalizando (16 trabalhos acadêmicos).

Em agosto iniciou-se o 4º ciclo no qual inclui 19 trabalhos na modalidade estágio obrigatório, sendo 9 com a Faculdade de Engenharia Ambiental e Sanitária, 1 com a faculdade de Arquitetura e Urbanismo e 2 com a Faculdade de Ciências Biológicas. Também foram desenvolvidos 3 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), junto à Faculdade de Ciências Biológicas e iniciou-se mais um trabalho inserido no programa de Extensão Universitária. A continuidade desses trabalhos tem sido muito gratificante e alinhada com nossos objetivos principais: troca de experiências, transversalidade e integração entre áreas com interface ambiental.

Segue abaixo, quadro de acompanhamento dos trabalhos:

Propostas Concluídas (4ºCiclo)

| ITEM | PROPOSTA | TITULO | UNIDADE (PUCC) | MODALIDADE |
|---------------------------------------|---|---|-------------------------|------------------------|
| BLOCO II – GEORREFERENCIAMENTO | | | | |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| BLOCO III – ÀREA VERDE E FAUNA | | | | |
| AVF1 | Levantamento de fauna e flora das Ucs e principais fragmentos | Unidades de Conservação | Biologia | Estágio Obrigatório |
| AVF2 | Projetos de parques lineares | Parque Linear da Lagoa - detalhamento de trecho | Arquitetura e Urbanismo | PET Arquitetura |
| AVF2 | Projetos de parques lineares | Parque Linear – Ribeirão Viracopos | Arquitetura e Urbanismo | Extensão Universitária |
| AVF3 | Levantamento de área ciliar / ribeirinha total e degradada do município | BAV | Biologia | Estagio Obrigatorio |
| AVF3 | Levantamento de área ciliar / ribeirinha total e degradada do município | BAV | Biologia | Estagio Obrigatorio |

| | | | | |
|--------------------------------------|---|--|-------------------------|---------------------|
| AVF3 | Levantamento de área ciliar / ribeirinha total e degradada do município | BAV | Biologia | Estagio Obrigatorio |
| BLOCO IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| EA2 | Pesquisa com a comunidade sobre a percepção ambiental | Elaboração de identidade visual e plataforma de divulgação | Arquitetura e Urbanismo | Estagio Obrigatório |
| BLOCO V – OUTROS PROJETOS | | | | |
| OUT8 | Contextualização da fauna no processo de Licenciamento Ambiental | Características Gerais de Aves (Thraupidae) do município de Campinas | Ciências Biológicas | TCC |
| OUT8 | Contextualização da fauna no processo de Licenciamento Ambiental | Caracterização da Chiróptero fauna do município de Campinas | Biologia | TCC |
| OUT8 | Contextualização da fauna no processo de Licenciamento Ambiental | Espécies da Ordem Carnívora de Campinas | Biologia | TCC |
| OUT10 | Elaborar Termo de Referência para elaboração de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa | Apoio técnico e administrativo ref. ao inventário de gases de efeito estufa | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT16 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT16 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT16 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT16 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT16 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Suporte aos eventos do calendário da SVDS | Engenharia Ambiental | Estagio Obrigatório |
| OUT 16/EA2 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS/Pesquisa com a comunidade | Acompanhamento da formação do coletivo educador ambiental jovem de Joaquim Egídio; apoio e acompanhamento na | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |

| | | | | |
|------------|---|---|----------------------|---------------------|
| | | elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental; atividades de educação ambiental com estudo do meio, oficinas e rodas de conversa | | |
| OUT 16/EA2 | Suporte aos eventos do calendário da SVDS/Pesquisa com a comunidade | Acompanhamento da formação do coletivo educador ambiental jovem de Joaquim Egídio; apoio e acompanhamento na elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental; atividades de educação ambiental com estudo do meio, oficinas e rodas de conversa | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |

Propostas Concluídas (3ºCiclo)

| ITEM | PROPOSTA | TITULO | UNIDADE (PUCC) | MODALIDADE |
|--------------------------------------|--|--|----------------------|---------------------|
| BLOCO I - RECURSOS HÍDRICOS | | | | |
| RH1/AV3 | Levantamento Hidrográfico – Mapeamento e caracterização de nascentes | Levantamento Hidrográfico – mapeamento e caracterização de nascentes/Levantamento de área ciliar/ribeirinha total e degradada do município | Engenharia Ambiental | TCC |
| BLOCO IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| EA1 | Manual da construção sustentável | Manual da construção sustentável | Engenharia Ambiental | TCC |
| EA2 | Pesquisa com a comunidade | Monitoramento das atividades de Ed. Amb., atendimento socioambiental, relatórios, análise e avaliação de atividades | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| EA2 | Pesquisa com a comunidade | Auxílio no Plano Municipal de Ed. Ambiental, Suporte à organização da SEMEIA | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |

| | | | | |
|---------------------------------------|---|---|----------------------|----------------------------|
| | | 2016, suporte à coordenação | | |
| EA2 | Pesquisa com a comunidade | Acompanhamento da formação do coletivo educador ambiental jovem de Joaquim Egídio; apoio e acompanhamento na elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental; atividades de educação ambiental com estudo do meio, oficinas e rodas de conversa | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| EA2 | Pesquisa com a comunidade | Acompanhamento da formação do coletivo educador ambiental jovem de Joaquim Egídio; apoio e acompanhamento na elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental; atividades de educação ambiental com estudo do meio, oficinas e rodas de conversa | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| EA3 | Conscientização sobre descarte irregular de resíduos sólidos | Conscientização sobre descarte irregular de resíduos sólidos | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório ou TCC |
| BLOCO II – GEORREFERENCIAMENTO | | | | |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| GEO 2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Georreferenciamento do Licenciamento | Engenharia Ambiental | TCC? |
| GEO1 | Georreferenciamento de séries históricas – áreas contaminadas | Análise das séries históricas do Município de Campinas | Engenharia Ambiental | TCC |

| BLOCO V – OUTROS PROJETOS | | | | |
|---------------------------|--|--|----------------------|---------------------|
| OUT5 | Análises críticas do licenciamento ambiental municipal | Análises críticas do licenciamento ambiental municipal | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |
| OUT9 | Busca ativa de eco cidadãos e eco negócios | Econegócio: novas perspectivas de trabalho | Psicologia | Estágio Obrigatório |
| OUT9 | Busca ativa de eco cidadãos e eco negócios | Econegócio: novas perspectivas de trabalho | Psicologia | Estágio Obrigatório |

Propostas Concluídas (2º Ciclo)

| ITEM | PROPOSTA | TITULO | UNIDADE (PUCC) | MODALIDADE |
|-----------------------------|--|--|----------------------|---------------------|
| BLOCO I - RECURSOS HÍDRICOS | | | | |
| RH1 | Levantamento Hidrográfico - Mapeamento e caracterização de nascentes | Programa de Recuperação de Nascentes - PRNAC | Ciências Biológicas | Estágio Obrigatório |
| RH2 | Definição do limite de suporte de ocupação das bacias | Proposta de Regulamentação do Subprograma PSA-Água de Campinas | Ciências Biológicas | Estágio Obrigatório |
| RH2 e AVF3 | Definição do limite de suporte de ocupação das bacias. Levantamento de área ciliar/ribeirinha total e degradada do município | Análise de impactos ambientais, difusos e pontuais, do trecho central, da microbacia do Rio Capivari, no distrito do Ouro Verde, Campinas/SP | Engenharia Ambiental | TCC |
| RH2 e AVF3 | Definição do limite de suporte de ocupação das bacias. Levantamento de área ciliar/ribeirinha total e degradada do município | Impactos ambientais temporais decorrentes da expansão urbana no trecho central da sub-bacia do Rio Capivari – Campinas/SP | Engenharia Ambiental | TCC |
| RH4 | Nomeação oficial dos cursos d'água | Nomenclatura dos rios na cidade de Campinas/SP | Geografia | Estágio Obrigatório |
| RH4 | Nomeação oficial dos cursos d'água | Nomenclatura dos rios na cidade de Campinas/SP | Geografia | Estágio Obrigatório |

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|----------------------|---------------------|
| | | | | |
| BLOCO III – ÀREA VERDE E FAUNA | | | | |
| AVF1 | Levantamento da Fauna e flora das UC's e principais fragmentos | Levantamento de fauna dos EIA/Rima, criação de uma matriz com os dados da biologia de cada espécie | Ciências Biológicas | Estágio Obrigatório |
| AVF3 | Levantamento de área ciliar/ribeirinha total e degradada do município | Estudo de técnicas de manejo da espécie invasora <i>Leucaena leucocephala</i> no município de Campinas-SP. | Engenharia Ambiental | TCC |
| BLOCO IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| EA 5 | Mapeamento estratégico e participativo de ações e iniciativas de educação ambiental não formal no município, por macrozona ou bacia hidrográfica | Mapeamento e análise das iniciativas de educação ambiental no município de Campinas | Engenharia Ambiental | TCC |
| BLOCO II - GEORREFERENCIAMENTO | | | | |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Levantamento das atividades licenciadas | Geografia | Estágio Obrigatório |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Levantamento das atividades licenciadas | Geografia | Estágio Obrigatório |
| GEO2 | Georreferenciamento do Licenciamento | Levantamento das atividades licenciadas | Ciências Biológicas | Estágio Obrigatório |
| BLOCO V – OUTROS PROJETOS | | | | |
| OUT5 | Análises críticas do licenciamento ambiental municipal | Plano de Recursos Hídricos - levantamento para o eixo institucional. | Engenharia Ambiental | Estágio Obrigatório |

Propostas Concluídas (1ºCiclo)

| ITEM | PROPOSTA | TITULO | UNIDADE (PUCC) | MODALIDADE |
|------------------------|--|--|-------------------------|------------------------|
| ÁREAS VERDES E FAUNA | | | | |
| AVF 2 | Projetos de parques lineares | Estudo Preliminar de Projeto do Parque Linear no Jardim São Marcos | Arquitetura e Urbanismo | PET Arquitetura |
| OUT 12, AVF 2 e OUT 17 | Parque Linear Ribeirão das Pedras (Lev. Histórico da APP do Ribeirão das pedras Parque Linear, e projeto ciclovitário) | Projeto Parque Linear Ribeirão das Pedras - uma metodologia para desenvolvimento de projetos urbanos | Arquitetura e Urbanismo | Extensão Universitária |
| AVF 8 | Arborização Urbana X Vias Verdes e Polígono de Multiplicidade Ambiental -- LC 15/06 – Plano Diretor Municipal | Cenários Futuros - polígono das vias verdes | Arquitetura e Urbanismo | PET Arquitetura |

1.2.1.3.2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica, com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para ações em cooperação na área de proteção animal e formação de corredores ecológicos foi finalizado por parte da Prefeitura.

A parceria possibilita ações que serão voltadas ao controle, conservação e manejo de forma ética e legal, das populações domésticas, selvagens, peçonhentos e sinantrópicos, bem como o desenvolvimento de atividades voltadas a medicina da conservação, educação e promoção da guarda responsável de animais, dentro do Campus da Unicamp, localizado na Cidade Universitária.

1.2.1.4. Casa da Sustentabilidade



A Casa da Sustentabilidade tem por objetivo de apresentar à sociedade de Campinas e da região uma construção modelo de possibilidades alternativas de projetos, materiais e métodos construtivos. A Casa da Sustentabilidade será uma exposição permanente de soluções alternativas construtivas ecologicamente corretas, permitindo a constante atualização das tecnologias expostas, de modo a contemplar as progressivas inovações nesse campo. O espaço será referência em Educação Ambiental sobre o tema, tanto para técnicos do setor, como para usuários do parque e para visitas guiadas de escolas da cidade e da região. A Casa será usada ainda para eventos e exposições temporárias de interface ambiental, além da exposição permanente de soluções sustentáveis, com o objetivo de manter o debate constante e atualizado entre poder público, população e setores envolvidos, de forma intuitiva, dinâmica e interativa.

O Governo Municipal lançou no dia 15 de outubro, o Concurso Público Nacional de Arquitetura para projeto da Casa da Sustentabilidade, idealizado pela Administração Municipal, por meio da SVDS, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). O projeto será executado por meio de uma parceria público-privada para que Campinas tenha seu primeiro centro de exposição permanente de tecnologias sustentáveis, pioneiro no País, com possibilidades alternativas de projetos, materiais e métodos construtivos com base em soluções socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas.

As inscrições foram feitas até o dia 22 de janeiro, sendo que os trabalhos foram entregues até o dia 29 de janeiro de 2016, sendo que o julgamento para a escolha do

melhor projeto será feito por cinco profissionais de arquitetura indicados pela Prefeitura Municipal de Campinas e IAB.

A premiação para o concurso foi financiada pelo Fundo PROAMB, sendo que o arquiteto que apresentar o melhor projeto será automaticamente contratado para realizar o projeto detalhado (projeto executivo) e receberá pelo trabalho o valor de R\$ 300 mil, sendo R\$ 50 mil recebidos no dia da premiação e o restante do valor, R\$ 250 mil, no decorrer das etapas do detalhamento do projeto.

Referido evento de premiação ocorreu no dia 08 de março de 2016, sendo que recebeu 321 inscrições, tendo sido entregues 237 projetos originários de 16 Estados diferentes da Federação. A próxima etapa será a contratação da equipe vencedora para elaboração do projeto completo.

Maiores informações acerca do Concurso Nacional de Arquitetura para o projeto da Casa da Sustentabilidade estão disponíveis no site:

<http://www.iabsp.org.br/casadasustentabilidade>.

O novo espaço de referência ambiental terá uma área construída de 2 mil metros quadrados, em um terreno de 5 mil metros quadrados, na Lagoa do Taquaral. O terreno está localizado no portão 5 do Parque Portugal, atrás da sede da Guarda Municipal.

Além da aplicação dos conceitos de sustentabilidade por todo o projeto, a casa terá o papel educacional, ao demonstrar didaticamente o modo de aplicação das soluções sustentáveis.



Anúncio do concurso público
Crédito: Antonio Oliveira

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28422>

Em 2016, Campinas recebeu na noite desta do dia 18 de outubro, em São Paulo, o prêmio na categoria "Green Building" pelo projeto da Casa da Sustentabilidade no XIII Grande Prêmio de arquitetura corporativa. A premiação, promovida pelo Grupo Flex, tem por objetivo homenagear os melhores trabalhos de arquitetura corporativa, seus autores, investidores e gerenciadores.

Além da Prefeitura de Campinas, que foi representada pelo arquiteto da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), Cezar Capacle, o arquiteto autor do projeto da Casa da Sustentabilidade, Matheus Marques, também foi premiado.



Autor: Matheus Marques Rodrigues Alves
Coautores: Ricardo Felipe Gonçalves e Marcus Rosa
Consultora: Tássia Helena Teixeira Marques
São Paulo – SP

Fonte: <http://iabsp.hospedagemdesites.ws/casadasustentabilidade/index.php/premiados/>

Os vencedores receberam troféu, uma página na publicação especial do 18º Anuário da Flex e Certificado. A categoria Green Building avaliou projetos desenvolvidos segundo princípios da sustentabilidade social, ambiental e econômica, desde a sua concepção, construção e durante a toda a sua operação.



Cezar Capacle, Alan Cury, presidente do IAB-Campinas e coordenador do Concurso Casa da Sustentabilidade, e Matheus Marques e Troféu

Crédito: Arquivo PMC

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=30561>

1.2.2. Investindo em Ciclovias

Em 2014 foi formado um grupo de trabalho para alavancar as ações relativas a implementação do futuro sistema o sistema cicloviário de Campinas; com a participação da Secretaria de Transportes, EMDEC, Secretaria de Urbanismo Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria de Serviços Públicos, que designaram técnicos e assessores para os trabalhos. O objetivo foi definir os projetos necessários a implementação das ciclovias no município de Campinas, para se atingir a meta de 100 km até 2016.

Inicialmente, o Secretário de Transportes apresentou um conjunto de trajetos que já possuem os projetos funcionais prontos para serem executados, que abrangem os primeiros dezesseis quilômetros de ciclovias. Esse primeiro conjunto de trajetos, considerado como o lote zero das ciclovias a serem implementadas na cidade, será executado pela EMDEC em conjunto com Secretaria de Serviços Públicos.

Existem sugestões de trajetos oriundas da Secretaria de Transportes, Secretaria do Verde e também dos cicloativistas. Estes percorrem os principais bairros e consideram a facilidade de implementação e o impacto na mobilidade, especialmente em bairros mais populosos e com indicadores socioeconômicas menos favoráveis.

Para que a meta de implantação de 100 km de ciclovias, proposta no plano de governo, seja cumprida, outros três lotes de projetos estão previstos, cada um com cerca de 25 km em trajetos. Após os estudos e discussões acima relatados a coordenação da realização das obras do plano cicloviário por determinação do Sr. Prefeito está centralizada sob a gestão do Secretário Carlos José Barreiro e da EMDEC. A SVDS disponibilizou para elaboração desses projetos uma verba do PROAMB já reservada no valor de 700 mil reais. Para tanto, foram realizadas reuniões periódicas com ciclistas, de várias regiões, para levantamento das demandas e o planejamento das ações e dado início ao projeto da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul).

Para completar os primeiros 25 quilômetros, somam-se alguns outros projetos como da Avenida Baden Powell e da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul), que são

financiados por recursos privados provindos de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), conforme a seguir:

1.2.2.1. Revitalização da Avenida José de Souza Campos (Norte-Sul) e construção de ciclovia

Deu-se a construção de pista de concreto para caminhada e também ciclovia em trecho de 1,3 km na Avenida José de Souza Campos. Além da pista de caminhada e ciclovia, foram instalados 50 postes de iluminação por energia renovável (solar) e também 50 lixeiras duplas.



Ciclovia em pleno uso
Crédito: Gilson Machado

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28319>

1.2.2.2. Revitalização da Avenida Baden Powell e construção de ciclovia

Deu-se a remoção das antigas torres de alta tensão e Identificação Digital de todas as árvores plantadas no canteiro central, bem como a implementação da ciclovia.



Ciclovia Baden Powell é inaugurada

Fonte: <http://www.destakjornal.com.br/noticias/campinas/ciclovia-baden-powell-e-inaugurada-303282/>

1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente



Por meio do Orçamento Participativo (OP), a comunidade, entidades e ativistas ligados às áreas de meio ambiente podem definir prioridades em ações e programas públicos com verbas do orçamento municipal.



Assembleia realizada na noite do dia 29/05/14, no Salão Vermelho da PMC
Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>

A implementação dessas ações é conduzida diretamente pela SVDS, com interface as diversas políticas, programas, projetos e ações conduzidas principalmente pelo Gabinete e Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, a saber:

1.2.3.1. Elaboração de plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares em Barão Geraldo

Trata-se da solicitação em Plenária do Orçamento Participativo de 2012, realizada em 05 de junho de 2012, em Barão Geraldo, que demandou a elaboração de um plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares. Paralelamente, surgiu um movimento popular pela criação de um parque na área da Fazenda Rio das Pedras (Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo).

Neste sentido, foi criado o Grupo de Trabalho Técnico para realizar um estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo,

por meio da Portaria nº 80172/2013 publicada em Diário Oficial Municipal no dia 19 de junho de 2013.

Esse grupo, formado por técnicos da SVDS, da Fundação José Pedro de Oliveira (órgão responsável pela gestão da ARIE Mata de Santa Genebra), do Instituto Chico Mendes (ICMBio), do Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo além de outros técnicos voluntários, tem por meta identificar os fragmentos de Barão Geraldo e analisar o seu grau de conservação, levando em conta o nível de conectividade que eles possuem. Essa ação tem como objetivo elencar os fragmentos com potencial para serem transformados em UCs, além de se estudar os possíveis caminhos para interligar esses fragmentos com as UCs existentes, dentre as quais está Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra (UC Federal) e em processo de criação.

O resultado do trabalho do Grupo Técnico foi a elaboração e encaminhamento do Plano de Trabalho para Contratação de Estudo Técnico e Definição de Áreas para Criação/Ampliação de Unidades de Conservação na Região de Barão Geraldo com ênfase na Fazenda Rio das Pedras, em Campinas/SP à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo em abril de 2014, por meio do Ofício nº 124/14, a fim de obter recursos para viabilização do referido estudo (R\$580.000,00).

O Plano de Trabalho foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em junho de 2014, por meio do Ofício nº265/14 para conhecimento e encaminhamentos que julgarem necessários para apoiar ao nosso trabalho, dentro do escopo e das atribuições desse respeitável órgão.

Para maiores informações, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gt-barao.php>

1.2.3.2. Planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas

Trata-se da solicitação do planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas, através da elaboração de um Plano Municipal de

Preservação e Recuperação dos Recursos Hídricos, incluindo Cadastro das Nascentes, Análise das Áreas de Risco e Elaboração de Políticas e Projetos de Preservação.

O planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas está sendo tratado pelo Plano Municipal de Recursos Hídricos, acompanhado pelo protocolado nº 2014/10/48560 com aprovação por meio de Decreto Municipal que pode ser visualizado pelo link: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>.

1.2.3.3. Medidas para a proteção de mananciais

Esta demanda será suprida também nos escopos do “Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas ciliares” e do Plano Municipal de Recursos Hídricos.

1.2.3.4. Plano Cicloviário do Município

Trata-se de solicitação de que seja implementado o Plano Cicloviário do Município que é de grande interesse do ponto de vista ambiental, ação de competência técnica e de gestão da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), conforme item 1.2.2 deste Relatório.

1.2.3.5. Bicicletários e Paraciclos

Trata-se da pretensão de instalação de Bicicletários e Paraciclos em espaços e prédios públicos de Campinas, que é estrategicamente fundamental para o sucesso do plano cicloviário da cidade, que contribuirá com a mobilidade Urbana Sustentável.

A competência técnica e de gestão sobre o viário da cidade é atribuída à Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), para onde foi encaminhado o protocolo para prosseguimento.

1.2.3.6. Coletivo Educador Ambiental de Campinas

Trata-se de solicitação de apoio às atividades do Coletivo Educador Ambiental de Campinas. A Política Municipal de Educação Ambiental (Lei 14.961/2015) prevê em seu art. 18 o Plano Municipal de Educação Ambiental como instrumento de gestão. O Plano contempla a demanda do Orçamento Participativo, cujos programas, projetos e ações serão financiados pelos recursos do erário municipal, através do Fundo de

Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) e o Fundo de Direitos Difusos (FUNDIF) ou de outras fontes de financiamentos, desde que os projetos atendam a critérios e condições a serem estabelecidos em Edital.

1.2.3.7. Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente

Trata-se da solicitação de elaboração de Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente, cadastro, informatização e disponibilização para a população, a partir de levantamento e sistematização de dados sobre o meio físico, socioeconômico e político-institucional, gerando estímulos e subsídios para ampliação da participação da população na gestão e planejamento socioambiental da cidade de Campinas. A elaboração do Atlas Ambiental está sob a gestão da Coordenadoria de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TeIA/DVDS-SVDS), que fará a compilação das informações que comporão a primeira versão do Atlas, inclusive os planos e programas elaborados ou em desenvolvimento por esta Pasta.

A primeira versão do Atlas conterà as informações ambientais do Município no formato *webpage* e será disponibilizada para o público a partir de um *link* da página da SVDS. Não está previsto para esta fase o aporte de recursos financeiros, sendo realizada totalmente pelos técnicos da SVDS.

1.2.3.8. Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco

A demanda indica a implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco.

Dessa forma, o Banco de Áreas Verdes (BAV), com incumbência legal de recuperar as Áreas Verdes do Município, já internalizou essa demanda do O.P. e tem destinado compensações ambientais para tais locais, como a APP do Córrego do Pium, no Jardim Miranda - Protocolos nº 2012/10/23653 e 2010/10/32490, a Praça 4 do Jardim Planalto de Viracopos - 2012/10/37402 e a Praça 2 "Q.T. 8379" da Vila Nogueira - Protocolo nº 2011/10/27299.

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

Recentemente foram indicados plantios de reflorestamento em APPs e nascentes a saber:

Plantio na APP da Fazenda do Exército

| | Local | Número de mudas |
|----------|---|------------------------|
| 1 | Plantio na APP da Fazenda do Exército | 29.798 |
| 2 | Praça 01 do Loteamento Caminhos do São Conrado (APA Campinas) | 6.602 |
| 3 | Plantio no Bairro Gargantilha (APA Campinas) | 23.127 |
| 4 | Fazenda São Vicente (APA Campinas) | 14.679 |

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

1.2.4. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público

1.2.4.1. Atualização do site e identidade visual da SVDS

Após a readequação do site da Secretaria em 2014, realizada de modo a refletir a sua nova organização, o ano de 2015 foi marcado por uma série de atualizações e aprimoramentos nas funcionalidades do site.

O intuito desse processo foi padronizar e aprimorar a apresentação das informações para os usuários, garantindo que os conteúdos mais importantes fossem facilmente localizados e consultados, atendendo ao princípio da transparência ativa. Nessa lógica, destaca-se o trabalho feito com as páginas dos Planos Municipais em andamento (Recursos Hídricos, Verde e Educação Ambiental) e com os Conselhos e Fundos Municipais (COMDEMA, Congeapa, CMPDA, Conselho de Regulação e Controle Social ARES/PCJ, PROAMB e FUNDIF).

Além disso, portais, projetos e áreas de atuação da SVDS tiveram sua identidade

visual criada, com os *banners* inseridos no site, com destaque para o Portal Árvores de Campinas, o Sistema de Identificação Digital, o Portal Arquimedes, o Selo S, Água de Reúso e Diretrizes Ambientais.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

1.2.4.1.1. Teia da Cidadania Ambiental



A Teia da Cidadania Ambiental foi pensada como uma forma fácil para o cidadão de Campinas pesquisar todas as informações ambientais do município. O intuito foi disponibilizar conteúdos de forma mais amigável à consulta dos usuários e atender ao princípio da transparência ativa.

Qualquer cidadão que tenha interesse em ter acesso aos projetos, planos, relatórios e informações produzidas pela SVDS, pode fazê-lo de maneira direta, por meio de ícones organizados por tema e separados por cor.

A Teia da Cidadania Ambiental pode ser acessada pelo site da SVDS, ou diretamente pelos links:

<http://ambientecampinas.wix.com/cidadaniaambiental>

<http://cidadania-ambiental.ga>



1.2.4.2. Divulgação de eventos e ações da SVDS

Com o lançamento do Portal do Cidadão, a divulgação de eventos da SVDS migrou para o novo serviço. Ainda assim, na página da SVDS há um link exclusivo para os eventos da SVDS (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/eventos.php>). Nele, o usuário tem acesso aos eventos já realizados pela Secretaria, desde 2013.

Como canal prioritário de divulgação de eventos e ações para a população, a SVDS mantém sua página no *Facebook* atualizada com informações muitas vezes em tempo real sobre o andamento de suas atividades. A página funciona ainda como meio de comunicação suplementar aos meios oficiais (Diário Oficial e Portal da Prefeitura) para convocações, convites, trabalhos realizados e outras notícias de interesse.

São canais de comunicação disponíveis:

E-mail: meioambiente@campinas.sp.gov.br

Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

1.2.4.4. Atendimento ao público

Em média são atendidas pessoalmente ou por telefone 30 pessoas ao dia, entre atendimentos telefônicos e presenciais, totalizando cerca de 600 atendimentos por mês. Estes atendimentos se dividem em atendimento ao munícipe referente à consulta de protocolos, denúncias e diversas informações sobre assuntos da SVDS ou internos (aos servidores da SVDS), referentes a procedimentos, sistema de tramitações de protocolos, informática, solicitações à IMA, solicitações ao DGP, telefonia, espaço físico, entre outros.

1.2.4.5. Sistema 156 e Lei de Acesso à Informação (LAI)

No ano de 2016 foram recebidas 6.448 solicitações por meio do sistema de atendimento ao munícipe 156, o principal sistema de atendimento ao munícipe.

Destas solicitações, em torno de 40% (2.424 ocorrências) referem-se a denúncias e solicitações encaminhadas ao Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal, -outras 175 relacionadas à Fiscalização Ambiental ou ao Licenciamento Ambiental e ainda 38 ocorrências direcionadas ao Gabinete do Secretário.

Além disso, 15 foram as solicitações de informações através da Lei de Acesso à Informação (LAI).

1.2.5. Atividades Ordinárias do Gabinete

1.2.5.1. Protocolos

No ano de 2016, foram recebidos 2.466 protocolos no Gabinete, triados, analisados e respondidos 2.908 protocolos.

1.2.5.2. Emissão e Recepção de Documentos

No mesmo período, foram emitidos 769 ofícios, 24 memorandos, 21 Resoluções.

1.2.6. Representações

A SVDS participa de várias ações voltadas direta ou indiretamente à área ambiental, retratando a sua capilaridade de atuação junto a Conselhos, Comissões, Fóruns e outras organizações internas e externas, podendo contribuir e influenciar na formação de políticas e gestão de ações que tenham interface como o meio ambiente natural, urbano, cultural ou laboral.

Nessa linha, pode-se verificar a participação da Pasta Ambiental em 16 Conselhos, órgãos que permitem a participação comunitária na gestão pública:

| CONSELHOS | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|---|---|
| Conselho da Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP (Câmara Temática do Saneamento e Meio Ambiente) | AGEMCAMP |
| Conselho da Cidade de Campinas - CONCIDADE | SEPLAN |
| Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC | CULTURA |
| Conselho Gestor da APA de Campinas - CONGEAPA | SVDS |
| Conselho Gestor do Parque Linear do Capivari | SEPLAN |
| Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA | SVDS |
| Conselho Municipal de Habitação | SEHAB |
| Conselho de Regulação e Controle Social da ARES- PCJ | GABINETE DO PREFEITO |
| Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental APAS- Piracicaba /Juqueri Mirim Área II - Sistema Cantareira -2011 a 2013 | FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO |
| Conselho Gestor da Plataforma Programa Cidades Sustentáveis | GABINETE DO PREFEITO |
| Conselho Diretor do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente – PROAMB | SVDS |

| | |
|--|-------------------------|
| Conselho Gestor Local de Gestão da Macrozona 5 - MZ5 | SEPLAN |
| Conselho Consultivo da ARIE MSG | GABINETE DO PREFEITO |
| Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT | SETRANSP |
| Conselho Municipal Orçamento Participativo - COP | RELAÇÕES INSTITUCIONAIS |
| Conselho Gestor do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF | SVDS |

O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 12 Comitês ou Comissões:

| COMISSÃO/ COMITES | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|--|----------------------|
| Comitê Gestor da Operação Estiagem /Operação Verão 2014/2015 | GABINETE DO PREFEITO |
| Comitê de Acompanhamento e Gestão de Acordo do Termo de Reciprocidade entre o Município, ICMBIO – Inst. Chico Mendes Biodiversidade e Fundação José Pedro Oliveira | FJPO |
| Participação Assembléia da Comissão Preparatória para 5ª Conferência da Cidade de Campinas | SEPLAN |
| Comitê da Cidade Resiliente – CCR | GABINETE DO PREFEITO |
| Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas | CULTURA |
| Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária | GABINETE DO PREFEITO |
| Comissão de Arborização | SERVIÇOS PÚBLICOS |
| Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias de Campinas/SP | IBGE |
| Comissão Especial de Revisão da Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança | COMDEMA |
| Comissão Especial do Distrito Industrial de Campinas – CEDIC | GABINETE PREFEITO |
| Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas | CULTURA |

| | |
|--|--------------------|
| Política Municipal e do Plano Municipal Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. | ASSISTÊNCIA SOCIAL |
|--|--------------------|

O quadro seguinte descreve a participação da Pasta em 25 Grupos de Trabalhos:

| GRUPO DE TRABALHO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|--|---------------------------|
| GT- Áreas Prioritárias para Preservação Ambiental Barão Geraldo | GABINETE DO PREFEITO |
| GT- Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental | SVDS |
| GT- Programa Município Verde/Azul | GABINETE DO PREFEITO |
| GT Elaboração do Plano M. de Gestão Integrada de Resíduos | SERVIÇOS PÚBLICOS |
| Grupo Gestor da Plataforma Cidades Sustentáveis | GABINETE DO PREFEITO |
| Grupo de Trabalho da Comissão de Arborização | SERVIÇOS PÚBLICOS |
| GAUCA- Grupo de Acompanhamento para Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental | SVDS |
| GT destinado a Promover Estudos e Viabilizar a Execução das Políticas Públicas | GABINETE DO PREFEITO |
| Grupo de Gestão e Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos | GABINETE PREFEITO |
| Grupo de Controle e Contenção de ocupações, parcelamentos clandestinos e danos ambientais | GABINETE PREFEITO |
| PAC- Unidade Gestora Local-UEL | GABINETE PREFEITO |
| Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE | GESTÃO E CONTROLE |
| GT - Fiscalização, Segurança e Proteção Malha Ferroviária | GABINETE PREFEITO |
| GT - Poupa Tempo Empresarial | GABINETE PREFEITO |
| GT - para Analisar e Propor Alterações na Legislação | SEPLAN |
| GT - Representação Convênios e Contratos | ADMINISTRAÇÃO |
| GT - Projeto Rural Inteligente | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |

| | |
|--|---------------------------|
| Grupo de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no município de Campinas-SP | GABINETE PREFEITO |
| GT - Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB | GABINETE PREFEITO |
| GT - Relatório de Sustentabilidade Municipal-GRI | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |
| GT - Plano de Recursos Hídricos | SVDS |
| GT - Revisão da Legislação Urbanística | SEPLAN |
| G-TALF | SEPLAN |
| Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil no Âmbito do Município de Campinas | SERVIÇOS PÚBLICOS |
| Grupo de Trabalho da Cidade Inteligente | GABINETE PREFEITO |

Participamos também de 2 Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a saber:

| CÂMARA TÉCNICA | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|----------------|----------------------|
| Plano de Bacia | GABINETE DO PREFEITO |
| Planejamento | GABINETE DO PREFEITO |

As 55 representações acima refletem uma atuação ampla dos técnicos da SVDS na tomada de decisões em políticas públicas e ações governamentais específicas em áreas de interface, promovendo sinergia de cooperação, capilaridade, visão integrada e multidimensional na agenda ambiental local e regional.

1.2.7. Equacionamento de áreas contaminadas

O equacionamento das Áreas Contaminadas possui várias ações estruturantes:

- ✓ mapeamento de áreas contaminadas;

- ✓ análise de relatórios anuais com a relação das áreas contaminadas da CETESB;
- ✓ identificação e restrição de áreas com risco; e
- ✓ fiscalização de áreas contaminadas, entre outras.

Dando continuidade à espacialização das áreas contaminadas por meio de um programa de georreferenciamento, constituindo assim um banco de dados, já concluímos a Relação de 2013, divulgada pela CETESB em 2014, mantendo o nosso banco de dados atualizado.

Continuando o enfrentamento da busca pela remediação da área Mansões Santo Antonio, área reconhecidamente crítica, foi apreciada pela CETESB, o Termo de referência que irá permitir a contratação do serviço de investigação detalhada e elaboração do Plano de Remediação, avançando mais uma etapa objetivando a remediação da área.

1.2.7.1. Mansões Santo Antônio



No final dos anos 90, a empresa Concima S.A. Construções Civas implantou, na Rua Hermantino Coelho, 908, um conjunto de apartamentos residenciais denominado Parque Primavera. O local foi anteriormente ocupado pela Proquima Produtos Químicos Ltda., empresa que procedia à recuperação de solventes e era recorrente em infrações e práticas ambientais inadequadas, que redundaram na contaminação do solo e das águas subterrâneas. A confirmação se deu somente em 2001, quando já haviam sido construídos três edifícios, um dos quais já ocupado.

Os estudos ambientais na área foram iniciados em 2001, onde foram detectadas concentrações de metais e solventes organoclorados em solo e água subterrânea significativamente acima dos padrões ambientais. Os resultados também demonstraram que os contaminantes em água subterrânea extrapolavam os limites

das áreas dos lotes 04 e 05 (área crítica), atingindo propriedades adjacentes do bairro Mansões Santo Antônio.

Em outubro de 2010, a AECOM foi contratada pela CONCIMA (compradora do passivo - lotes 4 e 5) para realização de uma Investigação Ambiental Detalhada e Avaliação de Riscos à Saúde Humana. Ainda em 2010, a AECOM iniciou as obras emergenciais para implantação e operação de um Sistema de Extração de Vapores do Subsolo, junto ao bloco A do conjunto Residencial Parque Primavera, citado anteriormente.

Em função do não cumprimento de questões contratuais entre CONCIMA e AECOM, em março de 2011, todos os serviços foram paralisados.

Desde a confirmação da contaminação (2001) houve enorme dificuldade para o enfrentamento e solução para este passivo. Em junho de 2013, por meio de uma ação inovadora da Prefeitura Municipal de Campinas, foram retomados os estudos de investigação ambiental no bairro pela AECOM (essa por já ter iniciado os estudos em 2010). Em 22 de novembro de 2013 foi encaminhado à CETESB o Ofício nº 391/2013-GP pelo Sr. Prefeito Municipal, solicitando manifestação sobre o conteúdo dos estudos técnicos realizados pela consultoria AECOM, passo essencial para a definição dos estudos complementares e das medidas de remediação.

E a Prefeitura, sob a coordenação da SVDS, segue no rumo da solução do problema histórico do bairro. Para tanto, foi instalado o Sistema de Extração de Vapores que funciona 24 horas por dia, inaugurado em 05 de junho de 2014 (o sistema funciona por contrato direto com a AECOM através de TAC's da PMC)-. Esse sistema foi acordado com a CETESB anos atrás, como medida mitigadora, visando à diminuição do risco a saúde dos moradores da torre habitada.

O sistema possui uma unidade fixa com equipamentos adequados para proporcionar o vácuo e encaminhar os gases para tratamento, através de compressores radiais, tanques demister e filtros de carvão ativado para vapores, sendo todos os equipamentos automatizados e controlados através de um painel elétrico. As linhas do sistema são todas subterrâneas, não havendo nenhuma interferência para os moradores no local. O sistema está instalado na garagem subterrânea do Bloco A do conjunto residencial e uma unidade de inspeção está localizada no lote de cima para

que sejam feitas inspeções e monitoramento, de forma a garantir a eficiência da tecnologia aplicada.

A Prefeitura, por meio da SVDS entregou à CETESB os seguintes documentos para análise e manifestação:

- Novembro de 2014: 1º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de julho e outubro de 2014 - 126 dias após o início do funcionamento do sistema de extração de vapores e Relatório de Investigação Complementar para atualização do mapa de risco de inalação de vapores em ambiente aberto.
- Março de 2015: 2º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de outubro de 2015 e janeiro de 2015.
- Agosto de 2015: Relatório de Destinação de Resíduos – Carvão Ativado.
- Setembro de 2015: 3º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de janeiro a junho de 2015.
- Dezembro de 2015: 4º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de junho a setembro de 2015.
- Agosto de 2016: 5º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo (SVE) contemplando os meses de setembro de 2015 a julho de 2016.

O Grupo de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no Município de Campinas esteve focado em [2015](#), nas tratativas em conjunto a CETESB, para a revisão do Decreto 14091/2002, que culminou no Decreto 18.669, de 16 de março de 2015, modificando as restrições impostas no Decreto anterior.

Ainda com o auxílio da CETESB (aprovado em fevereiro de 2015) foi elaborado o Termo de Referência para subsidiar o Estudo de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção, a fim de se delimitar todas as plumas de contaminação e indicar o melhor plano de intervenção que será contratado por meio de licitação através da Concorrência nº 11/2016 (protocolo 2015/10/23436). O Termo tem por objetivo fornecer todos os detalhes técnicos, bem como um plano de intervenção, para as atividades futuras de remediação.

Em suma, a Prefeitura traçou o seguinte plano de trabalho, dividido em cinco etapas principais:

1. Retomada dos Estudos Técnicos pela AECOM (concluída);
2. Implantação e Funcionamento do Sistema de Extração de Gases (concluída);
3. Revisão do Decreto 14.091/2002 (concluída - Decreto publicado na página 01 do Diário Oficial do Município de Campinas em 16/03/2015);
4. Contratação dos Estudos de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco e Plano de intervenção (no dia 29/04/16 foi aberto aviso de licitação, porém conforme Diário Oficial do Município de 09/01/17 houve a revogação de tal concorrência);
5. Execução do Plano de Intervenção (Remediação).

1.2.8. Pacote da Crise Hídrica

A situação hídrica da região da macrometrópole paulista, na qual se inclui a Região Metropolitana de Campinas (RMC), vive um momento preocupante, que teve como ápice os anos de 2014 e 2015, cujas precipitações foram bem inferiores as do pior ano da série histórica até então, que ocorreu entre 1953/1954.

Apesar de terem ocorrido precipitações mais satisfatórias em 2015/2016, a atenção para a escassez hídrica continua sendo pauta das ações da PMC, com destaque para a preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

A disponibilidade hídrica é uma prioridade, em especial em tempos de escassez. Mas, para além das medidas gerências de gestão de oferta e demanda de curto prazo para se garantir água para o abastecimento em quantidade e qualidade, foi proposta pela SVDS a inclusão no Pacote Hídrico entre as medidas anunciadas de políticas públicas de médio e longo prazo.

Sendo assim, o Gabinete da SVDS coordena diretamente os seguintes instrumentos de planejamento, gestão e incentivo a proteção dos recursos hídricos do município de Campinas, que serão aplicados pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), da Secretaria do Verde. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) e outros órgãos públicos afins:

- *Plano Municipal de Recursos Hídricos (item 3.1.1.2 deste relatório)*
- *Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de água de reúso (item 5.4 deste relatório)*
- *Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (item 3.1.1.5 deste relatório)*
- *Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (item 3.1.1.6 deste relatório)*
- *Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis (item 1.2.8.1 deste relatório)*

Além disso, por meio do Pacote Hídrico foi possível em 2015 a promulgação da Resolução nº 01/2015, que define as larguras das faixas relativas às Áreas de Preservação Permanente – APP, para os cursos d'água do Município de Campinas.

1.2.8.1. Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis

O Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis foi instituído pelo Decreto Municipal nº 18.545, de 30 de outubro de 2014, cujo objetivo inicial é elaborar as propostas de planos, programas, projetos e ações visando promover sustentabilidade a empreendimentos no Município de Campinas.

O Grupo foi nomeado por meio das Portarias nº 83.933/2015 e nº 84.222/2015 e publicadas no Diário Oficial do Município nos dias de 30 de março e 14 de maio de 2015.

Esse grupo é composto por 2 (dois) representantes, sendo o titular o Secretário, Presidente ou Diretor e o suplente de ordem técnica, dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA); Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Infraestrutura; Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Administração; Entidade ou sindicato vinculado ao setor imobiliário; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA).

A primeira reunião do Grupo, realizada em 16 de abril de 2015, na sala Milton Santos, teve como pauta uma apresentação geral, por parte do Secretário Rogério Menezes, sobre a Crise Hídrica, bem como as propostas de planos, programas, projetos e ações para embasar os órgãos e entidades integrantes do Grupo.

Neste contexto, a Secretaria Municipal de Educação, em 12 de maio de 2015, demandou a SVDS, solicitando sugestões para a integração dos elementos ambientais, sociais e econômicos nos projetos arquitetônicos e de engenharias (licitados) da CEMEI Sônia Maria Alves Perez.

Foram propostas ações simples, considerando que os projetos já estavam aprovados, porém com boas práticas que prevê o melhoramento da ambiência, tais como:

- ✓ Aproveitamento de águas pluviais;
- ✓ Conservação e utilização de tecnologias que contribuam para o uso racional de água;
- ✓ Utilização de tecnologias que contribuam para o uso racional de energia;
- ✓ Permeabilidade do terreno e Paisagismo;
- ✓ Utilização de Matéria Prima certificada e uso de material reciclado;
- ✓ Acessibilidade; e

✓ Reciclagem e destinação correta dos resíduos.

Vale ressaltar que a elaboração dos Termos de Referência do Selo S, instrumento de incentivo previsto em Lei, será uma ferramenta adicional para o Grupo.

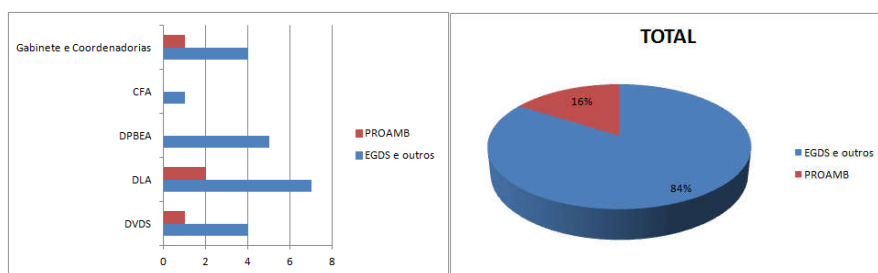
A segunda reunião do Grupo, realizada em 08 de julho de 2016, na sala Milton Santos, teve como pauta uma apresentação de todos os Termos de Referência relacionados com os critérios de sustentabilidade e a Certificação do "Selo S", por parte do Departamento de Licenciamento Ambiental, bem como a divulgação e apresentação do concurso da "Casa da Sustentabilidade" pelo Gabinete do Secretário.

1.2.9. Programa de Capacitação Continuada

Em 2016, a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) criou o **Programa de Capacitação Continuada de Servidores** com a missão de promover a capacitação e o desenvolvimento institucional continuado de seu quadro. Essa capacitação pode ser realizada por meio de cursos e palestras, priorizando a área de atuação do servidor e sua especialidade. Além disso, o **Programa** tem a função de promover a capilaridade de suas ações, tornando obrigatório aos servidores que receberam incentivos financeiros a passar para seus colegas as informações e o conhecimento adquirido nos cursos.

Referida ação está a cargo do Gabinete do Secretário da SVDS.

Dessa forma, promover a capacitação e/ou o treinamento de 25 servidores da SVDS nas diversas linhas de desenvolvimento, por meio dos cursos oferecidos pela Escola de Governo do Servidor (EGDS), outras instituições, bem como por meio de financiamento do Fundo PROAMB.



Quantidade de servidores por áreas da SVDS

Também ganham destaque o treinamento interno para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implementando-se uma nova fase na tramitação de processos na administração municipal, com a substituição do papel pelos meios eletrônicos. Dessa forma, a Coordenadoria Financeira da SVDS compartilharam treinamento anteriormente promovido pela EGDS com os colegas no dia 23 de novembro, na Sala Milton Santos, bem como o treinamento promovido pela Coordenadoria de Tecnologia e Informações Ambientais /DVDS dos diversos servidores da SVDS na utilização do material, através do *software* livre QuantumGIS (QGIS), conforme abaixo detalhado.

1.2.9.1. Capacitação QuantumGIS (QGIS)

Com a disponibilização do Levantamento Aerofotogramétrico do município de Campinas e da elaboração do Banco de Dados da Prefeitura pela SEPLAN, a equipe da C-Tela divulgou internamente a potencialidade dos produtos ofertados e capacitou os técnicos das diferentes coordenadorias e setores da SVDS na utilização do material, através do *software* livre QuantumGIS (QGIS).

No primeiro semestre de 2016 iniciamos os treinamentos por coordenadoria/setor. A primeira Coordenadoria foi a do Verde que solicitou auxílio para especialização das áreas do BAV e capacitação dos seus técnicos e estagiários na utilização do Banco de Dados Municipal e QGIS. Para tanto, elaboramos um material personalizado e capacitamos a equipe do BAV que hoje já realiza as suas atividades diretamente no SIG. Além do BAV, fornecemos suporte aos técnicos do CPGA nas análises das diretrizes utilizando o QGIS, ao CLA e CTALPS na especialização das suas atividades.

1.3. Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM

A Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais tem como atribuição maior facilitar a participação comunitária na gestão ambiental.

Esta modalidade de gestão emergiu com o intuito de dar uma resposta efetiva à incessante busca por um regime democrático capaz de confrontar problemas e conflitos ambientais que são, dada sua natureza, extremamente complexos e, portanto, não fáceis de serem resolvidos por uma perspectiva uni disciplinar.

Em relação à gestão dos Fundos Ambientais, destacam-se a gestão orçamentária, financeira e contábil; o auxílio a projetos, programas e ações; o apoio administrativo aos Conselhos Diretores dos Fundos (PROAMB e FUNDIF) nas reuniões ordinárias e extraordinárias de acordo com os princípios de boa governança - incluindo transparência, participação pública, capacidade de execução e de prestação de contas para a sociedade.

Quanto ao fomento e apoio à participação comunitária junto aos Conselhos Municipais com interface no meio ambiente, a Coordenadoria atua como unidade de apoio promovendo a interface entre a SVDS e outros órgãos municipais com os Conselhos Municipais; desempenhando todas as atividades administrativas, promovendo o intercâmbio entre os Conselhos e demais órgãos afins, bem como disponibilizando e atualizando as informações sobre os Conselhos Municipais e Fundos Ambientais com interface no meio ambiente.

1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA)



O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), instituído pela Lei Municipal nº 10.841, de 24 de maio de 2001 e Decreto nº 18.953, de 15 de dezembro de 2015, tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Campinas.

No COMDEMA são discutidos os diferentes temas relacionados à gestão ambiental municipal, tais como: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, arborização urbana, uso e ocupação do solo, poluição, saneamento básico, dentre outros.

1.3.1.1. Composição

O Conselho é formado por representantes dos segmentos empresarial, técnico-profissional, sindical e governamental, representantes de Macrozonas, cuja composição pode ser acessada pelo link: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

1.3.1.2. Reuniões

As Reuniões Ordinárias realizaram-se nas seguintes datas: dia 24/02, dia 31/03, dia 27/04, dia 25/05, dia 30/06, dia 27/07, dia 25/08, dia 28/09, dia 27/10, dia 30/11 e dia 15/12. Realizou 2 Reuniões Extraordinárias em 14/01 e dia 19/10. As Câmaras Técnicas de Licenciamento Ambiental e de Planejamento Ambiental também se reuniram inúmeras vezes para o desenvolvimento dos trabalhos.

O pleno se reuniu em 12 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, esteve presente em outros Conselhos, representado por membros eleitos pelo pleno, como: ARES PCJ, CONCIDADE, CONDEPACC, PROAMB e PSA.

1.3.1.3. Realizações

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pela renovação do Conselho com a eleição das entidades aptas a participar do biênio 2016 -2018 e da nova Presidência.

Das 33 vagas que compõem o plenário, o Conselho encerrou o ano com 31 vagas ocupadas.

Um marco importante foi a finalização do processo de revisão do Regimento Interno que culminou com o Decreto nº 19.176 de 13 de junho de 2016 que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA - Campinas. Com um Regimento Interno moderno e atendendo as necessidades de adequação de procedimentos administrativos do Conselho frente a nova organização da SVDS e regulamentação do Licenciamento Ambiental, o COMDEMA criou as Câmaras Técnicas de Planejamento e Licenciamento Ambiental.

A Câmara Técnica fixou o dia de sexta-feira para reunir-se das 09:00 h às 12:00 h para elencar e discutir os protocolos que serão apresentados ao pleno. Toda semana são

encaminhadas as listagens de PTA's para conhecimento dos membros da Câmara Técnica.

A Câmara Técnica de Planejamento Ambiental realizou reuniões e uma visita ao Aterro Sanitário Delta A. Pela característica dessa Câmara, não foi fixado dia de reunião pois as convocações se dão por demanda de assuntos de interesse do Conselho.

Foram analisados e deliberados 11 protocolos pela Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental, os quais estão disponíveis para consulta, no link <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

O total de protocolos enviados pelo Departamento de Licenciamento Ambiental da SVDS - DLA para a análise do Conselho encontra-se na tabela a seguir:

| Protocolos enviados ao COMDEMA | | | |
|---------------------------------------|----------------|------------|--------------|
| Mês | Físicos | LAO | Total |
| Janeiro | 2 | 27 | 29 |
| Fevereiro | 2 | 30 | 32 |
| Março | 0 | 35 | 35 |
| Abril | 0 | 38 | 38 |
| Maió | 0 | 82 | 82 |
| Junho | 1 | 68 | 69 |
| Julho | 1 | 35 | 36 |
| Agosto | 0 | 48 | 48 |
| Setembro | 2 | 39 | 41 |
| Outubro | 1 | 23 | 24 |
| Novembro | 1 | 11 | 12 |
| Dezembro | 0 | 22 | 22 |
| Total | 10 | 458 | 468 |

Para elucidar o critério de seleção de protocolos (PTA's), estabelecido pela Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental, os membros consideram a necessidade de rever apenas os projetos que possam trazer impactos significativos ao meio ambiente. Por exemplo, o COMDEMA prioriza selecionar projetos urbanísticos de loteamentos, obras públicas de grande impacto, supressões de vegetação em áreas de APP ou de Unidade de Conservação entre outras. Porém, esse tipo de licenciamento não ocorre com frequência.

A maioria dos PTA's recebidos pelo Conselho são referentes a pedidos de supressão de árvores e movimentação de terra e a Câmara Técnica entende que a análise encaminhada pelo DLA atende a expectativa do Conselho.

Há também com o LAO – Licenciamento Ambiental On Line o acompanhamento em tempo real, dos processos e do sistema de gestão e licenciamento ambiental vigente, o que traz confiança e segurança na análise dos protocolos pelos conselheiros. Ou seja, houve um amadurecimento do Sistema de Gestão Ambiental da SVDS que permite que o Conselho volte sua atenção para outras pautas de interesse ambiental do Município de Campinas.

A Diretoria eleita planejou para o primeiro ano da gestão (2016) a revisão do regramento legal do CONSELHO dentre outras ações como segue:

| AÇÃO | ANDAMENTO EM 2016 |
|--|--|
| Revisão do Regimento interno | Publicado decreto nº 19.176 de 13 de junho de 2016 dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA - campinas. |
| Criação da Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental | Encaminhado ofícios. Câmara em funcionamento. |
| Criação da Câmara Técnica de Planejamento Ambiental | Encaminhado ofícios. Câmara em funcionamento. |
| Regimento interno das Câmaras Técnicas | Em discussão com Jurídico e SVDS |
| Projetos de Fossas Sépticas na área Rural | Acompanhando andamento junto ao PROAMB |
| Sede do Conselho | Acompanhando andamento junto ao PROAMB |

O site do Conselho disponibilizou as atas, convocações e outras informações de interesse do Conselho no link <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA)



O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA, criado pela Lei nº 10.850/2001, possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador e tem por objetivo promover a participação autônoma e organizada da comunidade no processo de definições da política de desenvolvimento local e no acompanhamento de sua execução, conforme estabelecido nos artigos 95 e 98 da Lei Complementar nº 15/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.

1.3.2.1. Composição

O conselho que é formado por representantes dos 1º, 2º e 3º setores, cuja composição pode ser acessada pelo seguinte endereço: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

1.3.2.2. Reuniões

As Reuniões Ordinárias realizaram-se nas seguintes datas: dia 26/01, dia 23/02, dia 29/03, 26/04, dia 31/05, dia 28/06, dia 26/07, dia 30/08, dia 27/09, dia 25/10, dia 29/11 e não houve quórum na reunião 13/12. Em 30/08/2016 houve a reunião extraordinária de eleições do novo CONGEAPA, biênio 2016-2018.

Ocorreram 11 reuniões ordinárias, 1 extraordinária e em 1 não houve quórum.

1.3.2.3. Análise de Protocolados / Atividades Desenvolvidas

No ano de 2016 o CONGEAPA iniciou os trabalhos relativos ao Plano de Manejo da APA Campinas, à partir da finalização do processo licitatório e a contratação da empresa Walm Engenharia Ambiental.

O Conselho formou a Câmara Técnica de Plano de Manejo que tem feito reuniões periódicas para o acompanhamento de todas as etapas que constam do Plano de Trabalho. O Plano de Trabalho foi entregue no final de 2016.

Apoiou o evento Seminário: Contribuições da História: Preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural da APA (Sousas, Joaquim Egídio e Carlos Gomes), que gerou o Manifesto de Apoio à APA Campinas que foi encaminhado à Secretaria de Planejamento – SEPLAN para que componha o Caderno de Subsídios para a revisão do Plano Diretor para a região da APA Campinas, bem como à Empresa Walm para que conste na íntegra no Plano de Manejo (PM) da APA.

Foram deliberados pelo pleno 34 protocolos que foram analisados pela Câmara Técnica de Protocolados e encontram-se disponíveis para consulta, no link <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>. O total de protocolos enviados pelo Departamento de Licenciamento Ambiental da SVDS - DLA para a análise do Conselho encontra-se na tabela abaixo, como segue:

| Protocolos enviados ao CONGEAPA | | | |
|---------------------------------|---------|-----|-------|
| Mês | Físicos | LAO | Total |
| Janeiro | 0 | 2 | 2 |
| Fevereiro | 0 | 3 | 3 |
| Março | 0 | 2 | 2 |
| Abril | 0 | 2 | 2 |
| Mai | 0 | 3 | 3 |
| Junho | 0 | 5 | 5 |
| Julho | 0 | 2 | 2 |
| Agosto | 0 | 7 | 7 |
| Setembro | 0 | 3 | 3 |
| Outubro | 0 | 1 | 1 |
| Novembro | 0 | 2 | 2 |
| Dezembro | 0 | 2 | 2 |
| Total | 0 | 34 | 34 |

A Diretoria eleita planejou para o primeiro ano da gestão (2016 - 2017) a revisão do regimento legal do Conselho dentre outras ações como segue:

| AÇÃO | ANDAMENTO EM 2016 |
|--|--------------------------------------|
| Eleições para o Biênio 2016 – 2018 | Processo concluído em agosto de 2016 |
| Revisão do Regimento Interno | Em andamento |
| Acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo da APA | Concluída primeira etapa |

O site do Conselho disponibilizou as atas, convocações e outras informações de interesse do Conselho no link <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas

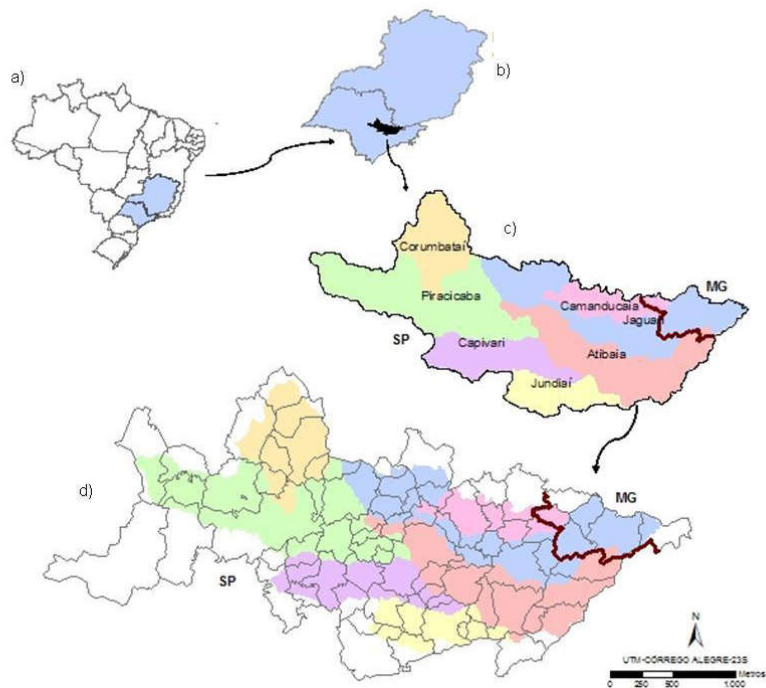


O setor de saneamento básico no Brasil compreende as atividades de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (Lei nº 11.445/07, art. 3º).

A lei nacional determina a criação de órgão técnico neutro de saneamento municipal, estadual ou regional (a exemplo das agências reguladoras) para regular o setor, ou seja, entre outras medidas, estabelecer padrões e normas, dispor sobre o controle dos serviços e tarifas, nos termos do art. 21 e seguintes.

Em atendimento à Lei Federal nº 11.455/07, que prevê que os municípios são os responsáveis pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, e que estas atividades devem ser exercidas de forma autônoma, com a criação de um órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta, diversos municípios da UGRHI-PCJ solicitaram apoio ao Consórcio Intermunicipal da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (UGRHI-PCJ) para viabilizar a criação de um ente regional com estas atribuições.

A UGRHI-PCJ e seus afluentes abrangem uma área de 15.303 km², tendo 92,6% de sua extensão localizada no Estado de São Paulo e 7,4% no Estado de Minas Gerais, sendo 45 municípios paulistas e quatro mineiros integralmente inseridos na bacia e 25 paulistas e um mineiro, parcialmente inseridos (figura abaixo).

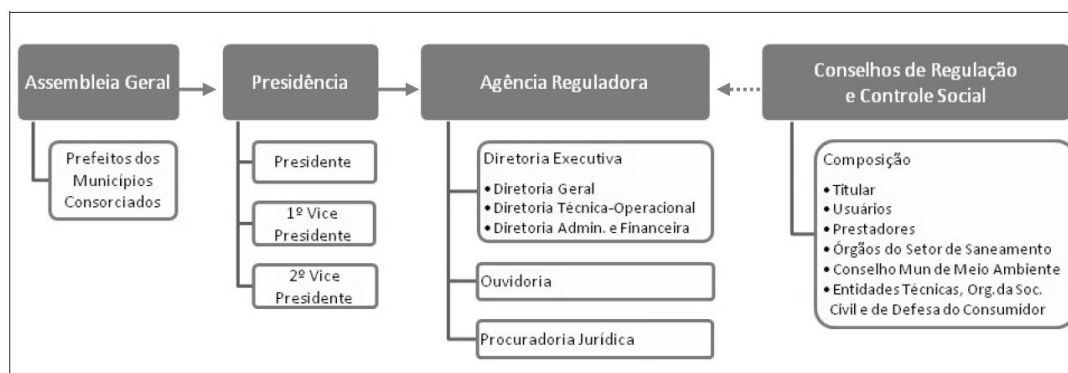


Localização da área de estudo: (a) Brasil; (b) Estados de São Paulo e Minas Gerais; (c) UGRHI-PCJ e divisão por sub-bacias e (d) UGRHI-PCJ, divisão por sub-bacias e municípios

Com o auxílio do Consórcio PCJ, foi então, proposta a criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Este consórcio foi viabilizado em agosto de 2010 com o lançamento do Protocolo de Intenções assinado por prefeitos de diversos municípios, que constituiu a ARES-PCJ na forma de Consórcio Público, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e é regida pelo disposto na Lei federal nº 11.107/05, e respectivo regulamento (Decreto 7217/10), pela Lei federal nº 11.445/07, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos, regimentos e demais atos.

Assim, a criação da ARES-PCJ somente foi autorizada, mediante ratificação, por lei, editada por cada um dos Municípios participantes do referido Protocolo de Intenções convertendo-o, dessa forma, em Contrato de Consórcio Público, visando o exercício de funções de Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento. Até o momento há 34 municípios consorciados, inclusive Campinas, com leis de ratificação do Protocolo de Intenções.

A estrutura administrativa da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência, Agência Reguladora e Conselhos de Regulação e Controle Social, conforme o seguinte quadro organizacional:



Organograma de estrutura da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ).
Fonte: Site ARES-PCJ (2013).

Nesse sentido, o município de Campinas ratificou o Protocolo de Intenções da ARES-PCJ por meio da Lei nº 14.241, de 10 de abril de 2012 e por meio do Decreto nº 17.775, de 22 de novembro de 2012 foi constituído o Conselho de Regulação e Controle Social para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da ARES-PCJ.

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos da ARES-PCJ, criados um em cada Município consorciado, conforme estabelecido na Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, recentemente alterada pela Resolução ARES-PCJ nº 109, de 16 de novembro de 2015, composto, no que couber, por um representante do titular dos serviços de saneamento básico, de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico, de entidades técnicas relacionadas ao setor de saneamento básico, de organizações da sociedade civil relacionadas ao setor de saneamento básico, do órgão de defesa do consumidor e do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS se constituiu em face do Município de Campinas se integrar à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ.

Referido órgão colegiado, de caráter consultivo, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 17.775/12 e a Portarias nºs 78.480/2012 e 83.419/2014 e, atualmente, é presidido pela Supervisora Departamental da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.

No ano de 2016 houve a renovação do Conselho para o biênio 2017 – 2019 com a indicação de novos representantes através de portaria publicada em 20 de dezembro de 2016, além da abertura de cadastro para a eleição de representantes para as categorias de Representantes de Entidades Técnicas e de Organizações da Sociedade Civil, ambos relacionados ao setor de saneamento básico.

1.3.3.1. Trabalhos Realizados

Em 2016, o Conselho se debruçou na elaboração de Regimento Interno e, para tanto, na oitiva de vários órgãos de interface (Secretaria de Assuntos Jurídicos e Agência da ARES-PCJ).

Além da ação de estruturação administrativa, no âmbito do saneamento básico, acompanhamos os trabalhos da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na elaboração de vários planos municipais estruturantes e de interface: Plano Municipal de Recursos Hídricos e Plano Diretor do Município.

1.3.3.2. Reuniões

O conselho reuniu-se no dia 28 de dezembro de 2016, sendo discutido e aprovado o reajuste da tarifa de água para 2017.

Para maiores informações, acesse: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio_conselho_ares-pcj.pdf.

1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB)



O PROAMB coaduna seus objetivos com as diretrizes e metas das políticas, planos e programas ambientais do Município e deve, prioritariamente, financiar Programas e Projetos decorrentes desses instrumentos.

1.3.4.1. Aprovação das ações a serem financiadas

O Conselho Diretor do PROAMB é o órgão responsável, entre outras atribuições, por administrar, promover o desenvolvimento e o cumprimento das finalidades do PROAMB, fiscalizar a arrecadação da receita e o recolhimento ao Fundo, decidir quanto à aplicação dos recursos, autorizar despesas e examinar as prestações de contas do Presidente do Conselho. Dele fazem parte representantes das áreas técnicas da SVDS, 1 representante da Secretaria de Finanças, 1 representante da Secretaria de Administração e 1 representante do COMDEMA.

Desde seu efetivo funcionamento em 2013, o Fundo já aprovou inúmeras ações para financiamento nas áreas de educação ambiental, bem-estar animal, cursos, planos ambientais, projetos de arquitetura e eficiência energética, equipamentos de fiscalização e vistoria, etc.

Em 2016, o Conselho Diretor do PROAMB aprovou o financiamento de 15 novas ações, totalizando mais 6,4 milhões em investimentos, incluindo ações que foram aprovadas ao financiamento na Revisão do Plano de Aplicação do segundo semestre.

O portfólio de ações já financiadas e ainda vivas (ou seja, não canceladas nem concluídas) é constituído hoje de 20 ações totalizando R\$ 11 milhões.

1.3.4.2. Regulamentação do PROAMB

No início do primeiro semestre de 2016 foi concluído um processo de regulamentação do PROAMB, culminando na aprovação de 3 normativos: o Decreto nº 19.110 de 18 de abril de 2016 e as Resoluções PROAMB nº 01 e nº 02, de 27 de janeiro de 2016.

O principal objetivo desta regulamentação foi disciplinar a forma de apresentação, avaliação e priorização de propostas de financiamento apresentadas ao PROAMB, objetivando segurança para o Conselho Diretor na aprovação dessas ações e uma maior eficiência na execução financeira dos planos de trabalho do Fundo.

O novo regramento está em pleno funcionamento com resultados positivos, tendo em vista que a documentação exigida para a instrução dos processos de contratações junto às Secretarias de Administração, Finanças, Comitê Gestor e de Assuntos Jurídicos passaram a ser elaborados antes da segunda aprovação do Conselho, permanecendo nessa fase de maturação dos documentos necessários no Banco de Projetos, e recebendo a aprovação final após todas as condicionantes para a efetiva contratação estarem superadas.

Somente após esse processo de remessa e validação dessa documentação é que a Ação pode se tornar elegível ao financiamento (Ação Financiável). Para ela ser efetivamente financiada, ela precisa estar contida num Plano de Aplicação, onde é submetida a critérios de priorização previamente definidos.

O resultado desse processo foi uma significativa melhora na eficiência quanto às contratações, como por exemplo, a conclusão de ações no mesmo ano de sua aprovação pelo Conselho Diretor do Fundo.

1.3.4.3. Contratação e Acompanhamento

1.3.4.3.1. Principais contratações no ano

Cinco contratações responderam por quase 90% das contratações do PROAMB em 2016 em termos financeiros. São elas:

- 1) Serviço de castração animal - R\$ 1,6 milhões
- 2) Plano de Manejo da APA de Campinas – R\$ 600 mil
- 3) Serviço de remoção e atendimento médico veterinário de urgência "SAMU Animal" - R\$ 360 mil
- 4) Censo da Economia Verde (desenvolvimento do aplicativo para Android) – R\$ 216 mil
- 5) Recolhimento de bitucas de cigarro – R\$ 201 mil

1.3.4.3.2. Andamento das ações aprovadas

O acompanhamento das ações é realizado mensalmente com o objetivo de se obter o andamento das referidas ações, identificar as etapas já superadas e as ainda a percorrer, e constatar as ações com maior atraso para uma eventual intervenção.

Das ações aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo, o andamento atual de cada ação é o que segue:

LICITAÇÕES

| # | Ação / Etapa | Instrução do Processo Administrativo | Avaliação do Comitê Gestor | Preparação do Edital | Análise Jurídica | Publicação do Edital | Processamento da Licitação | Homologação da Licitação | Assinatura do Contrato | Realização do Serviço / Recebimento dos Produtos | Pagamento |
|-----|---|--------------------------------------|----------------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------|--|-----------|
| P06 | Serviço de castração animal (aditivo) | ✓ | ✓ | - | - | - | - | - | ✓ | ✓ | ✓ |
| P07 | Plano de Manejo PNM Jatobás e Campo Grande | 🔄 | | | | | | | | | |
| P08 | Plano de Manejo APA Campo Grande | ✓ | 🔄 | | | | | | | | |
| P09 | Plano de Manejo APA Campinas | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | 🔄 | 🔄 |
| P10 | Reforma do Prédio do CCZ | | | | | | | | | | |
| P11 | Plano de Intervenção na Mansões Santo Antônio | | | | | | | | | | |
| P13 | Inventário de Emissões de GEE de Campinas e RMC | | | | | | | | | | |
| P28 | Serviço de castração animal (3ª contratação) | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| P30 | Ata de registro de preços de vacinas polivalentes para o DPBEA | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | 🔄 | 🔄 |
| P31 | Serviço de radiologia e ultrassonografia | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| P32 | SAMU Animal | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| P33 | Serviço de cirurgia de tecidos moles e ortopédicas | ✓ | ✓ | ✓ | 🔄 | | | | | | |
| P34 | Aquisição de analisador hematológico e bioquímico | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| P35 | Contratação de caminhão boiadeiro | ✓ | ✓ | ✓ | 🔄 | | | | | | |
| P36 | Ata de registro de preços de Transporte para a Educação Ambiental 2016 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| P39 | Ata de registro de preços de Alimentação para a Educação Ambiental 2016 | ✓ | 🔄 | | | | | | | | |
| P44 | Estudos para Viabilidade de Parques Lineares | ✓ | 🔄 | | | | | | | | |
| P22 | Serviço de Alojamento de Animais (cães e gatos) | ✓ | ✓ | | | | | | | | |

CONTRATAÇÕES DIRETAS

| # | Ação / Etapa | Avaliação do Comitê Gestor | Análise Jurídica | Assinatura do Contrato | Realização do Serviço | Pagamento |
|-----|--|----------------------------|------------------|------------------------|-----------------------|-----------|
| P01 | Reciclagem de Bitucas de Cigarro (aditivo) | ✓ | ✓ | ✓ | 🔄 | 🔄 |
| P03 | Programa de Educomunicação Socioambiental | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |

CARONAS EM CONTRATOS EXISTENTES

| # | Ação / Etapa | Solicitação de Aproveitamento de Contrato | Avaliação do Comitê Gestor e DCC | Realização do Serviço | Pagamento |
|-----|---|---|----------------------------------|-----------------------|-----------|
| P40 | Censo da Economia Verde (versão mobile) | ✓ | - | 🔄 | 🔄 |
| P41 | Desenvolvimento e atualização do LAO | ✓ | - | 🔄 | 🔄 |

CONVENIOS

Com a Administração Indireta

| # | Ação / Etapa | Comitê Gestor | Análise Jurídica | Celebração do Convênio | Licitação | Repasse do Recurso | Realização do Serviço | Prestação de Contas |
|-----|---|---------------|------------------|------------------------|-----------|--------------------|-----------------------|---|
| P04 | Ações de Recup. Florestal na Mata de Sta. Genebra | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |  |

Com Terceiros

| # | Ação / Etapa | Comitê Gestor | Análise Jurídica | Celebração do Convênio | Realização do Serviço | Pagamento |
|---|--------------|---------------|------------------|------------------------|-----------------------|-----------|
| | | | | | | |

LEGENDA

| | |
|---|---------------|
|  | CONCLUÍDO |
|  | EM ANDAMENTO |
|  | NÃO APLICÁVEL |

1.3.4.3. Banco de Projetos

No Banco de Projetos ficam armazenadas propostas de financiamento de forma atemporal, até se tornarem ações financiáveis ou forem eventualmente canceladas.

Em 31 de dezembro de 2016, constavam as seguintes propostas no Banco de Projetos:

| Banco de Projetos Relação das Propostas Aprovadas | | | |
|---|--|--------------------|-------------------|
| Ref. | Título | Valor Pré-Aprovado | Fonte de recursos |
| P15 | Aquisição de máquina fotográfica digital | 1,600 | Taxas e Multas |
| P15 | Aquisição de notebooks, projetores multimídia, telas de projeção e lâmpadas de reposição | 15,800 | Taxas e Multas |
| | Infraestrutura básica de equipamentos, softwares e hardwares da SVDS | 185,000 | Taxas e Multas |
| P16 | Projeto Completo de Arquitetura - Casa da Sustentabilidade | 408,939 | Taxas e Multas |
| P17 | Projetos funcionais de Parques Lineares | 900,000 | Royalties |
| P19 | Programa de Recup. de Nascentes e Matas Ciliares | 800,000 | Royalties |
| P20 | Projeto Executivo de Passagem de Fauna | 300,000 | Royalties |
| P21 | Projeto Executivo de CRAS | 250,000 | Royalties |
| P23 | Implantação de fossas sépticas biodigestoras na Macrozona 6 | 170,500 | Royalties |
| P24 | Contratação de Projeto Executivo e Execução de Energia Solar Fotovoltaica no Páco Municipal | 2,490,000 | Royalties |
| P25 | Elaboração de projetos executivos de aproximadamente 30 km de ciclovias | 700,000 | Royalties |
| P26 | Serviço de tratamento, recuperação e soltura de animais selvagens vítimas de ações antrópicas na Região de Campinas | 250,000 | Royalties |
| P27 | Desenvolvimento do módulo teste do sistema Arquimedes 2 | 300,000 | Royalties |
| P29 | Contratação de serviço para produção e apresentação de peças teatrais previamente aos procedimentos de castração cirúrgica | 150,000 | Taxas e Multas |
| P42 | Execução de passagem inferior de fauna no córrego Água da Mata | 250,000 | Royalties |
| P43 | Serviço de Coleta, Triagem, Destinação de Resíduos do Cigarro e Oficina de Educ. Ambiental | 526,800 | Royalties |
| P45 | PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais - ZPRM | 2,128,477 | Royalties |
| P47 | Aprimoramento do Sistema Athena | 200,000 | Royalties |
| P48 | Contratação de Produtora para a SEMEIA 2017 | 150,000 | Taxas e Multas |

1.3.4.4. Aspectos financeiros

Em 2016, o PROAMB obteve como receitas financeiras os recursos provenientes de repasses de Royalties de Petróleo (RPM), do Fundo Especial do Petróleo, de Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais (CFM), de Compensações Financeiras pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFH) e Royalties de Itaipu. Esses recursos foram recebidos, registrados e movimentados em conta bancária específica (Fundo de Investimentos) de acordo com o marco legal correspondente e as recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

| | |
|--|----------------------|
| Disponibilidades 01/01/2016 (início do período) | 12.904.700,85 |
| Recebimentos do período | |
| Royalties do Petróleo - Cota Municipal (RPM) | 2.507.137,33 |
| Fundo Especial do Petróleo (FEP) | 545.566,85 |
| Comp. Financ. pela Exploração de Recursos Minerais (CFM) | 72.043,43 |
| Comp. Financ. pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFH) | 15.247,30 |
| Royalties de Itaipu (ITA) 459,23 | 459,23 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira Royalties e Compensações | 1.581.500,61 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira Taxas e Multas | 176.980,76 |
| Total | 3.140.454,14 |
| Total de Disponibilidades de Caixa | 17.803.636,36 |
| Pagamentos | |
| Pagamentos Realizados no Período | 1.242.232,83 |
| Situação em 31/12/2016 | 16.561.403,53 |

Para maiores informações sobre o PROAMB, acesse:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>.

1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF)



O FUNDIF foi instituído pela Lei municipal nº 14.753, de 20 de dezembro 2013 e tem por finalidade prevenir ou reparar danos causados ao meio ambiente e ao meio urbano, a bens e direitos de valor científico, histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, bem como a outros bens ou interesses difusos e coletivos, exceto os relativos ao consumidor, de modo a fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e proporcionar a efetivação de políticas públicas de interesse local, em consonância com as disposições e princípios constantes da Constituição Federal da República.

Em 2016, a Secretaria Executiva do FUNDIF providenciou a portaria de nomeação dos Conselheiros – Biênio 2016-2018, além da abertura de conta bancária específica para recebimento de recursos previstos na legislação que o criou, o que ainda não ocorreu em virtude da necessidade de alinhamento com várias secretarias e outros órgãos municipais, ensejando que tais providências fossem submetidas ao planejamento de longo prazo desta Secretaria (2018), assim como a regulamentação do Fundo.

Mais informações e contato:

site: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>

e-mail: secexecomdema@campinas.sp.gov.br

tel. 2116-0659 / 0832

1.4. Coordenadoria Setorial Financeira – CF

As principais atribuições da Coordenadoria Financeira são planejar e executar o orçamento, gerir convênios, buscar recursos externos junto a órgãos públicos e organizações não governamentais e emitir relatório periódico da gestão financeira da SVDS, conferindo a sua devida publicidade.

Como os principais recursos da Secretaria vêm do PROAMB (dado que quase 90% dos recursos de custeio da SVDS vão para a Folha de Pagamentos), grande parte da rotina desta Coordenadoria é para viabilizar as ações financiadas pelo Fundo, dentre elas as cotações dos serviços e aquisições, a instrução processual para os procedimentos licitatórios, o acompanhamento, emissão de Ordens de Fornecimento e Serviços, emissão de Notas de Empenho, pagamentos de fornecedores, cabendo ainda a inserção dos dados referente à execução dos contratos no Sistema AUDESP – Fase IV, bem como o acompanhamento dos prazos e valores.

A exceção se faz para as aquisições do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal e no caso de contratos de responsabilidade de outras Secretarias compartilhados com a SVDS. Porém, com o compromisso de acompanhar as despesas para a devida inclusão dos devidos valores em LOA

1.5. Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente – CAE

As principais atribuições desta Coordenadoria são a gestão de suprimentos, de bens patrimoniais, da telefonia, dos veículos e do expediente, além da adequação de espaço físico e a gestão de recursos humanos.

Em 2014 continuaram-se os investimentos na estruturação da Secretaria, especialmente em por conta do aumento de estrutura administrativa e atribuições trazidas pela Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014.

Para conhecer a nova estrutura da SVDS, acesse:

<http://bibjuri.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88526>.

1.5.1. Expediente

Em 2016 foram recebidas 2.773 tramitações de expedientes externos, enviadas 1.785 tramitações para expedientes externos, recebidas 3.231 tramitações de centros de custos internos e enviadas 4.045 tramitações para centros de custo internos. Além disso, foram 988 as tramitações para o arquivo corrente da SVDS.

1.5.2. Recursos Humanos

Em 2016 foram atendidas 113 solicitações de férias planilhadas, preenchidas em formulário próprio e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 684 solicitações e controle de horas extras e sobre aviso, 1.353 frequências verificadas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 12 solicitações de pagamento de produtividade dos fiscais elaboradas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 19 solicitações de Licença Prêmio providenciadas, 03 solicitações quanto a vale-transporte, 07 de plano odontológico e vale alimentação atendidas, 30 encaminhamentos ao Serviço Médico providenciados e 263 solicitações de abono planilhadas. Além disso, a SVDS promoveu a avaliação dos seus funcionários em estágio probatório a fim de verificar as suas atuações e competências e se vêm atendendo ao interesse público municipal. Ainda neste período houve incremento de equipe, totalizando 119 servidores, com a vinda de mais 07 pessoas (concursados, transferidos, contratados, comissionados ou emprestados) e 01 retorno pro local de origem.

1.6. Normativas

- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 01/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - USO DE MATERIAIS SUSTENTÁVEIS
- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 02/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES CAUSADORES DO EFEITO ESTUFA (GEE) E/OU MATERIAL PARTICULADO.
- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 03/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - INSTALAÇÕES PREDIAIS SUSTENTÁVEIS.
- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 04/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - REUTILIZAÇÃO/REDUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA.
- ✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 05/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - OUTRAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS VALIDADAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SVDS).

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 06/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE ADOTADAS ALÉM DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 07/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - MEDIDAS DE MEIO AMBIENTE DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES ALÉM DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 08/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS QUE CONTRIBUAM PARA O USO RACIONAL DE ÁGUA E/OU ENERGIA.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 09/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - OUTRAS AÇÕES DE CUNHO SOCIOAMBIENTAL APRESENTADAS PELO EMPREENDEDOR E VALIDADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SVDS).

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 10/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - CRIAÇÃO OU APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, OU INSCRIÇÃO DE ÁREAS URBANAS E RURAIS NO BANCO DE ÁREAS VERDES (BAV) DO MUNICÍPIO, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 11/2016** – REGULAMENTA O CAPÍTULO III DO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - SELO S - INCLUSÃO DE REEDUCANDOS, EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, IDOSOS E/OU PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PARA EMPREENDIMENTO, OBRA E/OU ATIVIDADE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 12/2016** – ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ÁREA DE INFLUÊNCIA DA LINHA DE CONECTIVIDADE EM ACORDO COM O DECRETO 19.167, DE 06 DE JUNHO DE 2016 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 13/2016** – ESTABELECE O CORREDOR ECOLÓGICO MATA SANTA GANEBRINHA – APP RIBEIRÃO ANHUMAS EM ACORDO COM O DECRETO 19.167, DE 06 DE JUNHO DE 2016 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 14/2016** – ESTABELECE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO LAUDO GEOLÓGICO GEOTÉCNICO, EXIGIDO PELO DECRETO 18.705, DE 17 DE ABRIL DE 2015 PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 15/2016** – DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS A SEREM OBSERVADOS NA CONDUÇÃO DOS CONTRATOS A SEREM FIRMADOS PELA SECRETARIA DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - PROAMB

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 16/2016** – ESTABELECE REGRAS DE APOIO TÉCNICO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 17/2016** – REGULAMENTA A ALÍNEA K DO INCISO II DO ARTIGO 2º DO DECRETO 18.859, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 18/2016** – ESTABELECE O INVENTÁRIO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS A SEREM PRESERVADOS E PROTEGIDOS OU DE POTENCIAL PROMOÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 19/2016** – REGULAMENTA O PARÁGRAFO PRIMEIRO (OU § 1º) DO ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 19.173, DE 08 DE JUNHO DE 2016, QUE TRATA DE CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA A DEMARCAÇÃO DE PLANÍCIES DE INUNDAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E SUA FORMA DE IDENTIFICAÇÃO.

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 20/2016** – ESTABELECE O CORREDOR ECOLÓGICO SÃO VICENTE-SERRA D'ÁGUA EM ACORDO COM DECRETO MUNICIPAL Nº 19.167, DE 06 DE JUNHO DE 2016 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

✓ **RESOLUÇÃO SVDS nº 21/2016** – ESTABELECE O CORREDOR ECOLÓGICO CAPIVARI-JATOBÁS EM ACORDO COM DECRETO MUNICIPAL Nº 19.167, DE 06 DE JUNHO DE 2016 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS



A Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) foi criada para representar os municípios brasileiros no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente, que é o responsável pelas diretrizes da gestão ambiental no Brasil. Ocupa 6 cadeiras no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e possui representação nas suas Câmaras Técnicas e nas Comissões Tripartite Nacional e Estadual, se afirmando como protagonista das cidades para a melhoria das condições de vida da população.

Esta associação se destaca por ser uma entidade de tradição, que possui grande responsabilidade em promover a gestão ambiental compartilhada no Brasil, conforme as premissas do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81).

A atuação da ANAMMA tem se pautado pela legítima defesa dos interesses locais na construção de políticas nacionais, na regulamentação de assuntos de grande interesse como saneamento básico, licenciamento ambiental, preservação de áreas naturais, controle de atividades, e outras questões ligadas diretamente à boa gestão ambiental municipal.

Em 2014, Campinas assumiu a vice-presidência estadual e, posteriormente, a sua presidência estadual. Neste ano, tivemos a grata oportunidade em assumir a presidência nacional, projetando Campinas nos debates e conduções de políticas públicas em nível nacional.

Destaca-se a organização dos Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS, que tiveram por objetivo auscultar os gestores locais e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e com apoio de outras entidades parceiras, propor soluções com foco

no financiamento dos órgãos municipais e suas políticas públicas ambientais, na melhor articulação entre níveis de governo, bem como identificar as demandas reais por formação e capacitação técnica para subsidiar programas estaduais e federais futuros.



Os Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS aconteceram nos meses de junho e julho de 2016, nas cidades de Campinas, Goiânia, Porto Velho e Natal. Neste contexto, gestores de meio ambiente de todo o país se reuniram em Campinas (SP), nos dias 23 e 24 de Junho, para participarem dos Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS.

Participaram deste encontro 65 inscritos vindos de 19 cidades.

Durante os dois dias de evento, os participantes puderam participar de três rodas de conversa cuja temática envolvia: Financiamento dos Órgãos Gestores Municipais; LC 140 e o Licenciamento Ambiental pelos Municípios e Formação e capacitação: as demandas dos órgãos gestores municipais.



Um resumo daquilo que foi discutido nos Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS pode ser encontrado em <http://ambientecampinas.wix.com/sisnama>.

No ano de 2016, a Presidência da ANAMMA participou e organizou alguns eventos e reuniões com destaque para:

- Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIO: tiveram por objetivo auscultar os gestores locais, e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e com apoio de outras entidades parceiras, propor soluções com foco no financiamento dos órgãos municipais e suas políticas públicas ambientais, na melhor articulação entre níveis de governo, bem como identificar as demandas reais por formação e capacitação técnica para subsidiar programas estaduais e federais futuros.

Os Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS aconteceram nos meses de junho e julho de 2016, nas cidades de Campinas, Goiânia, Porto Velho e Natal.

Neste contexto, gestores de meio ambiente de todo o país se reuniram em Campinas (SP), nos dias 23 e 24 de Junho, para participarem dos Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS. Participaram deste encontro 65 inscritos vindos de 19 cidades.

Um resumo daquilo que foi discutido nos Encontros Regionais SISNAMA+MUNICÍPIOS pode ser encontrado em <http://ambientecampinas.wix.com/sisnama>.

- Seminário de Licenciamento Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental Para Obras Pública e Privadas: Este seminário aconteceu no dia 03/09/2016, em Brasília e, a pedido do organizador do evento, o Sr. Deputado e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Luiz Lauro Filho, o Sr. Presidente da ANAMMA e Secretário da SVDS, foi convidado a apresentar os avanços obtidos em Campinas no tocante do Licenciamento Ambiental Municipal.

- Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais da Região Tocantins: este evento, organizado pelo Ministro de Meio Ambiente, Sarney Filho, teve como objetivo lançar o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais da Região Tocantina. O evento aconteceu na cidade de Imperatriz (MA), no dia

09/12/2016, e abordou ainda assuntos como o licenciamento ambiental, captação de recursos e gestão ambiental. Este encontro reuniu cerca de 200 gestores e técnicos de meio ambiente, 22 cidades das regiões Sul e Tocantina. Nesta ocasião, o Sr. Presidente da ANAMMA e Secretário da SVDS, também foi convidado a apresentar os avanços obtidos em Campinas no tocante do Licenciamento Ambiental.

A Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promove, apoia, participa e colabora com diversos eventos da área ou com interface com a temática ambiental.

1.7.1. Site da ANAMMA

O novo site ANAMMA está disponível no endereço: <http://www.anamma.org.br/>

O site permite ainda que o usuário se cadastre na *newsletter* para receber as principais notícias ambientais municipais, estaduais e federais postadas.

No site o usuário também tem acesso à revista digital “Cidades Sustentáveis” publicada pela ANAMMA, bem como se integra de eventos, encaminhamentos, agenda e documentos emitidos pela ANAMMA.

1.7.2. Revista Cidades Sustentáveis

O Instituto Brasil Sustentável - IBS, em parceria com a ANAMMA, edita periodicamente a Revista Cidades Sustentáveis.

A revista é publicada em português e em inglês e possui publicação trimestral. A revista tem como foco principal apresentar o desenvolvimento sustentável dos municípios e o segmento empresarial, levando assim ao cenário nacional informações que venham contribuir para a formação de opinião e o processo de gestão ambiental das cidades brasileiras. Para acessar seu conteúdo, basta entrar no site da ANAMMA ou através do link <http://www.anamma.org.br/#!revista-anamma/i7fun>.



Capas das 2º e 3º Edição da Revista ANAMMA Cidades Sustentáveis.

No segundo semestre de 2016, também foi publicada uma edição especial Goiás. Esta edição também está disponível no site da ANAMMA.



Capa da Edição da Revista ANAMMA Cidades Sustentáveis especial Goiás.

1.7.3. Representações do Presidente da ANAMMA

O presidente da ANAMMA participou de vários eventos de interesse local, com destaque aos seguintes: Evento CB27, 2ª Jornada Mudanças Climáticas, Reunião no

MMA, GT-CONAMA, Cidade Bem Tratada (RS), Seminário Ambiental UnC (SC), Evento Regional CB27 (MT).

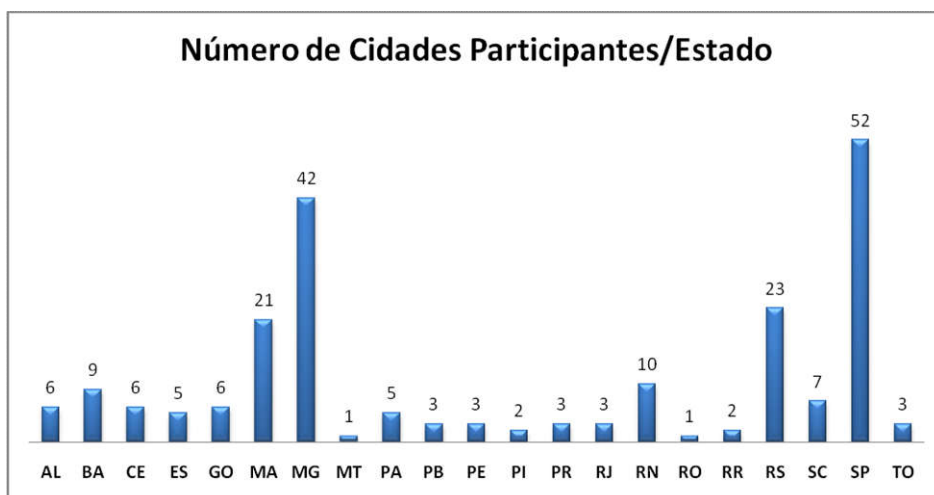
1.7.4. Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente

A ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - está realizando, com apoio do Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente.

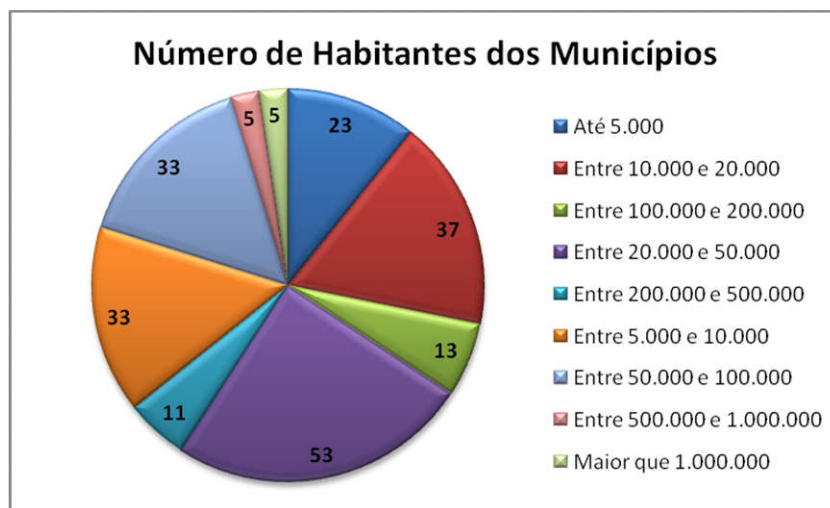
O Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente, preparado pela associação, é uma iniciativa com a intenção de compreender a situação da gestão ambiental dos municípios, de modo a melhor orientar a sua atuação e levar as demandas das cidades para o debate em esfera federal.



Até o momento, o Censo contou com a adesão de 213 cidades de diversos Estados, conforme evidenciado na figura abaixo. Os Estados com maiores participações até o momento foram São Paulo e Minas Gerais.



Dentre os municípios que participaram do questionário, a maioria desses afirma possuir entre 20.000 e 50.000 habitantes, seguidos daqueles que possuem entre 50.000 e 100.000 habitantes.



A participação no Censo está aberta a todos os municípios até o dia 05 de junho de 2017, pelo site <http://www.anamma.org.br/>.

1.8. Eventos

1.8.1. VIII Encontro Estadual do Programa Município VerdeAzul (PMVA)

A convite da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SMA), o município de Campinas foi chamado a compartilhar suas experiências no VIII Encontro Estadual do Programa Município VerdeAzul (PMVA), realizado no dia 17 de fevereiro, em Araras-SP.

Na ocasião, os municípios da bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí — e participantes do programa estiveram presentes para a capacitação nas diretrizes e critérios do PMVA para o ciclo 2016. Em uma iniciativa inédita, a Coordenadoria do Programa convidou alguns municípios para apresentarem experiências exitosas na condução do programa. Campinas foi chamada e apresentou como case a estruturação do Grupo de Trabalho e as estratégias de coordenação e acompanhamento dos trabalhos ao longo do ciclo.

1.8.2. Cidades Sustentáveis e Mobilidade

O Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, participou do seminário “Os Desafios da Mobilidade Urbana”, realizado no dia 27 de janeiro, na Sala Rhodes do Hotel Vitória, em Campinas –SP.

O Seminário foi realizado pela organização internacional *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD - Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), com coordenação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), em parceria com o WRI Brasil Cidades Sustentáveis. O evento reuniu vários especialistas, que discutiram temas relacionados com a Mobilidade Urbana, tendo como foco soluções sustentáveis.

O WBCSD é uma organização internacional liderada por CEOs de empresas inovadoras, que cria um futuro sustentável para os negócios, a sociedade e o meio ambiente. A organização desenvolve o Projeto de Mobilidade Sustentável 2.0 (SMP 2.0). A Emdec firmou parceria com o WBCSD em 2014, com o objetivo de estudar planos robustos de Mobilidade Sustentável para o município. Além da elaboração de um conjunto de ações para melhorar as práticas de mobilidade.

Apenas seis cidades do mundo participam do projeto, sendo Campinas a única das Américas, que se junta neste projeto à Lisboa (Portugal), Hamburgo (Alemanha), Chengdu (China), Bangcoc (Tailândia) e Indore (Índia).

O Seminário marca o encerramento do Projeto de Mobilidade Sustentável 2.0 (SMP 2.0), realizado em parceria entre WBCSD e Emdec. O Projeto de Mobilidade Sustentável 2.0 vem apoiando a construção do Plano de Mobilidade Urbana do município. O SMP 2.0 tem o objetivo de lançar um olhar para os deslocamentos na cidade, num horizonte de dez anos, coincidindo com o Plano Diretor. Paralelamente, a Emdec também desenvolve o Plano Viário, pensando a mobilidade para 25 anos, ou seja, até 2040.

Foram apresentados temas como Mobilidade Sustentável, BRT (*Bus Rapid Transit* – Ônibus de Trânsito Rápido), bicicletas compartilhadas, mobilidade elétrica e *car-*

sharing e Plano de Mobilidade Urbana para o município, sendo que o Secretário Rogério Menezes ministrou a palestra “Compromisso e Prática no Município de Campinas - Os desafios da Mobilidade urbana Sustentável”.

1.8.3. Lançamento do novo guia GPS

O Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, no dia 06 de abril, participou do evento de lançamento do novo “Guia GPS – Gestão Pública Sustentável”, nas versões online e impressa, que ocorreu no Teatro Anchieta, do SESC Consolação.

O novo Guia GPS incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – aprovados em setembro de 2015 pela Assembleia Geral da ONU –, que reúnem 17 macro objetivos e 169 metas com o propósito de acabar com a pobreza até 2030 e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. O Guia apresenta ainda a importância dos indicadores e o estabelecimento de metas para a administração municipal, assim como para a transparência e o controle social das políticas públicas.

Fonte de informação para planejamento, gestão e tomada de decisões na administração pública, a publicação visa ainda contribuir para a capacitação de gestores públicos municipais e organizações da sociedade civil em diversas cidades brasileiras, para implementarem indicadores e planos de metas que contemplem o desenvolvimento sustentável.



Fonte: <http://www.fnp.org.br/>

O conteúdo do Guia GPS, uma Plataforma Digital de Indicadores e um Banco de Boas Práticas estão à disposição de todas as candidaturas às prefeituras municipais que quiserem incorporar o Programa Cidades Sustentáveis e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas futuras gestões.

Na oportunidade, Rogério Menezes ministrou palestra sobre “Gestão Por Indicadores – Programa Cidades Sustentáveis”, onde apresentou a experiência da gestão no uso de indicadores, metas e planejamento de acordo com as diretrizes do Programa Cidades Sustentáveis.

1.8.4. Mestrado em Sustentabilidade – PUC

O Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, no dia 13 de abril, proferiu palestra intitulada “Sustentabilidade: Desafios Contemporâneos, Reflexões sobre a experiência de Campinas” no mestrado em Sustentabilidade – PUC-Campinas.

1.8.5. Teleconferência PMVA: Conselhos Ambientais

Ainda no âmbito do Programa Município VerdeAzul, o município de Campinas foi convidado a apresentar sua experiência em uma Teleconferência sobre “Conselhos Ambientais”, realizada no dia 06 de junho de 2016 no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Em sua palestra, o secretário Rogério Menezes, acompanhado do presidente do Conselho de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA) Carlos Alexandre Silva, expôs o trabalho realizado nos últimos anos no sentido de fortalecer institucionalmente o Conselho, promovendo transparência e participação social.

A teleconferência foi assistida por representantes de cerca de 300 municípios do Estado de São Paulo e o relato de Campinas servirá de referência para outros órgãos ambientais municipais que almejem estruturar seus conselhos nos mesmos moldes.



Foto: Secretário Rogério Menezes e Presidente do COMDEMA Carlos Alexandre Silva durante apresentação em teleconferência do PMVA

1.8.6. Seminário Internacional em Gestão Ambiental Urbana Local

O Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, nos dias 12 e 13 de maio, participou do evento "Seminário Internacional em Gestão Ambiental Urbana Local Brasil - União Europeia", que ocorreu em Brasília-DF.

O Seminário reuniu especialistas, acadêmicos, profissionais, representantes de municípios brasileiros e servidores de órgãos do Governo Federal que atuam na área para discutir as boas experiências nacionais e internacionais relacionadas à busca pela qualidade do ecossistema urbano, visando à elaboração da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana.

O Seminário faz parte do Diálogo Setorial Brasil-UE intitulado "Políticas, instrumentos e experiências de gestão ambiental urbana no Brasil e na União Europeia", uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério das Cidades, o Diretório Nacional do Projeto Diálogos Setoriais/Ministério do Planejamento e a União Europeia.

O evento faz parte da ação "Políticas, Instrumentos e Experiências de Gestão Ambiental Urbana na União Europeia e no Brasil", coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no âmbito da 8ª Convocatória do Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, iniciativa conduzida pela Delegação da União Europeia no Brasil (Delbra) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

O objetivo do Seminário foi discutir políticas públicas de gestão ambiental urbana que contemplem estratégias de recuperação de mananciais, de proteção e incremento da cobertura vegetal em áreas urbanas e de expansão urbana e o instrumento zoneamento ambiental, com vistas a trazer a dimensão ambiental para o planejamento e o ordenamento territorial local.

Ademais, trouxe as experiências analisadas pelos dois peritos contratados no âmbito do projeto: um externo e o outro, local. Nessa perspectiva, foram apresentadas, tendo por base os enfoques descritos acima, as experiências de Vitoria-Gasteiz (Espanha), Copenhague e Liubliana (Eslovênia), por parte da União Europeia, e Brotas (São Paulo), Toledo (Paraná), Extrema (Minas Gerais), Teresina (Piauí) e Formigueiro (Rio Grande do Sul), por parte do Brasil.

Na oportunidade, Rogério Menezes contribuiu com a apresentação da palestra “Proteção e Recuperação de Corpos Hídricos Urbanos” no Painel 3 e atuou como mediador no Painel 4 “Desafios para a elaboração de uma Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana”.



Fonte: <http://sectordialogues.org/pt-br/noticia/seminario-trata-do-tema-gestao-ambiental-urbana>.
Abertura do “Seminário Internacional em Gestão Ambiental Urbana”, em Brasília

1.8.7. Jornada de Arquitetura e Urbanismo + DI -- UNIP

A SVDS, representada pelas servidoras Andrea Struchel e Sylvia R. D. Teixeira, ministrou palestra intitulada “Meio Ambiente e a Cidade”, na Jornada de Arquitetura e Urbanismo + Design de Interiores 2016. O objetivo foi se aproximar dos futuros profissionais e promover um olhar diferenciado a partir da perspectiva ambiental nos projetos urbanísticos. Também foi apresentado um resumo da legislação ambiental e

qual a interface ambiental no planejamento urbano e processo de aprovação de empreendimentos. O evento se deu em 19 de maio de 2016, nas dependências da Universidade Paulista – UNIP.

1.8.8. Fórum Gestão Pública Sustentável 2016

O Fórum Gestão Pública Sustentável, realizado em 31 de maio no Teatro FECAP (São Paulo – SP) teve como objetivo apontar os rumos da sustentabilidade nos 5.570 municípios do Brasil.

Por meio de discussões técnicas, o evento buscou coordenar o debate construtivo sobre os 12 eixos temáticos da sustentabilidade, a fim de estimular a criação de políticas públicas efetivas, incentivar os gestores públicos na inclusão da sustentabilidade como prioridade em suas agendas; estimular esses gestores a elaborar políticas públicas dirigidas para a sustentabilidade; fomentar no setor privado a necessidade de criar produtos e serviços melhores e mais sustentáveis: estimular a utilização de produtos e serviços sustentáveis nos municípios e desenvolver novos nichos de mercados a partir do debate sustentável.

Na oportunidade, o Secretário da SVDS apresentou a palestra “Políticas Públicas em Sustentabilidade - A experiência em Campinas”.



Fonte: <http://www.prefeitosonline.com.br/>

1.9. Política Municipal de Meio Ambiente



A Política Ambiental Municipal é o documento que norteia e consolida a forma da gestão ambiental municipal assegurando a preservação do meio ambiente e o

desenvolvimento sustentável. Ela contempla em seu conteúdo a estrutura administrativa, os valores envolvidos, os objetivos e os instrumentos pertinentes de forma a permitir que o poder público tenha condições de estabelecer ações ordenadas e práticas para atingir os objetivos definidos para os vários aspectos da questão ambiental.

O trabalho abordou uma pesquisa de percepção elaboração de Caderno de Subsídios e minuta de Projeto de Lei Complementar, disponibilizando-se todo o material aos Conselhos afins e a sociedade para análise, questionamentos e contribuições, seguindo a linha de participação comunitária, por meio de consulta eletrônica (em julho) e audiência aberta ao público (em agosto), para apresentação e esclarecimentos que se fizeram necessários.

A leitura técnica e comunitária foi concluída no segundo semestre de 2016, com previsão de ser enviada ao Poder Legislativo no 1º semestre de 2017.

Para maiores informações, acessar: http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/politica_meio_ambiente.php.

2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA

Os processos de licenciamento ambiental têm como objetivo o controle de empreendimentos e atividades, efetivas e/ou potencialmente poluidoras, por meio de um conjunto de procedimentos determinados com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

Assim, dependem de prévio licenciamento ambiental da SVDS os empreendimentos e atividades elencados no art. 6º do Decreto Municipal nº 18.705/2015 referente aos Anexos I, II, III-SG, III e IV, a saber:

| | |
|--------------|--|
| ANEXO I | Empreendimentos Imobiliários |
| ANEXO II | Transporte, Saneamento, Energia e Dutos (Infraestrutura) |
| ANEXO III-SG | Movimentação de Terra e Mineração |
| ANEXO III | Intervenção em APP e Supressão de Vegetação Nativa ou de Árvores Isoladas (Área Verde) |
| ANEXO IV | Atividades potencial ou efetivamente poluidoras |

Tipologias de Licenciamento Ambiental Municipal.

Além do Licenciamento Ambiental Ordinário e com o intuito de se adotar medidas de sustentabilidade aos empreendimentos e atividades em implantação no município e passíveis de licenciamento ambiental, a nova legislação fomentou critérios para a obtenção de incentivos financeiros, bem como a certificação de projetos ambientalmente adequados, denominado então de Selo S.

Em parceria com a Informática de Municípios Associados – IMA, na continuidade do processo de informatização de todo o procedimento de licenciamento ambiental com a implementação de novas ferramentas para o Sistema de Licenciamento Ambiental Online (LAO), o qual demanda constantes atualizações.

2.1. Coordenadorias do Departamento de Licenciamento Ambiental

Estruturalmente, o Departamento de Licenciamento Ambiental da SVDS está dividido em quatro (04) coordenadorias, sendo elas:

- Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG);
- Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS);
- Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA);
- Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental (CADLA).

2.1.1. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG (Anexo III-SG)

São passíveis de licenciamento ambiental junto ao Anexo III-SG, através da Coordenadoria de Suporte Geológico, qualquer movimentação de terra acima de 100 m³, na região da APA – Campinas, e de 500 m³ para as demais localidades do Município.

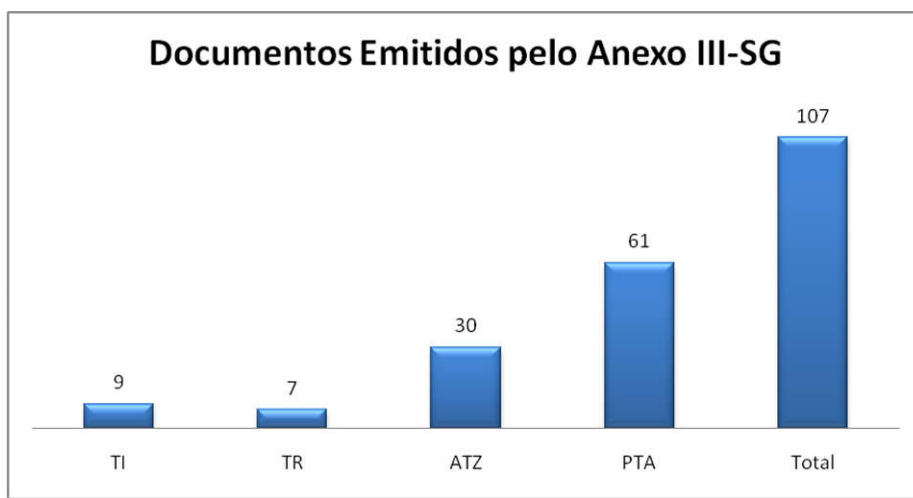
A equipe técnica desta coordenadoria, além de desempenhar as atividades de Licenciamento Ambiental relacionadas com o Anexo III-SG como a movimentação de terra e atividades de mineração já descritas, auxiliam as outras áreas da SVDS e também outras Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da realização de vistorias técnicas, elaboração de pareceres, laudos, manifestações, dentre outros. A área é atualmente composta por 02 Geólogos.

Além destes, esta Coordenadoria ainda participa do Grupo de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas (GTAC), grupo intersecretarial instituído no Município de Campinas, da Junta Administrativa de Recursos (JAR), auxilia na elaboração de legislações pertinentes, termos de referências associadas ao licenciamento ambiental, do Plano Municipal de Recursos Hídricos, dos Termos de Referências do Selo S, do projeto básico do caso Mansões

Santo Antônio e auxilia também nos estudos sobre Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas.

Outra demanda crescente desta Coordenadoria é a solicitação de verificação de existência de possíveis nascentes, cursos d'água e/ou planícies de inundação. Este tipo de solicitação serve para complementar as análises relacionadas a indicação de diretrizes ambientais, além de atestar a viabilidade de empreendimentos.

Relativos ao Anexo III-SG foram elaborados e emitidos 41 documentos no primeiro semestre de 2016, conforme demonstrado na figura a seguir:



Documentos emitidos em 2016 pelo Anexo III-SG

2.1.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

A Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, criou a Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS), que tem como objetivo a prestação de assessoria técnica na elaboração de planos e estudos relacionados ao licenciamento ambiental de obras públicas, tendo como principal interessado as outras Secretarias da PMC.

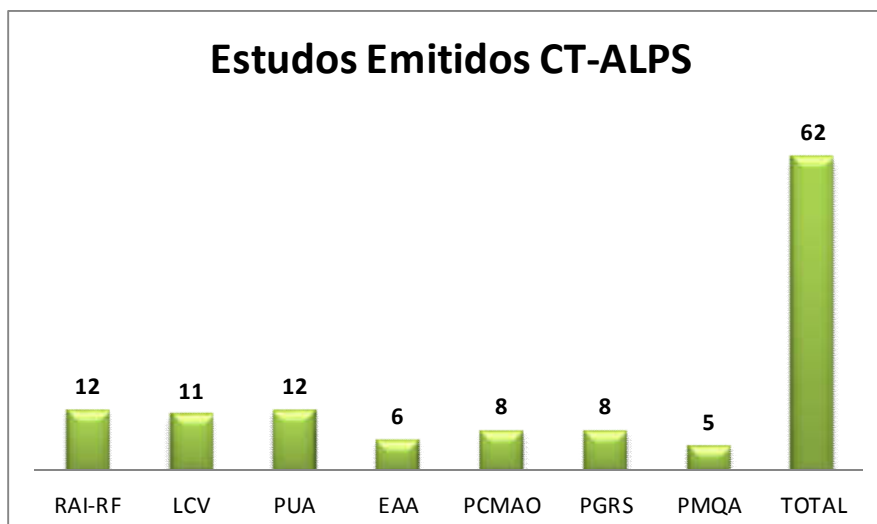
As demandas por estas assessorias podem ter origem no licenciamento municipal ou estadual, de forma a qualificar tecnicamente as obras e empreendimentos, identificando antecipadamente os aspectos ambientais envolvidos desde a etapa de

concepção dos projetos, para que o Licenciamento Ambiental dos mesmos ocorra em prazos reduzidos, com menores impactos ao meio ambiente, de modo a garantir que representem efetiva contribuição à qualidade de vida dos campineiros, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município.

Para tanto, a Coordenadoria elabora os seguintes estudos solicitados para os processos de Licenciamento Ambiental:

- ✓ Estudo Ambiental Aplicado (EAA);
- ✓ Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- ✓ Programa de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras (PCMAO);
- ✓ Plano de Monitoramento da Qualidade da Água (PMQA);
- ✓ Laudo de Caracterização de Vegetação (LCV);
- ✓ Planta Urbanística Ambiental (PUA);
- ✓ Relatório Ambiental Integrado (RAI).

No ano de 2016, foram elaborados e emitidos 62 estudos pela Coordenadoria CT-ALPS, conforme demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos pela Coordenadoria CT-ALPS no ano de 2016

Além das atividades citadas anteriormente, os técnicos da Coordenadoria CT-ALPS também participam de outros projetos e atividades de interface, tais como:

- Reuniões mensais do Conselho Municipal de Habitação;
- Elaboração e revisão de legislação municipal;
- Elaboração do Plano Municipal do Verde;
- Suporte na ação de planejamento da SVDS de Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas;
- Gestão do PROAMB – Compras de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os técnicos da SVDS;
- Gestão do PROAMB – Estudos Técnicos Preliminares de 49 trechos de Parques Lineares indicados no Plano Municipal do Verde;
- Suporte ao DVDS (auxílio em protocolos, vistorias, elaboração de resoluções, entre outros);
- Participação na elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico, e acompanhamento do Projeto de Implantação de Energia fotovoltaica no Paço Municipal;
- Suplente no Conselho Diretor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

2.1.3. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local (CLA)

Cabe a Coordenadoria de Licenciamento Ambiental planejar, coordenar, monitorar e orientar a aplicação de normas, legislações e políticas públicas, bem como a auxiliar ações relacionados à proteção e à recuperação dos recursos naturais, ao uso sustentável e à conservação.

Em sua estrutura estão os Anexos I, II, III e IV, que em processo ordinário analisam as solicitações de licenciamento ambiental por meio do Parecer Técnico Ambiental (PTA) e emitem documentos equivalentes a solicitação, como por exemplo Autorização (ATZ), Termo de Compromisso Ambiental (TCA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença Prévia e Licença de Instalação (LP/LI), Licença de

Operação (LO), Renovação da Licença de Operação (RLO), Certificado de Dispensa de Licenciamento (CDL), Termo de Indeferimento (TI) e Exame Técnico Municipal (ETM).

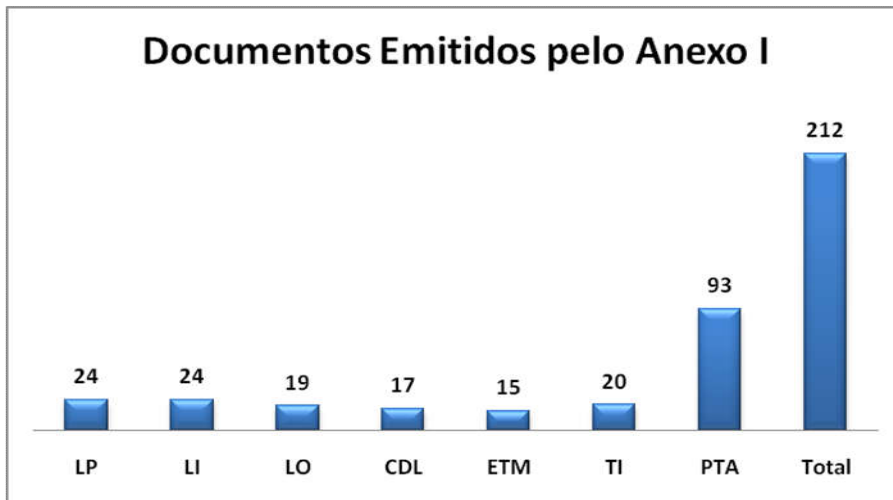
Adicionalmente a Coordenadoria analisa as solicitações de licenciamento ambiental para fins de Regularização Fundiária por meio de Pareceres Técnicos Ambientais de Regularização Fundiária (PTA-RF) e define a viabilidade ambiental da regularização emitindo documentos como o Certificado de Viabilidade Ambiental (CVA) e/ou Certificado de Regularização Ambiental (CRA) conforme art. 121, §1º do Decreto 18.705/15.

A Coordenadoria está estruturada em 4 equipes, sendo que cada uma delas é responsável por uma determinada tipologia de licenciamento, conforme apresentadas a seguir:

2.1.3.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

O Anexo I tem como atribuição principal o licenciamento ambiental de edificações com áreas a construir ou a regularizar, maiores de 2.500 m², sendo que para edificações localizadas nas APA de Campinas, a metragem mínima é de 750 m².

No Anexo I, um total de 212 documentos foram elaborados e emitidos em 2016, como demonstrado na figura abaixo.

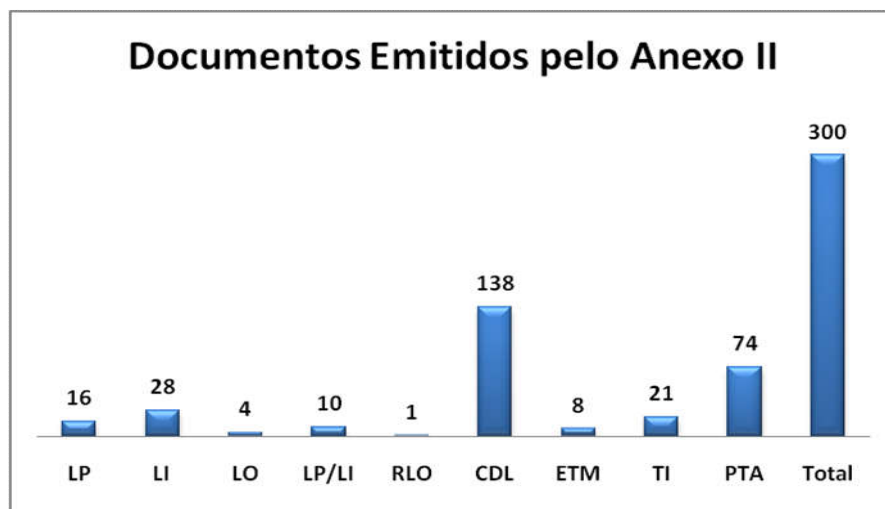


Documentos emitidos em 2016 pelo Anexo I.

2.1.3.2. Anexo II – Infraestrutura

O Anexo II é responsável pelo licenciamento ambiental de obras e atividades diretamente ligadas a infraestrutura, como transporte, saneamento, linhas de transmissão, subestações, cemitérios e complexos turísticos e de lazer.

No Anexo II, um total de 193 documentos foram elaborados e emitidos em 2016, conforme demonstrado na figura a seguir.

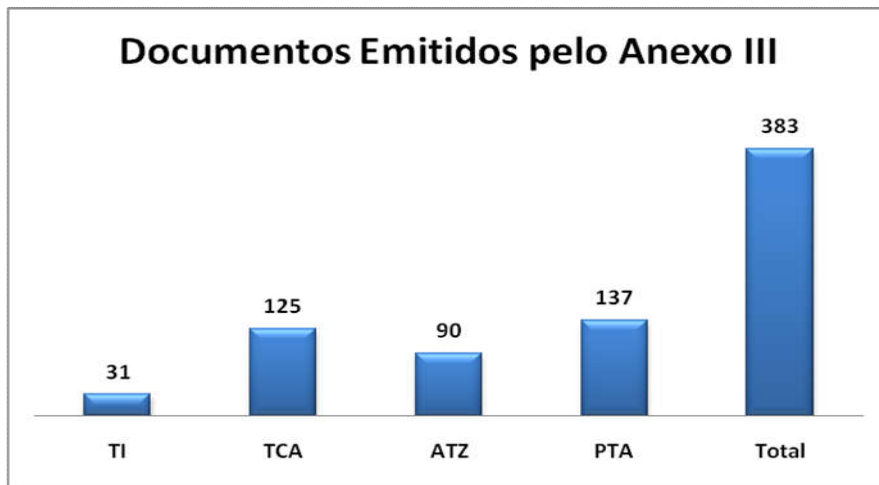


Documentos emitidos em 2016 pelo Anexo II.

2.1.3.3. Anexo III – Áreas Verdes

O Anexo III tem interface com os demais anexos do licenciamento ambiental, seja para autorizar o corte de vegetação e/ou intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), como para calcular a compensação prevista no Decreto 16.974/2010.

No Anexo III foram elaborados e emitidos, em 2016, 383 documentos ambientais, categorizados na figura a seguir.



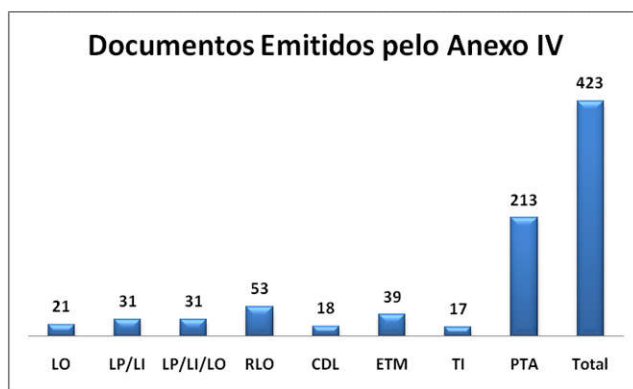
Documentos emitidos em 2016 pelo Anexo III.

Vale ressaltar que a partir da publicação do Decreto 18.705/2015, o presente Anexo, deixou de emitir ETM para os casos de intervenção em fragmento florestal e/ou área de preservação permanente não previstos na Deliberação CONSEMA 01/2014, passando o interessado a buscar a respectiva autorização direto na CETESB.

2.1.3.4. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras

O Anexo IV é responsável pelo licenciamento ambiental de indústrias e serviços potencial ou efetivamente poluidores, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem os limites do município.

No Anexo IV, foram elaborados e emitidos 423 documentos em 2016, conforme demonstrado na figura a seguir:



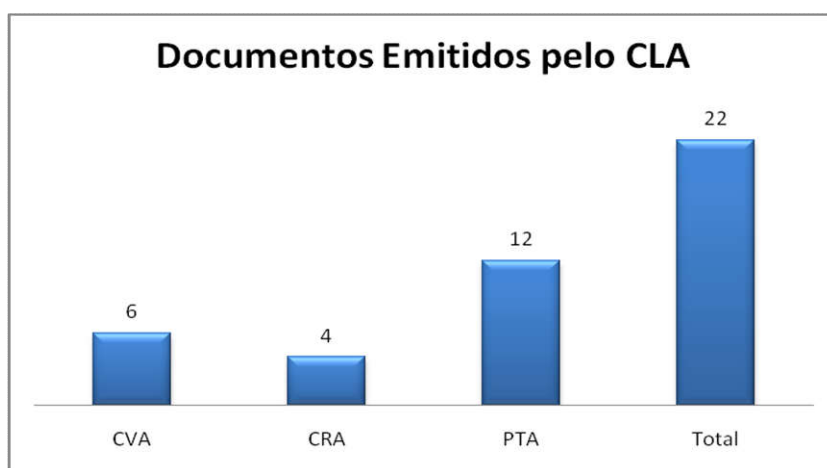
Documentos emitidos em 2016 pelo Anexo IV.

Além disso, o Anexo IV promove uma parceria com a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental para a convocação de empresas localizadas em Campinas, com Licença de Operação vencida, para sua Regularização Ambiental, fato este que ocasionou um aumento significativo de processos desta tipologia de licenciamento.

2.1.3.5. Regularização Fundiária de Interesse Social

A CLA atua no tocante ao licenciamento ambiental das regularizações fundiárias de interesse social. Tais análises são feitas diretamente pela Coordenação da CLA, com apoio da equipe técnica.

No ano de 2016, a CLA emitiu 12 PTAs, 6 CVAs e 4 CRAs, totalizando 22 documentos, conforme demonstrado na figura a seguir:.



Documentos emitidos pela CLA

2.1.3.6. Demais ações da CLA

Além dos processos ordinários de Licenciamento Ambiental, os técnicos da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental auxiliam e participam de grupos, planos, juntas, comissões, audiências, cursos e elabora documentos e legislações, com destaque para:

- Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE;
- Grupo de trabalho Técnico de Análise das situações de risco nas áreas Contaminadas no Município de Campinas - GTAC;

Coordenação do processo de Licenciamento Ambiental *OnLine* – LAO;

- Licitação do Plano de Intervenção e Avaliação de Risco à Saúde Humana do Bairro Mansões Santo Antônio;
- Comissão Especial para a Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança EIV/RIVI;
- Elaboração e atualização dos Termos de Referência dos estudos técnicos e dos Incentivos Financeiros e Selo S;
- Reuniões relacionadas a nova proposta da Lei do novo Plano Diretor de Campinas;
- Comissões técnicas de julgamento das licitações do Plano de Manejo das APAs e Parques Naturais de Campinas e da Investigação Ambiental Detalhada Complementar;
- Grupo para avaliação da instalação de sistemas de energia solar no Paço Municipal;
- Curso de Brigada de Incêndio da Prefeitura (em formação).
- Projeto "Juntos" (com a Gestão do processo de "Emissão de Licença Ambiental" e participação nos projetos "Emissão de Alvará de Aprovação", "Aprovação de Projetos de Drenagem" e "Movimentação de Terra");
- Internalização dos processos de Regularização Fundiária;
- Apoio às discussões sobre pavimentação na APA Campinas;
- Participação nas Oficinas do Plano do Verde, de responsabilidade do DVDS;
- Suporte na ação de planejamento da SVDS de Parques Lineares através de termo de cooperação com a PUC Campinas; e
- Participação em reuniões, pesquisas e vistorias para a elaboração do Projeto de Viabilidade de Passagem de Fauna;
- Emissão de manifestações técnicas para o Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável (DVDS) e para a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA);

- Participação em reuniões com o Banco de Áreas Verdes (BAV);
- Participação no Conselho Municipal de Habitação e de Proteção à Fauna;
- Participação na Junta Administrativa de Recursos (JAR) e na Junta Técnica (JTA) da SVDS;
- Participação na equipe técnica de implantação do programa Via Rápida Empresarial no município de Campinas;
- Participação do grupo técnico de trabalho para acompanhamento das questões referentes à produção de água de reúso no Município de Campinas, através da Portaria 85281/2015;
- Participação nas discussões sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Campinas;
- Participação do grupo técnico de trabalho técnico para discussão do Inventário dos Gases de Efeito Estufa da Região Metropolitana de Campinas; e;
- Participação das discussões com o grupo técnico para divulgação dos dados referentes às mudanças climáticas do município por meio da plataforma global do CDP Cities.

2.2. Licenciamento Ambiental *OnLine* – L.A.O.

O Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO) tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, obras e atividades de impacto local, bem como permitir maior agilidade e transparência aos trabalhos internos da SVDS.

Através do LAO, a totalidade do procedimento de licenciamento ambiental municipal é encaminhados ao DLA via internet - desde o requerimento, inclusão de documentação, comunicação entre o técnico e o usuário, pedido de recurso, controle social e a emissão das Licenças, Autorizações e Termos de Compromisso.

O sistema LAO passou a ser a única porta de entrada para os novos processos de licenciamento ambiental junto ao DLA desde setembro de 2014, conforme a Ordem de Serviço nº 02/2014, salientando que todos os outros processos já iniciados em

papel devem ser finalizados dessa forma (nesses casos, a migração para o sistema LAO seria inviável).

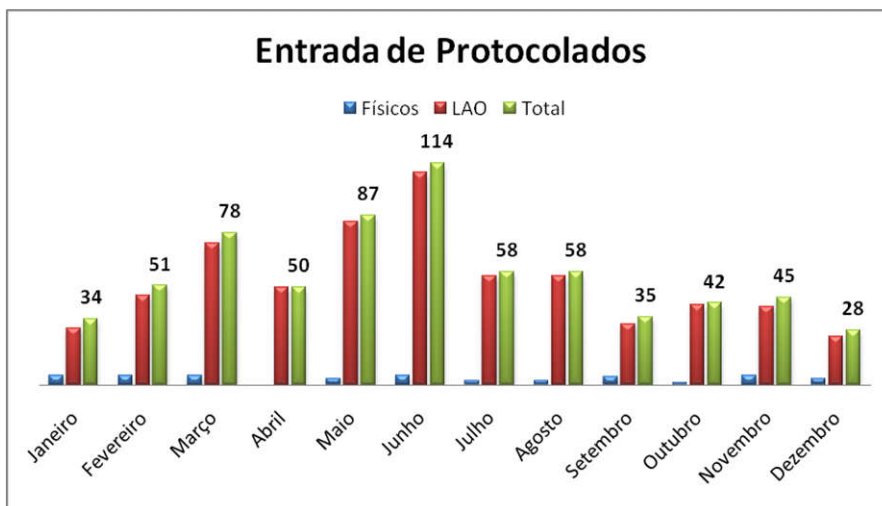
Esse sistema encontra-se em constante aperfeiçoamento junto à Informática de Municípios Associados (IMA) e junto aos diversos órgãos municipais, visando propiciar facilidades aos usuários internos e externos, especialmente em face da mudança de parâmetros legais produzidos pela publicação da Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014.

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas e orientação quanto à forma de preenchimento das solicitações, uma cartilha foi elaborada e disponibilizada nas páginas da SVDS. Além disso, uma equipe específica foi formada dentro do DLA para auxiliar os usuários via telefone ou mesmo, quando necessário, na própria Secretaria.

Esse tipo de atendimento tem sido importante, pois é através dessa interação que aperfeiçoaremos o sistema, entendendo quais são as maiores dificuldades dos interessados e tornando o seu uso mais intuitivo. Para conhecer o Licenciamento Ambiental Online (LAO) acesse: <http://lao.campinas.sp.gov.br>

2.2.1. Produtividade Geral do DLA

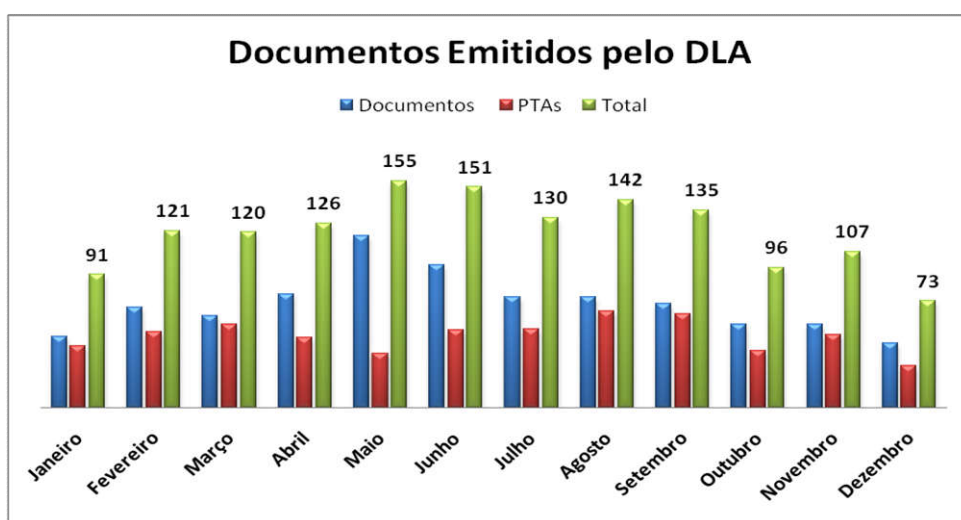
Durante 2016 foram realizados 680 novos pedidos de licenciamento ambiental junto a esta SVDS, sendo que, 640 destas solicitações foram feitas através do Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), conforme demonstrado na figura abaixo.



Número de processos protocolados na SVDS em 2016.

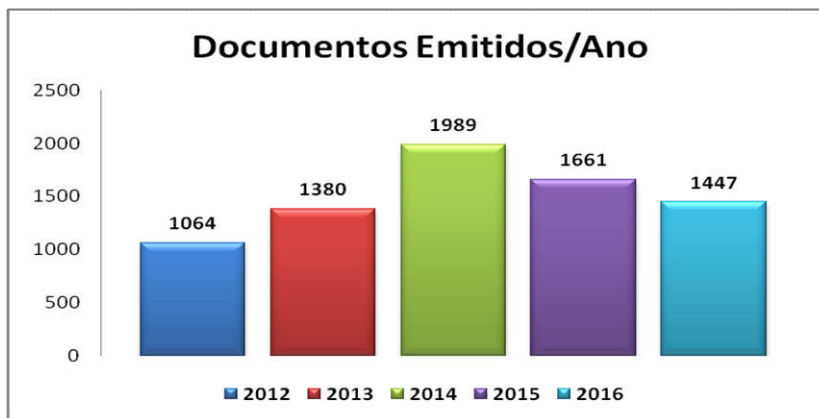
Nesse mesmo período, foram emitidos 1447 novos documentos, sendo 591 PTAs, que embasam os licenciamentos ou o indeferimento dos mesmos, e 856 Licenças propriamente ditas, que se referem às Licenças Ambientais Prévia, de Instalação e Operação, bem a renovação das mesmas, as Autorizações, Termos de Acordo e Compromisso, Termos de Indeferimento, Termos de Recebimento, Certidões de Dispensa de Licenciamento e Exames Técnicos Municipais.

Salientamos ainda que, destas 856 Licenças emitidas, 784 se deram através do LAO. A figura a seguir apresenta a produção destes documentos ao longo do ano de 2016.



Número de Documentos e PTAs emitidos em 2016 pelo DLA.

Na figura a seguir podemos observar o número de documentos emitidos pelo Departamento de Licenciamento Ambiental no decorrer dos últimos anos.



Documentos emitidos pelo DLA no lapso temporal desde 2012.

Sobre os índices de produtividade, há de se destacar que, de acordo com o Decreto nº 18.705/2015, além do Anexo III não ter mais a necessidade de emissão de ETM's, em algumas outras situações, as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação podem agora ser emitidas concomitantemente, através da obtenção de um único documento ambiental, o que influencia diretamente no comparativo numérico de documentos até então emitidos.

Para embasar os diversos processos de licenciamento, a equipe do DLA efetuou no em 2016, 116 vistorias técnicas, conforme demonstrado a seguir.



Vistorias realizadas em 2016

2.2.2. Destaques no Licenciamento Ambiental de 2016

Dentre todos os processos de licenciamento ambiental analisados por este Departamento em 2016, elencamos alguns de destaque para o Município de Campinas:

- Emissão de Licenças de Instalação para as obras de drenagem e pavimentação dos bairros: Jardim Marisa, Jardim Satélite Íris I, Oziel e Monte Cristo, Jardim Rosalina, Jardim Santo Antônio, Recanto da Fortuna e Padre Josimo;
- Emissão de Licença de Operação para empreendimento imobiliário, Residencial Santa Luzia, enquadrado no Programa Federal Minha Casa Minha Vida – MCMV (Faixa 1);
- Emissão do Certificado de Viabilidade Ambiental (CVA) para os Núcleos Residenciais: Parque Cidade Campinas III, Vila Boa Vista, São Luiz, Chico Mendes – DIC V (2ª fase), Jossiara e Parque da Família;
- Emissão do Certificado de Regularidade Ambiental (CRA) para os Núcleos Residenciais: Sete de Setembro, Chico Mendes – DIC V (1ª, 3ª e 4ª fases) e São Luis;
- Emissão da Licença Prévia, de Instalação e de Operação para obras viárias e de drenagem na Avenida John Boyd Dunlop, acesso ao Shopping Parque das Bandeiras;
- Emissão da Licença Prévia e de Instalação para obras de ampliação do pontilhão férreo sobre a Avenida John Boyd Dunlop;
- Emissão da Licença Prévia e de Instalação para obras viárias e de drenagem do entorno do Hotel The Royal Palm Plaza;
- Emissão do Exame Técnico Municipal, para licenciamento junto ao Estado, da Usina de Compostagem do IAC;
- Emissão do Exame Técnico Municipal, para licenciamento junto ao Estado, das Marginais da Rodovia Santo Dumont;
- Emissão da Licença Prévia e de Instalação visando a regularização ambiental dos cemitérios da Saudade, de Souza e Santo Antonio de Pádua.

2.3. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

A Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental (CADLA) dá suporte às funções atualmente desenvolvidas pelo Departamento de Licenciamento Ambiental, com destaque para:

- Interface entre a SVDS e os Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA) e o Conselho Gestor da APA (CONGEAPA), primando pela qualidade na participação comunitária e no acesso da sociedade às informações e na condução dos processos de licenciamento ambiental a cargo da SVDS;
- Administração e Suporte do Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine;
- Elaboração de documentos relativos à gestão da Diretoria do DLA, tais como relatórios de produtividade do DLA (mensal, semestral e anual);
- Auxílio nos mecanismos de acesso e de publicidade dos documentos e informações relacionadas ao licenciamento ambiental, com a publicação semanal de todos os pedidos e documentos emitidos;
- Coordenação do grupo técnico de trabalho técnico para acompanhamento das questões referentes à produção de água de reúso no Município de Campinas, através da Portaria 85281/2015; e
- Suporte ao Anexo III – Área Verde, através da análise de protocolos.

A CADLA visa garantir que todas as solicitações de licenciamento ambiental sejam apreciadas pelos Conselhos Municipais de Campinas, a fim de que se estabeleça o efetivo controle social, atendido o princípio da participação comunitária. Esta oitiva é importante para garantir que a sociedade conheça e se manifeste sobre a condução dessa importante ferramenta de gestão ambiental que é o licenciamento ambiental municipal.

2.3.1. COMDEMA e CONGEAPA

No ano de 2016, foram enviados ao Conselho de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), 468 protocolos, conforme a demonstrado na tabela a seguir. A remessa

de protocolos aos Conselhos se deu tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), conforme destacado.

Da mesma forma, os protocolos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Campinas passam pela análise do CONGEAPA.

Assim, no ano de 2016, a SVDS encaminhou um total de 34 processos para análise do referido Conselho, conforme a tabela a seguir. Vale observar neste caso que não foi encaminhado ao CONGEAPA nenhum protocolo físico no ano de 2016.

| Protocolos enviados ao CONGEAPA | | | |
|--|----------------|------------|--------------|
| Mês | Físicos | LAO | Total |
| Janeiro | 0 | 2 | 2 |
| Fevereiro | 0 | 3 | 3 |
| Março | 0 | 2 | 2 |
| Abril | 0 | 2 | 2 |
| Maiο | 0 | 3 | 3 |
| Junho | 0 | 5 | 5 |
| Julho | 0 | 2 | 2 |
| Agosto | 0 | 7 | 7 |
| Setembro | 0 | 3 | 3 |
| Outubro | 0 | 1 | 1 |
| Novembro | 0 | 2 | 2 |
| Dezembro | 0 | 2 | 2 |
| Total | 0 | 34 | 34 |

Número de protocolos encaminhados ao CONGEAPA no ano de 2016

Todos os processos de licenciamento ambiental são tramitados e disponibilizados para análise dos Conselhos, sendo que, a qualquer tempo, há a possibilidade de que os protocolos sejam requisitados pelos conselheiros para consulta.

A figura abaixo apresenta o número de protocolos enviados aos conselhos nos últimos anos.



Processos enviados aos Conselhos desde 2012

Através da Resolução nº 07/2015 e da 08/2015, a SVDS, em conjunto com a Informática de Municípios Associados (IMA) consolidou o Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine (LAO), com acesso amplo a todos os integrantes dos Conselhos, pelos sistemas intranet e internet, de modo a ampliar e facilitar o acesso dos Conselhos, desde que solicitado e assinado o Termo de Responsabilidade.

Uma apresentação feita pelo administrador do sistema sobre o LAO e sobre a Resolução nº 07/2015 foi realizada na Reunião Ordinária do COMDEMA no dia 29 de junho de 2016. A mesma apresentação deverá ser realizada para os Conselheiros do CONGEAPA, no segundo semestre de 2016.

3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DVDS

Os trabalhos do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (DVDS) abrangem do Planejamento a Gestão Territorial, sempre primando pela melhoria da qualidade ambiental de todo o município de Campinas.

Dessa forma, entre tantas atividades desenvolvidas pela equipe técnica, destacam-se a Coordenação e Execução de Planos, Programas e Projetos, o Controle e Monitoramento dos Indicadores e Informações Ambientais, bem como as Ações de Manejo, Restauração e Gerenciamento das Áreas Verdes e Unidades de Conservação e abrangem as ações de Educação Ambiental. O DVDS é também responsável por articular Políticas Públicas de incentivo ao Desenvolvimento Sustentável.

A leitura a seguir proporciona uma melhor compreensão dos trabalhos efetivamente realizados, cujo resultado aponta um salto qualitativo e quantitativo nos últimos anos, decorrente dos esforços e da competência técnica dos servidores que integram a equipe do DVDS.

3.1. Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Cabe a Coordenadoria dar suporte a toda a SVDS e a PMC nos temas relacionados às diretrizes ambientais e elaboração de planos e normatizações, indicadores e análises de desempenho, dentre outros. Conforme as suas competências descritas na Lei Complementar nº 59/14, 79% das atividades têm interface com outras Pastas e 21% referem-se às atividades que permeiam outras diretorias e coordenadorias da própria SVDS.

A Coordenadoria dispõe de uma equipe multidisciplinar apta a atuar nas áreas de planejamento, gestão, controle e monitoramento territorial. Para isso, a CPGA atua em três frentes de trabalho:

- Planos e Políticas Públicas: Responsáveis pelo Planejamento e Gestão Ambiental de todo o território de Campinas a fim de garantir Qualidade Ambiental a toda a cidade;

- Indicadores de Desempenho Ambiental: Responsável pelo Controle e Monitoramento de todo o território de Campinas a fim de garantir o Desenvolvimento Sustentável; e
- Diretrizes Ambientais: Responsável por fazer cumprir a Legislação Ambiental no cadastramento ou na análise de glebas, lotes e empreendimentos da Cidade. Frentes de Trabalho da Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental

Um importante projeto é a reestruturação dos programas que compõem os planos municipais do Verde, de Recursos Hídricos, de Saneamento Básico e de Educação Ambiental. Optou-se pela criação de uma força-tarefa com o objetivo de entender os conceitos de Gerenciamento de Projetos que pudessem ser aplicados a estes planos, e a partir daí reorganizar os programas por afinidade conceitual e prática, criando os Núcleos Estratégicos.

Por um processo participativo de construção coletiva na SVDS que incluiu uma ampla pesquisa de interesse, foram estruturados nove núcleos, sendo sete compostos pela equipe da SVDS, um composto pelos responsáveis pela gestão do projeto, e um que poderá ser redistribuído ou iniciado em momento futuro. São eles:

- * Parques Lineares
- * Corredores Ecológicos
- * Unidades de Conservação
- * Rural
- * Legal-Institucional
- * Monitoramento e Água de Reuso
- * Educação Ambiental
- * Articulação e Gestão
- * Proteção e Manejo

3.1.1. Setor de Planos e Políticas Públicas - SPP

O Setor de Planos e Políticas Públicas, além do acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (2013), empenhou esforços na elaboração dos Planos Ambientais de Recursos Hídricos (PMRH), Verde (PMV) e Educação Ambiental (PMEA), por meio dos quais pudemos atuar no apoio à elaboração da Lei de Uso e

Ocupação do Solo e Plano Diretor, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN).

Ademais, o ano de 2015 foi marcado pelo início dos projetos de saneamento rural, avaliação de impacto ambiental do Rio Capivari e dos Programas de Recuperação de Nascente (PReNAC) e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Em 2016, este setor focou suas atividades nas etapas finais que culminaram na publicação do Plano Municipal de Recursos Hídricos, na composição do Grupo de Trabalho para definição dos critérios e processos referentes ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e no planejamento de intervenções voltadas ao saneamento rural, conforme definido no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)

3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)



O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme preconiza a Lei Federal nº 11.455/07, teve seus trabalhos iniciados em fevereiro de 2013, após a posse da nova gestão municipal com a formação de um grupo instituído pela Portaria nº 80.084/13, envolvendo várias Secretarias Municipais e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA).

A proposta de trabalho previu a elaboração de quatro produtos: Diagnóstico; Prognóstico, Objetivos e Metas; Ações Programadas e Metas; e Relatório Final com Minuta do Decreto de instituição do Plano (Decreto Municipal nº 18.199/13).

Em 2014, foram concluídas a elaboração do Decreto que cria o Grupo de Acompanhamento e a publicação do mesmo (Decreto nº 18.357/2014), a articulação das Pastas envolvidas nas atividades prioritárias do PMSB, a verificação das ações do Plano e a situação dos recursos orçamentários planejados em 2013, bem como o

Relatório de Conjuntura, com os Informes de Linha de Base e a situação das atividades previstas no PMSB apresentados para o Sr. Prefeito.

No primeiro semestre de 2015, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, convocada pelo gabinete do Prefeito. Nesta reunião foram apresentados os objetivos, ações e investimentos previstos ao longo dos anos. Já no segundo semestre de 2015, o Grupo de Acompanhamento atuou na revisão das metas frente ao reflexo da Crise Econômica e da Água, além de dar suporte ao Ministério Público Federal que fiscaliza as políticas municipais para a gestão dos resíduos sólidos.

No âmbito da CPGA, 2016 marcou o levantamento das prioridades e ações, verificando o estágio atual e programando os próximos passos. Houve um avanço no campo da Fiscalização e Licenciamento Ambiental, onde as diretrizes do plano já se encontram implementadas, e em Saneamento Rural Sustentável, com diversas reuniões e atividades de campo para definir a implementação dos primeiros programas, bem como o detalhamento das atividades sob coordenação do Núcleo Rural de Programas.

Ainda nas responsabilidades da SVDS, no campo da Educação Ambiental, observa-se um avanço na elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA).

3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH)



A Lei Municipal nº 12.787/06 instituiu a Política Municipal de Recursos Hídricos (PMRH) e estabeleceu normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos. Dada a sua importância na gestão municipal, o Plano de Metas do Governo Municipal de Campinas prevê a elaboração deste Plano (protocolo 2014/10/48560).

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), iniciou a articulação da elaboração do PMRH,

através da Portaria nº 82275/14, que criou o Grupo de Trabalho (GT-PMRH), sendo que a sua elaboração conta com 27 técnicos de diferentes Secretarias nomeados em portaria e 26 colaboradores.

O PMRH teve início em 2014, período em que foram levantados os dados de subsídios para o diagnóstico, campo para conhecimento da realidade dos rios de Campinas e sete oficinas participativas com a sociedade, especialistas e setores rurais e indústria.

Em 2015 foram trabalhados com o GT – PMRH a definição do Roteiro Metodológico (publicado em 27/02/15) e a elaboração do Diagnóstico. Sendo o diagnóstico concluído no segundo semestre do mesmo ano. Referido documento passou por duas consultas ao COMDEMA.

O Plano tem por objetivo: *"Assegurar a quantidade e a qualidade das águas, valorizando as potencialidades e reduzindo a vulnerabilidade hídrica no Município de Campinas."*

Ao final de 2015 o diagnóstico do PMRH foi publicado.

No primeiro semestre de 2016, após a publicação do Volume 3 – Programas, Ações e Áreas Estratégicas, consolidaram-se as fases de elaboração do Plano. Em seguida, procedeu-se à Audiência Pública no mês de Abril. Após esta audiência, o Volume 4 – Relatório Executivo consolidou as observações e recomendações geradas na Audiência Pública, bem como consolidou o processo de elaboração do Plano. No dia 6 de Junho de 2016, na Semana do Meio Ambiente, foi assinado pelo Prefeito Municipal o Decreto nº 19.168, que institui o Plano Municipal de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Desde então, iniciaram-se as ações de implementação dos programas do PMRH. Como já abordado, focou-se na criação dos Núcleos Estratégicos, consistindo na reestruturação dos programas contemplados nos planos municipais, visando reorganizá-los por afinidade conceitual e prática.

Quanto aos Núcleos relacionados ao PMRH, destacam-se o de Monitoramento e o Rural, que através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água) integrará as ações e metas dos programas de recuperação de nascentes e áreas ciliares, de saneamento rural sustentável e o de Sistemas Agroflorestais (SAF).

3.1.1.3. Subsídios ao Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo

A SVDS tem participado ativamente das oficinas e reuniões promovidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN), partindo-se da premissa de que a revisão do Plano Diretor tem sido considerada sob a perspectiva integradora dos outros Planos, dentre os quais os ambientais ganham destaque.

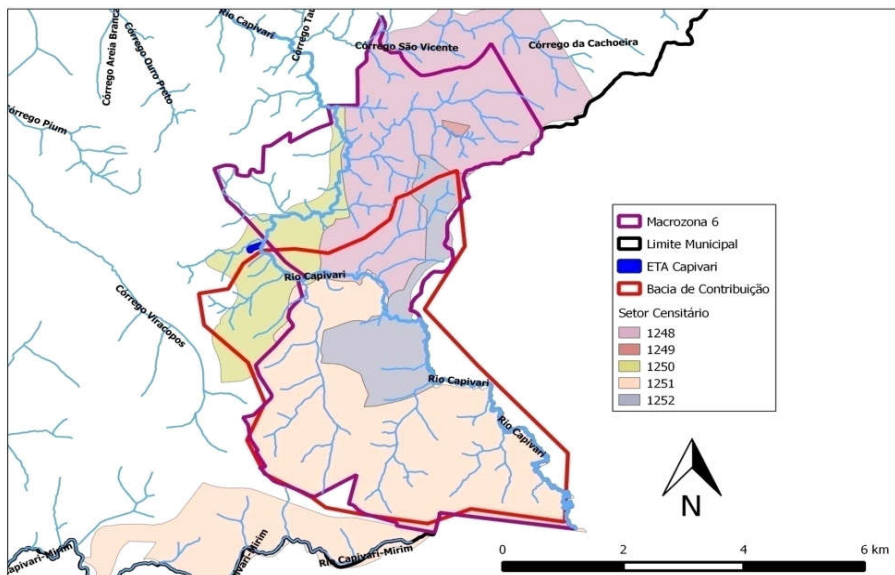
O fechamento do diagnóstico dos Planos de Recursos Hídricos e do Verde, bem como o prognóstico do Plano de Saneamento Básico subsidia o Plano Diretor com dados especializados do panorama ambiental, acompanhados de mapas de vulnerabilidade ambiental; potencialidades ambientais e referências bibliográficas para se alcançar a Campinas que queremos.

3.1.1.4. Projeto de Saneamento Rural

O município de Campinas ocupa uma área de 797,6 km² e, apesar de apresentar um grau elevado de urbanização (98,28% segundo SEADE, 2010), ainda possui uma significativa extensão rural (~ 407 km²) – a qual representa mais da metade do seu território.

Campinas possui uma população rural de 18.389 habitantes, dos quais, 5.389 moradores, possuem esgotamento sanitário via fossa rudimentar, ou seja, mais de 29% da população rural de Campinas utiliza-se de “fossas negras”. Somando-se ainda a parcela da população que lança seus esgotos direto no ambiente (vala, rios e lagos), temos que aproximadamente 35% da população rural de Campinas não possui esgotamento sanitário adequado.

Neste contexto, exposto no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o COMDEMA protocolizou uma proposta de projeto para implementação das Fossas Sépticas Biodigestoras na Macrozona 6. Esta proposta foi tecnicamente e financeiramente aprovada pela CPGA/SVDS e Fundo Ambiental PROAMB e encontra-se em fase de desenvolvimento e amadurecimento da proposta técnica. A figura abaixo mostra a área prioritizada para o projeto de fossas sépticas.



Área prioritizada para o projeto de fossas sépticas.

A área prioritizada para o projeto, considerando os setores censitários nº 1.248 a 1.252 do IBGE (2010) como um todo, temos 686 domicílios (2.555 moradores), dos quais 547 domicílios não possuem esgotamento sanitário adequado.

Como observado, quase 80% da população dos referidos setores possuem “fossas negras”, ou lançam seus esgotos direto no ambiente sem nenhum tipo de controle. Se considerarmos o baixo custo para confecção, a eficiência demonstrada na biodigestão dos excrementos humanos e consequente eliminação de agentes patogênicos, a Fossa Séptica Biodigestora, é indicada para substituir as tradicionais “fossas negras”, utilizada na área rural, e que é a principal responsável pela contaminação das águas subterrâneas, que abastecem os “poços caipiras”.

Ao longo de 2016, houve discussões internas e externas sobre este projeto, bem como a busca de contato com outras entidades e/ou municípios que já possuem experiências semelhantes, resultando em pelo menos duas oportunidades de intercâmbio de informações. Também, os primeiros levantamentos de custo foram feitos com vistas a detalhar as informações para aprovação do projeto para uso dos recursos do PROAMB.

Considerando que o Projeto de FSB é uma das ações do programa de saneamento rural sustentável, incorporado pelo Núcleo do Rural, o mesmo será trabalhado de maneira conjunta com o PSA Água.

3.1.1.5. Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)



Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica, em 2014 foi assinado o “Autorizo” pelo Sr. Prefeito Municipal para a elaboração, sob a coordenação da SVDS, de Projeto de Lei que instituirá o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

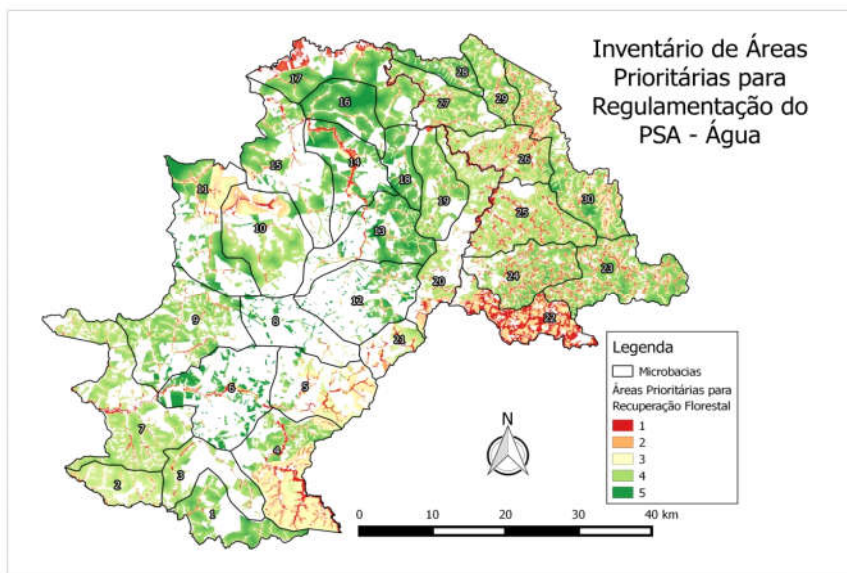
No primeiro semestre de 2015, o Projeto de Lei foi votado na Câmara de Vereadores e, no segundo semestre, procedeu-se as tratativas para criação do Conselho Diretor do PSA, atualmente em andamento.

O PSA consiste em um instrumento de incentivo (monetário e não monetário) às iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou o melhoramento de ecossistemas, em especial pela produção de água (Serviço Ambiental).

O Programa será executado por meio de Subprogramas e Projetos a serem regulamentados em momento oportuno, sob a supervisão de um Conselho Diretor, coordenado pela SVDS e com a necessária participação comunitária, por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CMDRA).

O Programa será financiado pelos fundos ambientais, a exemplo do Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), bem como por outras fontes de recurso, visando o pagamento monetário associado a projetos de plantio orientados pelo Banco de Áreas Verdes (BAV).

A elaboração do Projeto de Lei se baseou, entre outros, nos casos e/ou nas discussões dos Estados de Santa Catarina, Acre, Goiás e dos Municípios de Extrema (MG) e Jaraguá do Sul (SC). Além disso, foram observados os programas da Agência Nacional da Água e Comitê de Bacia do PCJ, bem como, os princípios de Pagamentos por Serviços Ambientais praticados na cidade de Nova York (USA).



Inventário de Áreas Prioritárias para Regulamentação do PSA – Água

No primeiro semestre de 2016 foram feitos diversos entendimentos para a formação do Conselho Diretor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, que culminou com a Portaria 86597/16, assinada pelo Prefeito Municipal, nomeando este conselho, composto por 8 membros.



Conselho Diretor do PSA, instituído pela Lei 15.046/15, em sua terceira reunião no dia 12/08/16.

No segundo semestre de 2016 foram realizadas 11 reuniões do CDPSA visando a regulamentação do 1º subprograma PSA Água conforme premissas estabelecidas no Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH. Estas ações de regulamentação do PSA Água, envolveram além das reuniões do CDPSA, diversas visitas técnicas em Municípios e Instituições de Pesquisa com experiências exitosas em PSA, culminando em quatro propostas de minutas elencadas a seguir, sendo que as duas primeiras já encontram-se sancionadas.

- Resolução PSA Nº 01 de 30 de setembro de 2016 - Dispõe sobre o Regimento Interno do CDPSA;
- Resolução SVDS Nº 18, de 30 de setembro de 2016 - estabelece o inventário de espaços territoriais a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais;
- Decreto de Regulamentação do PSA Água - Minuta do Decreto aprovada na 8ª Reunião do CDPSA (07/10/2016), e encaminhada pela SVDS à SMAJ no dia 31 de outubro (protocolo: 16-10-39237);
- Resolução SVDS (Critérios de Elegibilidade) - Minuta de Resolução que institui os critérios de elegibilidade para classificação e enquadramento legal dos provedores de serviços ambientais habilitados no PSA Água.



3ª Reunião Técnica do CDPSA

Os próximos passos do PSA Água, após a publicação do Decreto supracitado, será o lançamento de Edital de Credenciamento Público para seleção e habilitação de Provedores de Serviços Ambientais.

3.1.1.6. Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PReNAC)

Promover a recuperação das nascentes e matas ciliares é uma prerrogativa da gestão integrada dos recursos ambientais territoriais. Na malha hídrica campineira a aplicação eficiente de recursos em projetos de restauração florestal é uma iniciativa capaz de compor uma complexa rede de corredores e fragmentos florestais que contribuirão com a manutenção dos Recursos Hídricos e conseqüentemente dos Serviços Ambientais.

Campinas possui aproximadamente 2.500 nascentes, sendo que 2.075 (90%) apresentam suas faixas de preservação com algum grau de degradação (correspondente a cerca de 7.580 ha de um total de 10.950 ha). Assim, faz-se necessário a implementação de ações de recuperação desses elementos naturais, que tem um papel importante na qualidade e na quantidade dos recursos hídricos e da cobertura vegetal.

A fim de promover essa recuperação, a Prefeitura de Campinas, por intermédio da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, propõe um Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PReNAC), que prevê recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP) de cursos hídricos e nascentes, mesmo que intermitentes, localizadas em área rural ou urbana, de propriedades privadas ou públicas. O PReNAC visa contribuir para a eliminação dos fatores de degradação; aumentar a biodiversidade do município, fomentando a criação dos corredores ecológicos e aliar a recuperação de APP com técnicas agroecológicas.

Este programa tem interface com os Planos Municipais de Recursos Hídricos, do Verde e da Mata Atlântica e também poderá associar-se com outra relevante ferramenta de gestão ambiental, como o Banco de Áreas Verdes e o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais. A proposta do Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares é iniciar com uma fase piloto, para diagnosticar a qualidade ambiental dos limites legais das APP e, a partir dele, priorizar e promover a recuperação, proteção e manejo das nascentes e áreas ciliares, além da definição dos critérios de acompanhamento.

A proposta de implementação da fase piloto e nas demais áreas degradadas no qual o PReNAC tem atuação já foi aprovada pelo Conselho Diretor do PROAMB e hoje compõe o Banco de Projetos do Fundo.

No segundo semestre de 2015 foram iniciadas as tratativas entre a SVDS e representantes do Poder Público (Secretaria de Educação e Serviços Públicos), da universidade (UNICAMP) e da Sociedade (COMDEMA e a própria comunidade) para juntos estruturarem ações participativas de adoção e recuperação de nascentes e áreas ciliares no Jardim Nova Mercedes.

Em 2016, foram feitos o reconhecimento em campo de duas áreas para o programa Adote uma Nascente, e consolidação das informações do PReNAC no Plano Municipal de Recursos Hídricos.

Para a continuidade dos trabalhos em 2017, com a criação dos Núcleos, o PReNAC foi dividido em Rural e Urbano, ficando o segundo, inerente ao programa Adote uma Nascente incluído no Núcleo dos Parques Lineares.

3.1.2. Diretrizes Ambientais



A SVDS, por meio da Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental – CPGA, participa da análise para definição de diretrizes urbanísticas e ambientais, aprovação de projetos de parcelamento do solo, edificação em glebas, nos termos do Decreto nº 19.173/16 e dos estudos promovidos pelo Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE), conforme Decreto nº 18.891/15.

Tal participação é a forma mais básica e preliminar de planejamento territorial de Campinas e sustenta-se no cumprimento da legislação ambiental. As Diretrizes Ambientais são parte das Urbanísticas e consistem na obtenção, pelo proprietário da gleba, das restrições e condicionantes ambientais que incidem sobre a propriedade e que nortearão o desenvolvimento de futuro projeto de ocupação urbana.

Nesta perspectiva a equipe de Diretrizes atua na análise de protocolados de assuntos diversos, com os seguintes destaques:

- análises de levantamentos planialtimétricos para emissão de diretrizes ambientais, visando o cadastramento de glebas, ou revalidação das mesmas;
- análises prévias de loteamentos urbanos;
- análises do Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE); e
- outros: certidões gráficas, incidência de Área de Preservação Permanente (APP), solicitação de imagens ou outros dados ambientais, doação de áreas para a Prefeitura, utilização de áreas públicas etc.

Além disso, em 2015, a equipe de Diretrizes trabalhou na revisão do Decreto nº 17.589/12, que culminou no Decreto nº 18.891/15.

Ao longo de 2016, foram elaborados um total de 72 além de outros documentos como manifestações, entendimentos e propostas de regulamentação, bem como atendimento a interessados, reuniões para discussão e avaliação de propostas e vistorias de campo. Também merecem destaque as discussões e propostas para regulamentação, tais como parques lineares, diretrizes ambientais para o Plano Diretor, corredores ecológicos, e planícies de inundação no Município de Campinas.

3.1.2.1. Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais

A Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais abrange questões de Governabilidade e Gestão de Tecnologia da Informação, Infraestrutura Documental, Infraestrutura de Dados Geoespaciais e Capacitação, além de se estender a outras Secretarias, tais como a Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN) e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA).

A Governabilidade e Gestão de TI, assim como a Infraestrutura Documental das Diretrizes Ambientais consiste em definir a cadeia de informações e a estrutura de armazenamento dos dados tanto na intranet como nos procedimentos. Atualmente, esta ação encontra-se em andamento, através da proposta de reestruturação do diretório local, para melhor acessibilidade e consulta dos pareceres por toda a SVDS.

A infraestrutura de dados geoespaciais não foi iniciada, mas será elaborada em parceria com a Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais (C-Tela), integrado à infraestrutura de dados espaciais da PMC e escorado na fotointerpretação do levantamento 1:1.000 da PMC em desenvolvimento pelo DIDC/SEPLAN.

É importante destacar, no primeiro semestre de 2016, a adoção do sistema de georreferenciamento baseado no software Q-GIS, que trouxe avanços ao permitir acesso a bancos de dados de todas as pastas municipais que disponibilizam informações nesta base, permitindo uma atualização simultânea de informações e dados, perceptíveis em tempo real. Parte desta adoção envolveu a capacitação da equipe para a utilização desta ferramenta.

Foi elaborado um “Caderno de Subsídios para as Diretrizes Ambientais”, orientado para o uso interno da SVDS. Este documento conta com modelos, legislações e algumas observações práticas, com relação a análise de diretrizes ambientais. Posteriormente, a critério da SVDS, ele poderá ser adaptado para a orientação do público geral. Ainda no setor de diretrizes ambientais, também foi elaborado o documento “Guia - Diretrizes Ambientais e Quantum GIS”, com alguns comandos básicos e exemplos de utilização do software QGIS no estudo das diretrizes ambientais.

3.1.3. Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA)

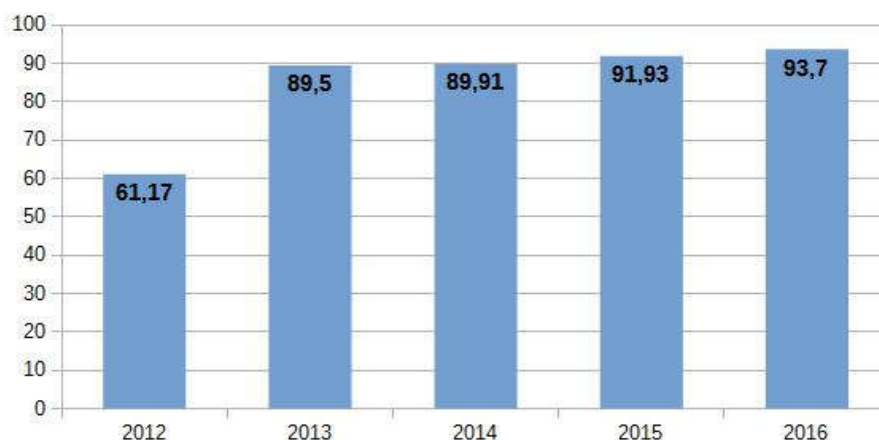
Dando continuidade à orientação de gestão por indicadores e metas de sustentabilidade, no ano de 2016 a SVDS permanece participando do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Programa Cidades Sustentáveis, sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, bem como apresentou relatório para o CDP Cities, de âmbito internacional. Destacamos ainda o início dos trabalhos do Inventário de Gases de Efeito Estufa da RMC.

3.1.3.1. Programa Município VerdeAzul - PMVA

O avanço de Campinas no ranking PMVA foi contínuo desde 2013, quando saltamos da 220ª para a 16ª posição, com a pontuação de 89,5. Em 2014, adotou-se uma abordagem pragmática e com a reedição do Grupo de Trabalho, por meio do Decreto nº 18.210/13, alcançamos a nota de 89,91 pontos. Além disso, Campinas foi a única cidade com mais de um milhão de habitantes certificada. Em 2015 buscou-se identificar os principais pontos de enfrentamento para manter o patamar alcançado pelo município ao longo dos dois últimos anos.

A SVDS efetuou a entrega na íntegra do seu Relatório de Gestão ao Programa, apresentando um material bastante substancial, chegando em 91,43 pontos, saindo da 35ª para a 14ª posição no ranking do PMVA. Campinas ultrapassa pela primeira vez a marca de 90 pontos, ficando em 2º lugar entre os municípios com mais de 500 mil habitantes e primeiro da Região Metropolitana de Campinas.

Em 2016, os trabalhos se iniciaram com a Reunião Geral do Grupo de Trabalho e a distribuição das atribuições entre as pastas envolvidas. Participamos de 12 teleconferências realizadas pelo PMVA e, durante o ciclo, recebemos materiais de cerca de 15 órgãos.



Evolução da Pontuação de Campinas no PMVA

Como resultado desse trabalho, pelo quarto ano consecutivo, Campinas foi certificada no programa Município VerdeAzul do Governo do Estado de São Paulo, atingindo a pontuação recorde de 93,7 pontos, alcançando a 12ª posição no ranking geral do

Estado, a melhor conquistada desde a primeira participação no Programa. Além disso, Campinas continua em 1º lugar entre as cidades da Região Metropolitana de Campinas e a 2ª colocada entre as cidades com mais de 500 mil habitantes do Estado.



Campinas Certificada no IX Encontro Estadual do PMVA

3.1.3.2. Programa Cidades Sustentáveis – PCS

A participação de Campinas no Programa Cidades Sustentáveis (PCS) tem sido bastante significativa, desde sua adesão ao programa, em dezembro de 2012. No ano de 2013 foram inseridos 75 indicadores na plataforma (sendo 68 deles com metas para 2016), e foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados (IMA) um sistema de acompanhamento desses indicadores, o Sistema IMG. Em 2014, o destaque foi a elaboração do Observatório Campinas Sustentável, que alcançou a 3ª posição no Prêmio Cidades Sustentáveis na categoria metrópoles, e segue em contínuo desenvolvimento no ano de 2015 pela IMA, sob a coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, para aprimoramento de suas funcionalidades.

No segundo semestre de 2016, a SVDS recebeu dados de 18 secretarias para atualizar os indicadores do programa. Esses dados também serviram para a participação do município no Prêmio Cidades Sustentáveis, que teve o objetivo de reconhecer políticas públicas inovadoras e bem-sucedidas nas cidades brasileiras que demonstram resultados concretos, baseados em indicadores de diversas áreas da administração. Pelos indicadores e boas práticas apresentados, Campinas foi premiada nos temas Bens Naturais Comuns (2º lugar) e Saúde (1º lugar), entre as cidades médias e grandes.

3.1.3.3. CDP Cities

O CDP Cities é uma plataforma global de relatório voluntário de mudanças climáticas para os governos municipais. O programa oferece a oportunidade de divulgação das emissões de gases de efeito estufa, os riscos das mudanças climáticas e estratégias de adaptação adotadas em âmbito municipal.



Pelo quarto ano consecutivo, Campinas foi convidada a apresentar o seu relatório. Em 2016, mais uma vez Campinas optou por apresentá-lo na modalidade pública, compondo assim o relatório final do programa.

O processo de levantamento e formatação das informações ocorreu nos meses de fevereiro a abril. O ano de 2016 sinalizou uma maior solidez nas informações prestadas, devido ao amadurecimento da temática, dentre os projetos desenvolvidos pela Secretaria, e à dinâmica de trabalho adotada pelo grupo técnico responsável, pautada no amplo debate do questionário proposto pelo CDP.

Como resultado do engajamento de Campinas nessa iniciativa, fomos convidados pelo CDP a colaborar com o processo de reformulação da Plataforma de Reporte, bem como contribuir no evento de capacitação realizado em Campinas, com a participação de representantes de cerca de 20 Estados da Federação.

3.1.3.4. Inventário de Gases de Efeito Estufa da RMC

O aumento acelerado na concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera devido às atividades antrópicas vem contribuindo para a ocorrência de mudanças climáticas. O Brasil, como signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e país não integrante do Anexo I, bem como o Estado de São Paulo, por meio da Política Estadual de Mudanças Climáticas, têm obrigação de reportar periodicamente suas emissões e já definiram metas de emissões de GEE até 2020.

De forma a identificar e monitorar a participação da Região Metropolitana de Campinas neste e em futuros cenários das emissões de GEE, faz-se imprescindível a construção de seu primeiro inventário de emissões dos gases de efeito estufa, tendo como objetivo realizar o levantamento das fontes e sumidouros e reportar as emissões e remoções dos GEE resultantes das atividades humanas.

A partir dos resultados do inventário será possível criar uma linha de base e acompanhar a evolução das emissões de GEE ao longo dos anos, monitorando suas principais fontes e identificando as possíveis reduções nas emissões, auxiliando na formulação de políticas públicas, em particular a Política Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Para tanto, formalizamos um Protocolo de Intenções junto aos demais municípios da RMC, para garantir que o inventário contemple o panorama regional de emissões. O projeto será integralmente financiado pelo PROAMB (Fundo de Meio Ambiente de Campinas). Os demais municípios comprometem-se apenas a disponibilizar um técnico de referência, que tenha acesso às informações necessárias.

Em 2016, o edital de concorrência nº 15/2016 referente ao processo administrativo nº 15/10/53.500 foi publicado no Diário Oficial do Município com o objetivo de contratar de serviços técnicos especializados para coordenação e execução de atividades referentes à elaboração do Inventário de Emissões Entrópicas Diretas e Indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e poluentes de Campinas e da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Durante o período licitatório, a SVDS prestou esclarecimentos e avaliou a qualificação técnica das empresas participantes do certame. No momento, o processo encontra-se sob revisão das exigências administrativas junto ao Setor de Licitações da Secretaria de Administração.

O edital completo está disponível no portal eletrônico: licitacoes.campinas.sp.gov.br.

3.2. Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - C-TeIA

A Coordenadoria tem a sua atuação focada, principalmente, no suporte às diferentes áreas e demandas setoriais, prioritariamente em relação à utilização do geoprocessamento, organização de Banco de Dados e integração de processos e procedimentos através de interfaces informatizadas amigáveis. Além disso, atua no levantamento, organização e disponibilização dos dados já existentes na Pasta.

3.2.1. Apoio a Áreas e Produtos da DVDS

Como a nossa atuação é transversal aos Departamentos e Coordenadorias, grande parte do nosso trabalho é dentro de ações de responsabilidade de outras coordenadorias, como por exemplo:

- **Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRH)**

Neste semestre, o PMRH foi finalizado e instituído pelo Decreto Municipal nº 19.168/16. Ainda assim, foi demandado o apoio da coordenadoria para reuniões, discussão do Prognóstico e Programas; ações e delimitação das Zonas de Interesse aos Recursos Hídricos; e elaboração de mapas.

Entre as ações demandadas para o cumprimento do PMRH estão:

- Participação na estruturação e no desenvolvimento do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA - Água de Campinas) e no Projeto de Fossas Sépticas Biodigestoras:
- Elaboração dos mapas temáticos;
- Vistorias de campo;

- Participação nas reuniões do Conselho Diretor auxiliando no desenvolvimento das normativas:

- Portaria n.º 86.597, de 08/07/2016-SRH - Nomeia membros para compor o Conselho Diretor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA;
- Resolução nº 18, de 30/09/2016-SVDS - Estabelece o inventário de espaços territoriais a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais;
- Resolução nº 01, de 30/09/2016-CDPSA - Dispõe sobre o regimento interno do conselho diretor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – CDPSA.

- Suporte ao mapeamento de áreas prioritárias e definição de procedimentos para o desenvolvimento de projetos;

- Participação em reuniões de integração dos Planos;

- Suporte na espacialização de áreas comuns aos Planos Ambientais.

Os produtos podem ser encontrados nos trabalhos publicados pelo Plano no endereço:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>

▪ Apoio ao Plano Municipal do Verde (PMV)

Assim como, PMRH, o PMV também foi finalizado neste primeiro semestre e instituído, após a audiência pública, pelo Decreto nº 19.167/16.

Neste contexto, a equipe da C-TelA auxiliou na elaboração das respostas aos questionamentos feitos na audiência pública sobre a metodologia para priorizar a implantação de parques lineares do PMV.

E assim como no PMRH, as ações decorrentes dos planos demandaram nosso suporte, sendo que os desdobramentos do PMV podem ser encontrados nas Resoluções SVDS nº 12 e 13 de 08 de julho de 2016 que estabelecem respectivamente as diretrizes para a área de influência da linha de conectividade e o corredor ecológico Mata Santa Genebrinha - APP Ribeirão Anhumas, bem como as Resoluções SVDS nº 20 e 21 de 26 de dezembro de 2016, que estabelecem respectivamente os corredores São Vicente-Serra D'Água e Capivari-Jatobás.

Participação na elaboração do Termo de Referência para o Estudo de Viabilidade dos 49 trechos de Parques Lineares definidos pelo PMV (Protocolo: 2016-0000-693981).

Realização de vistorias em campo junto com a área de diretrizes ambientais (CPGA - DVDS) em áreas de unidades de conservação, APP, para elaboração da proposta de corredor ecológico e parques lineares.

Participação em reuniões com os grupos PET da PUC-Campinas para tratar de estudos para elaboração de projeto básico nos parques lineares proposto no PMV, especificamente para o Pq. Linear do Ribeirão Viracopos trecho 1 e Pq. Linear do Córrego da Lagoa.

Os produtos podem ser encontrados nos trabalhos publicados pelo Plano no endereço:

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano_municipal_verde.php

▪ **Apoio e participação na equipe do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA)**

Continuamos auxiliando a elaboração do PMEa, destacando:

- Participação em reunião geral PMEa, no Centro de Conhecimento da Água - CCA/SANASA, Parque das Águas, Parque Jambuí, em 03/05/16, para discussão dos Programas previstos;
- Articulação com representantes da Secretaria Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura para ações de Educação Ambiental e do PMEa;
- Participação em atividades da SEMEIA/2016;
- Atualização de mapas para documento PMEa (definição de procedimento QGIS);
- Discussão com Coordenadora CPEA sobre plataforma interativa a ser desenvolvida pela IMA (sugestões iniciais).

▪ **Apoio das discussões na revisão da Lei de Uso e Ocupação (LUOS) e Plano Diretor (PD)**

A elaboração dos Planos Municipais coordenados pela SVDS tem gerado um conjunto de informações de grande importância para dar suporte às discussões da Lei de Uso e Ocupação (LUOS) e do Plano Diretor (PD) coordenados pela SEPLAN.

Com isso, participamos de reuniões para sistematização as orientações para o PD, especialmente sobre os temas permeabilidade do solo e ocupações irregulares e nas reuniões de discussão para consolidação de documento de contribuição da SVDS.

▪ **Reuniões na IMA para finalização do projeto de Web Site – CENSO VERDE**

Atuando junto ao gabinete do secretário da SVDS, colaboramos para a elaboração do *website* do Censo da Economia Verde e da sua versão *mobile* para acesso a *tablets* e *smartphones*.

▪ **Participação no grupo de acompanhamento da Resolução SVDS/SMS nº 09/14 sobre a utilização de água de reúso**

Ação integrante do Pacote da Crise Hídrica, a regulamentação da água de reúso no Município de Campinas teve seu acompanhamento com suporte da equipe do C-TelA, especialmente nas análises de conformidade dos relatórios da SANASA e no I Encontro Técnico sobre Água de Reúso, realizado pelas equipes da SVDS e da SMS no primeiro semestre de 2016; e na vistoria da planta experimental de potabilização da água de reúso produzida pela EPAR.

▪ **Participação nas discussões para atualização das normativas do PROAMB**

No primeiro semestre as novas normativas que regulamentam o Fundo, o Regimento Interno do Conselho e a padronização da forma de entrada e priorização dos projetos, programas e atividades voltados ao meio ambiente foram publicadas e podem ser consultadas na biblioteca jurídica no endereços:

- Decreto Municipal nº 19.110 de 18 de Abril de 2016

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129783>

- Resolução PROAMB nº 02, de 27 de Janeiro de 2016

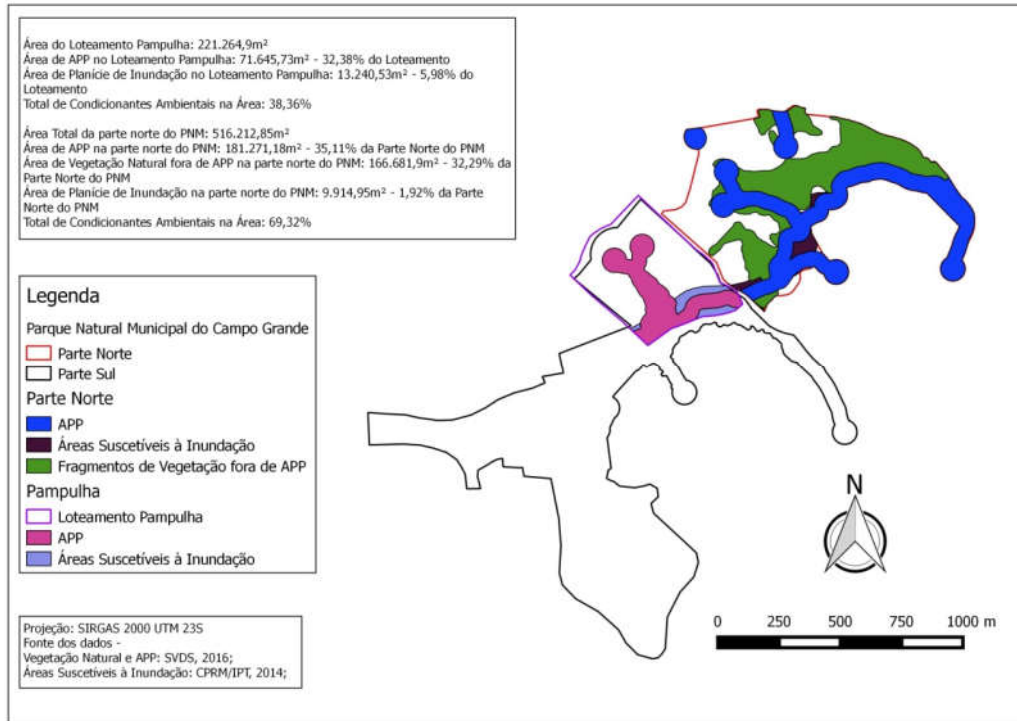
<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129861>

- Resolução PROAMB nº 01, de 27 de Janeiro de 2016

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129836>

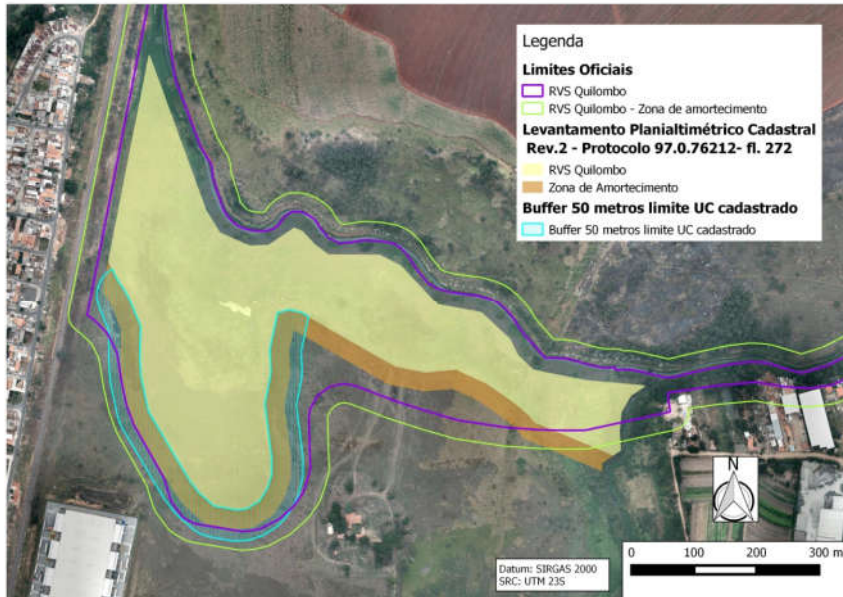
▪ **Suporte à Gestão das Unidades de Conservação**

- Elaboração de mapas para valoração de área:



Parque Natural Municipal do Campo Grande

- Mapas e vistoria para demarcação de limites



Levantamento Planialtimétrico

- Participação na análise das documentações enviadas pelas participantes do Edital de Contratação para o Plano de Manejo da APA de Campinas.

- Participação no GT de acompanhamento do Plano de Manejo da APA Campinas:

- Análise das entregas realizadas pela contratada
- Interface com a contratada para disponibilização de dados

- Verificação da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre devido a cadastramento de gleba na área.

▪ Participação nas capacitações do Município VerdeAzul

Como parte nas ações de capacitação dos servidores, a equipe da C-Tela tem participado ativamente nos treinamentos por vídeo conferência oferecidos pelo programa Município VerdeAzul da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

- Participação na contratação do Inventário de Gases do Efeito Estufa e treinamentos, bem como em palestras de capacitação do ICLEI para a elaboração do Inventário de GEE.

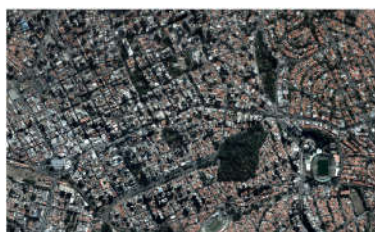
3.2.2. Produtos da C-TeIA

Outras ações de nossa responsabilidade:

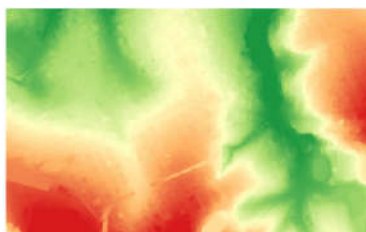
3.2.2.1. Manutenção, elaboração, disponibilização de dados

Como parte das nossas atribuições, participamos ativamente na manutenção do Banco de Dados Municipal administrado pelo DIDC/SEPLAN. Com isso, participamos da:

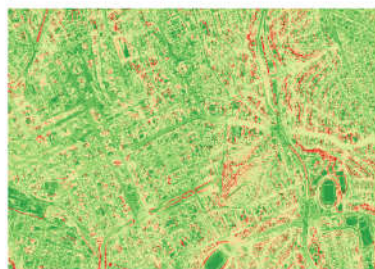
- Migração dos dados da SVDS para um novo servidor de banco de dados espaciais (gis_municipal) a fim de possibilitar o acesso mais rápido e seguro;
- Criação de uma camada (em formato *raster*) da declividade em todo o Município para acesso via novo servidor;
- Verificação e análise dos dados do consórcio Aerocamp responsável pela elaboração da base cartográfica de Campinas;
- Elaboração e tratamento, para disponibilização em servidor, dos dados LIDAR (laser) recebidos da Aerocamp. Como produto, obtivemos: Modelo Digital de Terreno – MDT, Modelo Digital de Superfície e Declividade. Abaixo um exemplo dos produtos obtidos.



Área de Exemplo



Modelo Digital de Terreno - MDT



Declividade



Modelo Digital de Superfície - MDS

Também enriquecemos ainda mais a participação da SVDS no GIS Municipal disponibilizando as seguintes camadas do Plano do Verde:

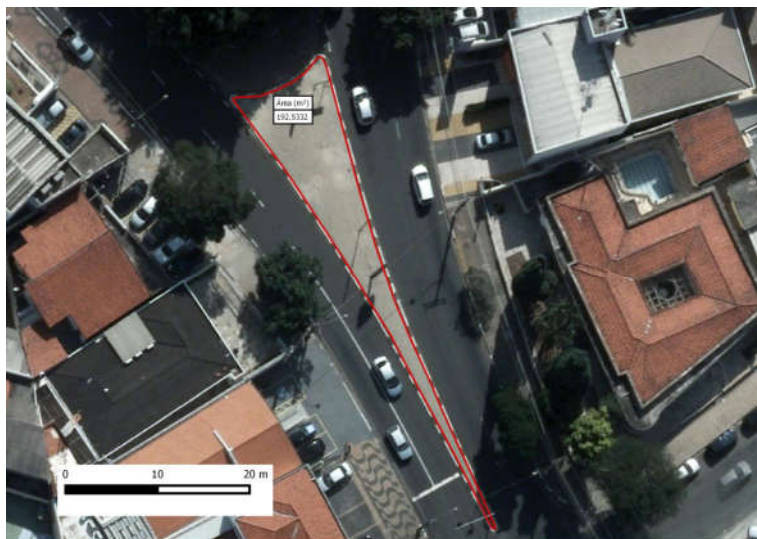
- Parques Lineares;
- Linha de Conectividade e
- Área de Influência da Linha de Conectividade.

3.2.2.2. Suporte a outras Secretarias municipais

Nos foi solicitada ajuda do Departamento de Vigilância em Saúde - DEVISA/SMS na utilização do Banco de Dados Espacial da Prefeitura, através do software QGIS, para cadastro de pontos estratégicos envolvendo resíduos/materiais criadouros de vetores de doenças e diagnóstico, o que estamos realizando.

3.2.2.3. Suporte no cálculo e delimitação de áreas para compensação ambiental

Utilizando as informações constantes no Banco de Dados Municipal e por meio de técnicas de geoprocessamento, auxiliamos a Coordenadoria do Verde no cálculo e delimitação de áreas para compensação ambiental.



Geoprocessamento

3.2.2.4. Capacitação dos Técnicos da SVDS

Com a disponibilização do Levantamento Aerofotogramétrico do município de Campinas e da elaboração do Banco de Dados da Prefeitura pela SEPLAN, a equipe da C-Tela divulgou internamente a potencialidade dos produtos ofertados e capacitar os técnicos das diferentes coordenadorias e setores da SVDS na utilização do material, através do *software* livre QuantumGIS (QGIS).

No segundo semestre de 2015, fizemos um primeiro treinamento geral para todos os técnicos da SVDS e no primeiro semestre de 2016 iniciamos os treinamentos por coordenadoria/setor.

A primeira coordenadoria foi a do Verde que solicitou auxílio para espacialização das áreas do BAV e capacitação dos seus técnicos e estagiários na utilização do Banco de Dados Municipal e QGIS. Para tanto, elaboramos um material personalizado e capacitamos a equipe do BAV que hoje já realiza as suas atividades diretamente no SIG.

Além do BAV, fornecemos suporte aos técnicos do CPGA nas análises das diretrizes utilizando o QGIS, ao CLA e CTALPS na espacialização das suas atividades.

3.2.2.5. Quantitativos C-Tela

Além do atendimento ao público quanto à solicitação de arquivos de camadas espacializadas, elaboramos 63 pareceres técnicos, para atender as seguintes demandas:

- Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA/Coordenadoria de Fiscalização de Terrenos - COFIT: 7;
- Declarações de inserção em APA, em outras Unidades de Conservação ou Zonas de Amortecimento: 30;
- Junta Administrativa de Recursos - JAR16;
- Outros: 10.

3.3. Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CPEA

Em 2016, a Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental (CPEA) desenvolveu encontros e atividades que visaram promover sensibilização por meio de

ferramentas lúdicas e técnicas que traduzissem o respeito com o meio ambiente e com toda espécie de vida.

O Programa de Conscientização e Educomunicação Ambiental vem promovendo encontros e atividades que sensibilizam e alertam a comunidade sobre a preservação ambiental e o respeito à vida.

Ações como atividades com os “Guardiões da Natureza”, crianças e jovens, primaram pelo plantio de árvores, elaboração de hortas urbanas e caminhadas ecológicas.

Com as ações dos encontros denominado “Do Café às Estrelas”, munícipes de várias idades puderam desfrutar do prazer de conhecer melhor a história da presença do café na região, assim como tiveram a vivência de se maravilhar com as nascentes de água que brotam do chão do Parque Portugal, finalizando seu passeio com uma “aventura intergaláctica” na vivência das atividades desenvolvidas junto ao Planetário do Parque.

Com o “Coletivo Educador Ambiental Jovem”, grupos de jovens da região de Sousa e Joaquim Egídio solidificam sua aprendizagem ambiental por meio de atividades socioeducativas, culturais, de comunicação e vivência sensorial e motora. Além disso, eles podem contribuir como zeladores ambientais desenvolvendo atividades de conscientização junto à população de Campinas e atuando como multiplicadores de conhecimentos.

3.3.1. Plano Municipal de Educação Ambiental

Com a aprovação da Lei Municipal 14.961, em 6 de janeiro de 2015, a coordenação técnica do PMEA passou a elaborar a minuta de Decreto para a sua regulamentação.³⁴ A primeira de Decreto proposta foi apresentada em 31 de março, e posteriormente foram realizadas 4 reuniões junto ao Grupo Técnico do PMEA a fim de aprimorar a primeira proposta, com trabalhos concluídos pelo referido Grupo em 28 de abril de 2015. Atualmente o documento normativo encontra-se finalizado.

A principal meta de construção do PMEA, indicada na Lei que define a política municipal de Educação Ambiental, é promover a participação social e a capilaridade

³⁴ Conferir material sobre - SVDS disponibiliza material sobre o Plano Municipal de Educação Ambiental em <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25890>

no território do município de Campinas. Para isso foram planejados 2 ciclos de oficinas participativas. O primeiro teria o objetivo de apresentar a proposta do Plano e os Programas que o compõem, sendo realizada em 4 eventos. O segundo ciclo de oficinas seria o responsável por promover tanto a participação em todos os níveis esperados, como a capilaridade, por atingir todo o território de Campinas, em setores, chamados de Núcleos de Mobilização Social. O primeiro Ciclo ocorreu entre os meses de abril e maio de 2015, com recursos e equipe da própria SVDS. O segundo ciclo dependeria de equipe externa, e assim de contratação de serviços especializados. Esse ciclo não ocorreu. Outras ações que compõem o Eixo Institucional ocorreram, como a inserção de novas secretarias municipais e de outros órgãos e entidades que possuem interface com ações de Educação Ambiental no município. Um projeto de extensão tem sido construído junto a PUC, para ações de educação Ambiental, no escopo dos Programas de Formação de Educadores e de Espaços Educadores, a longo prazo.

Em 2016, pudemos coroar a finalização do Plano, com a realização de audiência pública, na noite do dia 7 de novembro, no Salão Vermelho da Prefeitura, em que diversos setores da sociedade (conselhos municipais e entidades públicas e privadas) puderam debater o conteúdo final do documento que vai balizar as ações do município na área de educação ambiental nos próximos anos. O evento foi aberto ao público e contou com a participação de com interesse no tema.



Rogério Menezes: qualificação da proposta de educação ambiental
Crédito: Arquivo PMC

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=30680>

O Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) foi publicado no site em novembro 2016 e a tramitação do projeto de lei encontra-se em andamento.

3.3.2. Semana de Meio Ambiente (SEMEIA) - 2016



Sob o tema “Preservação Ambiental: eu semeio essa ideia”, a Semana do Meio Ambiente 2016 (SEMEIA 2016) de Campinas foi realizada de 05 a 11 de junho de 2016.

As atividades realizadas na Semana estão relatadas abaixo:

- Das 96 atividades cadastradas, houve a realização de, aproximadamente, 90 efetivas;
- Participaram, aproximadamente, 7.000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos;
- As atividades foram desenvolvidas junto a escolas públicas estaduais, institutos, ONGs, associações, fundações e municipais em geral;
- Palestras, exposições, workshops, apresentações teatrais, vivências culturais, caminhadas, pedaladas, plantios, visitas ambientais, rodas de conversa e debates ambientais marcaram a SEMEIA 2016;
- Foram homenageadas 4 pessoas com diploma de mérito socioambiental:
 - Sr. Carlos Eduardo Cantúcio Abrahão;
 - Sra. Valdecir Souza Ferreira;
 - Sr. Mauro Missio e
 - Sra. Luzia Ramos Missio.

- Foram firmadas parcerias com UNICAMP, PUC, SENAC e Fundação Mata de Santa Genebra para a realização das atividades.

Abaixo, segue um resumo em fotos de algumas atividades desenvolvidas durante a Semana do Meio Ambiente 2016.



Abertura da SEMEIA 2016 e Prefeito entrega diploma de mérito socioambiental a homenageados

3.3.2.1. Atividades na Unicamp



Biodanza na Unicamp, em 06.06.2016



Mesa Redonda sobre Educação Ambiental, em 07.06.2016



Palestra alimentar na Unicamp, em 08.06.2016



Palestra sobre eventos extremos, em 09.06.2016

3.3.2.2. CIA de Teatro Trovadores



Música na E.E. Coriolano Monteiro, em 05.06.2016



E. E. Professor Alberto Martins, em 06.06.2016



E. E. Dona Castinuta Cavalheiro, em 07.06.2016



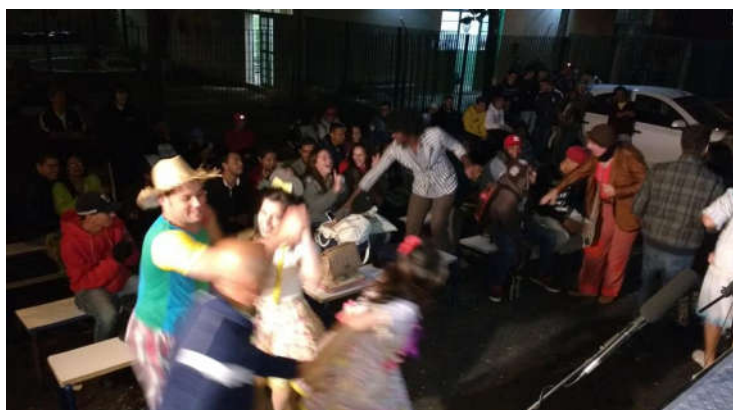
E. E. Ana Rita Godinho Pousa, em 07.06.2016



E. E. Francisco Barreto Leme, em 08.06.2016



E. E. Dr. Tomás Alves, em 08.06.2016 (Tarde)



E. E. Dr. Tomás Alves, em 08.06.2016 (Noite)



E. E. Vila Esperança - 09.06.2016



E. E. Vila Olímpia, em 09.06.2016



E. E. Luiz Gonzaga Horta Lisboa, em 10.06.2016 (Manhã)



E. E. Prof. Coriolano Monteiro, em 10.06.2016 (Tarde)



E. E. Luis Galhardo, em 10.06.2016 (Noite)



Praça do Coco, em 11.06.2016



Parque das Águas, em 11.06.2016

3.3.2.3. Instituto Este e Contação de Histórias



Concha Acústica do Taquaral, em 10.06.2016

3.3.2.4. Fauna Sinantrópica



Fauna Sinantrópica

3.3.2.5. Mata de Santa Genebra



Mata Santa Genebra

3.3.2.6. SENAC



Workshop aproveitamento integral dos alimentos, em 06.06.2016



Palestra sobre construções sustentáveis, em 07.06.2016



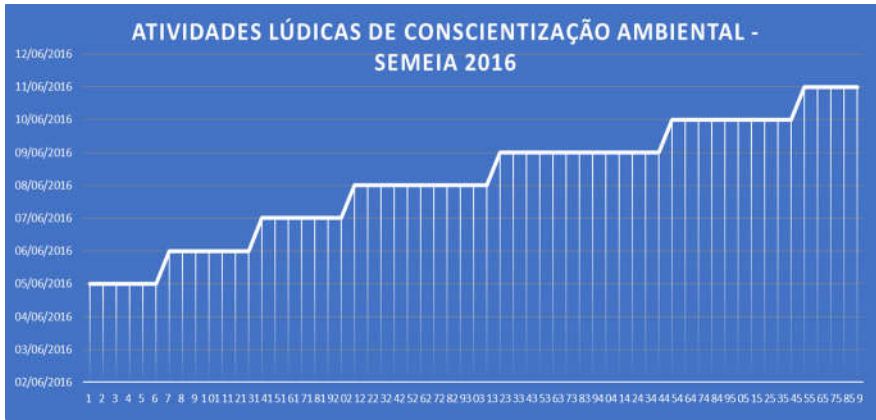
Workshop de hortas urbanas para pequenos espaços, em 08.06.2016



Workshop confecção de jogos americanos com retalhos de tecidos, em 09.06.2016

3.3.3. Programa de Conscientização Ambiental

São encontros de Educação Ambiental com a finalidade de sensibilização dos participantes para o cuidado e o respeito com o meio ambiente e com a vida. No primeiro semestre de 2016 tivemos 206 encontros de conscientização, com 20 atividades de conscientização (lúdicas, esportivas, artísticas, culturais e/ou educacionais, durante a Semana do Meio Ambiente de 2016).



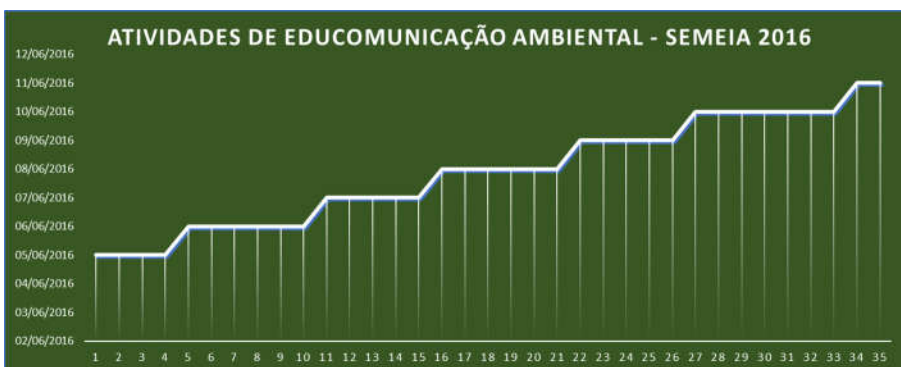
Programa de Conscientização Ambiental

Visando aproveitar a disponibilização de espaços educadores para a SVDS e criar encontros utilizando a infraestrutura dos espaços, desenvolvemos os seguintes programas:

3.3.4. Programa e Educomunicação Ambiental

Tem por objetivo promover atividades educativas que utilizem recursos tecnológicos, técnicas da comunicação, técnicas lúdicas e/ou artísticas para fortalecimento da aprendizagem, internalizando a comunicação multimídia colaborativa e interdisciplinar.

Na Semana do Meio Ambiente de 2016 realizamos, no mínimo, 3 atividades de educomunicação, sejam elas lúdicas, artísticas e/ou culturais, bem como apresentando, no mínimo, 2 tipos diferentes de material informativo-publicitário, de caráter didático ou não.



Programa de Educomunicação Ambiental

Finalizada a SEMEIA 2016, demos início ao planejamento da SEMEIA 2017 para que as atividades de educomunicação se perpetuem.

Nesta motivação de sempre fazer o melhor para que a cidade possa contar com projetos ambientais de qualidade, a seguir, apresentamos algumas das muitas ações realizadas no primeiro semestre de 2016.

3.3.5. A Estação Ambiental de Joaquim Egídio

Em Joaquim Egídio, a SVDS disponibiliza um espaço próprio para atividades e ações voltadas à educação ambiental.

A Estação Ambiental está instalada na antiga Estação Férrea de Joaquim Egídio, abandonada e demolida nos anos 1980.

Devido ao seu valor histórico-cultural, a Estação foi reconstruída no ano de 2000, com verbas da compensação ambiental pela passagem do gasoduto Brasil-Bolívia da Petrobras.

Atualmente, a missão da Estação é realizar vivências de educação ambiental junto à população, baseada no princípio da sustentabilidade, do pertencimento e do biorregionalismo.

Contando um pouco da história da Estação, o Distrito de Joaquim Egídio, entre 1870 e 1910, abrigou grandes engenhos de cana-de-açúcar que, aos poucos, foram cedendo espaço para a cultura de café.

Devido ao desenvolvimento econômico, em 1889, foi necessária a construção de um ramal férreo nas terras dos fazendeiros para agilizar o transporte da produção local até a Estação Ferroviária de Campinas/SP.

O Ramal Férreo Campineiro (RFC) tinha 33 quilômetros de extensão e possuía, no início, quatro locomotivas a vapor, 11 carros de passageiros e 24 vagões de cargas, apelidada de “Cabrita” - referência à Fazenda Cabras que ficava no final da linha. A ferrovia margeava, em sua grande parte, o Ribeirão das Cabras, principal afluente do rio Atibaia na região. Posteriormente, o ramal foi eletrificado e os bondes substituíram as Marias-Fumaça até os anos 1960, transportando moradores dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio ao centro de Campinas.

A seguir, a CPEA apresenta algumas das diversas atividades desenvolvidas na Estação Ambiental de Joaquim Egídio.

3.3.5.1. Parada Ambiental

Consiste em caminhada ecológica na trilha de Joaquim Egídio com estudo do meio, oportunidade em que se aborda o Conhecimento do Meio e conscientização visando a preservação de fauna e flora.

O objetivo dessa atividade é divulgar, demonstrar e orientar o público da ação sobre como é possível ter um modo de vida sustentável, buscando o entendimento da relação entre o homem e o meio ambiente, e a necessidade de preservá-lo.



Crianças observam maquete da cidade de Campinas



Crianças e Jovens participam de Parada Ambiental do Dia da Água

A população que teve acesso às instruções ficou muito entusiasmada com as atividades educativas. Os jovens envolvidos no coletivo educador jovem perceberam e

reconheceram a importância do seu papel como agente zelador da natureza por meio do contato direto com a fauna e flora na qual a atividade foi desenvolvida.

Participaram dessas atividades, aproximadamente, 450 pessoas no 1º semestre de 2016.

A Parada Ambiental está disponível ao público às terças-feiras, das 14h às 16h30.

3.3.5.2. Recepção de Visitas e Rodas de Conversa

As Rodas de Conversa e visitas ambientais consistem em encontros com educadores e população para reflexão sobre as questões ambientais, com temáticas específicas e dinâmicas envolvendo questões socioambientais, com abordagem em Reflexões Ambientais sobre a região de Campinas/SP.

Essas atividades visam promover o encontro com a população para sensibilização visando provocar uma reflexão sobre questões ambientais do município de Campinas.

3.3.5.3. Visitas a hortas

Trata-se de oficina que visita hortas da região para aprendizagem e multiplicação/compartilhamento de conhecimentos.



Jovens e o plantio de hortaliças

3.3.5.4. Formação do Coletivo Educador Ambiental Jovem

O *Coletivo Educador Ambiental Jovem* é formado por grupos de jovens da região de Sousas e Joaquim Egídio que solidificam sua aprendizagem ambiental por meio de atividades socioeducativas, culturais, de comunicação e vivência sensorial e motora. Além disso, eles contribuem como zeladores e multiplicadores de conhecimentos ambientais.

Em 2016, houve 10 encontros com a participação média de 30 estudantes por encontro.



Coletivo educador reunido em encontro de conscientização ambiental

3.3.6. Educação Ambiental com Guardiões da Natureza

Dá-se por meio de encontros semanais com grupo fixo de alunos das redes públicas de ensino, ONGs, institutos e associações para formação de multiplicadores ambientais.

Nesses encontros, abordam-se: Hortas e plantios, coleta seletiva e *Aedes Aegypti*.

O objetivo principal dos Guardiões da Natureza é a formação de multiplicadores ambientais, que podem atuar em suas respectivas comunidades como agentes ambientais, conferindo a estes indivíduos subsídios e ferramentas para que possam transformar a realidade destes locais, contribuindo não só para a recuperação de áreas

totalmente degradadas, mas também para promover maior conscientização ambiental.

Em 2016, houve 08 encontros com a participação média de 30 estudantes por encontro.



Guardiões da Natureza

3.3.7. Do Café às Estrelas

Encontros semanais com grupo de estudantes, munícipes, ONGs, institutos e associações para realizar a atividade composta de oficinas, palestras, exposições, trilhas e vivências no Complexo Taquaral composto pelos Parques Portugal e Do Café. A experiência vivida pelos grupos de Campinas e região é contemplada no Museu do Café (MUCA) e Museu Dinâmico de Campinas (MDCC) que inclui o Planetário Municipal, além de diversas opções de trilhas ambientais pela área dos dois Parques que contam com equipamentos como a Caravela o viveiro de aves e a Concha Acústica.

Aborda-se a história do Município de Campinas e do Café na região, meio ambiente/biodiversidade e sustentabilidade.

O objetivo principal é realizar uma trilha ambiental, enfatizando o contato entre as pessoas e a flora/fauna do Parque Portugal, ofertando à população um conhecimento histórico a respeito do município de Campinas e promovendo uma “vivência espacial” com instruções sobre astronomia.

Em 2016, houve 23 encontros com a participação média de 40 participantes por encontro.



Trilha ambiental com escolas de Campinas e Região

3.3.8. Campinas Contra a Dengue

Consiste em ações de educação ambiental visando o combate aos mosquitos *Aedes aegypti* e *Albopictus aegypti*, para a prevenção da Dengue, Chikungunya, Zica, Febre Amarela e Febre da Floresta, em que os temas principais são dengue e saneamento básico.

O objetivo principal é realizar a conscientização da população quanto aos espaços que se tornam potenciais criadouros do mosquito a forma de procriação e transmissão das doenças.

Foram realizados vários encontros, entre eles estão a ação de combate ao mosquito *Aedes aegypti* na região do São Martin (A) o mutirão de limpeza na região da Vila Padre Anchieta (B).



São Martin (A)



Vila Padre Anchieta (B)

3.3.9. Agricultura Urbana

Atividade que conta com a Oficina de horta com distribuição de mudas para a população e instruções nutricionais, em que hortas urbanas e segurança alimentar foi foco da ação.

O objetivo é levar instruções à população sobre: como elaborar uma horta doméstica – do plantio à colheita; separação de resíduos, sendo os orgânicos destinados a composteira para a formação de substrato; bem como zelar pela importância da nutrição saudável.

Em 2016, houve 39 encontros com a participação média de 30 participantes por encontro Saúde e Meio Ambiente, 110 na Horta Educativa Sousas e 145 na Horta Educativa Santa Lúcia. Abaixo:



Crianças Formando a Composteira, Santa Lúcia - Grupo de Saúde e Meio Ambiente.

3.3.10. Plantio de Árvores e Requalificação Arbórea

Trata-se de plantio de mudas de árvores e requalificação arbórea de escolas, ONGs, associações e instituições, com a abordagem não somente no plantio de árvores, mas também nas alterações climáticas e ambientais.

O objetivo é de levar instruções à população sobre como realizar o plantio de árvores e como zelar por sua sobrevivência, bem como conscientizar a população sobre as alterações climáticas locais e globais, que podem ser provocadas pela escassez de vegetação.



Palestra/oficina dias antes do Plantio

<http://www.lbv.org/em-campinas-criancas-atendidas-pela-lbv-participam-de-acao-socioambiental>

3.3.11. Programa de Coleta de Resíduos (bitucas) de cigarro em Campinas

A Prefeitura de Campinas, por intermédio da SVDS deu início, no ano de 2015, ao projeto de coleta de resíduos de cigarro no município de Campinas, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos resíduos de cigarro (lixo tóxico classe 1) e que por força de hábito são descartados inadequadamente em ruas e calçadas, causando danos ao nosso ambiente, contaminando: ar, água, solo.

O projeto consiste em disponibilizar coletores apropriados em locais estratégicos e de grande fluxo de pessoas, sendo que periodicamente os resíduos são coletados e processados, utilizando tecnologia inovadora e 100% nacional desenvolvida pela UnB – Universidade de Brasília. A Poiato Recicla é detentora da patente de reciclagem de bitucas de cigarro e a única empresa capacitada para a transformação desse tipo de resíduo. O objetivo maior desse projeto é a reciclagem das bitucas, prezando pela sensibilização do cidadão para esse assunto.

O projeto contou com a instalação de 200 lixeiras conforme requisições nos seguintes locais: Cemitérios administrados pela SETEC, Câmara Municipal de Campinas, Paço Municipal, Cidade Judiciária, Reitoria da UNICAMP, Centro de Convivência, Concha Acústica, CEASA e Estação Cultura.



Palestra na Unicamp durante a SEMEIA 2016 sobre as coletoras.

3.3.12. Palestras, Workshop e Oficinas de Educação Ambiental

Visando à sensibilização da população quanto à preservação ambiental e à proteção à vida, a CPEA desenvolve oficinas, palestras e workshops em todo município e também na RMC.



Palestras e Oficinas de Educação Ambiental no DIC no CRAS Nelson Mandela, em 11.10.2016



Aniversário de Biblioteca Infantil, em 18.10.2016



Trilha Ambiental



Ação junto à Secretaria de Educação de Valinhos, em 15.09.2016



Semana de Ciência e Tecnologia, em outubro de 2016



Dia das crianças com a ONG Portadores da Alegria no Taquaral, em 12.10.2016



Oficina de plantio por estaquia no Centro Comunitário Santa Lúcia, em outubro de 2016



Sabadania realizada no CIC Vida Nova, em outubro de 2016



Fazendinha Feliz, na CATI Campinas, em outubro de 2016



Ação junto à população para identificação de depredação ambiental



Trilha ambiental no Bosque dos Italianos, em 06.11.2016



*Visita ao Museu Catavento, com a turma de EJA da EM Prefeito entrega diploma de mérito socioambiental a homenageados
EF Geny Rodrigues, em 05.11.2016*

A CPEA também desenvolveu outras parcerias para a realização de atividades no Município. Entre elas, merecem destaque as ações de educação ambiental junto à empresa RAKAU Soluções Sustentáveis (plantio de árvores e implantação de QR-Codes), as atividades de Educomunicação ambiental junto ao Instituto ESTRE (Contação de histórias com uso de material reciclável com a contadora de histórias Kiara Terra), parceria com a Ecobrinquedoteca, com o Consórcio PCJ e com o Governo do Estado de São Paulo e executando ações junto a plantios vinculados ao BAV.

3.3.13. Capacitação das PICs (Práticas Integrativas e Complementares) sobre Fitoterapia para servidores da rede municipal

Participação na orientação botânica e agrônômica do cultivo de plantas medicinais na rede de Saúde do Município de Campinas, com a participação de grupos de servidores das Unidades de Saúde.



1º Dia de Treinamento para os servidores da Rede de Saúde



2º Dia de Treinamento para os servidores da Rede de Saúde



Equipe da Capacitação das PICs (Práticas Integrativas e Complementares)

Também foi realizada a capacitação técnica da equipe do Posto de Saúde do São José na implantação do projeto. Projeto sob responsabilidade da Enfermeira Madalena e Dra Beth Yamaguchi, com oficinas e atividades sobre hortas terapêuticas e fitoterapia para o Grupo de Terceira Idade do Posto de Saúde São José.

3.3.14. Projeto na Cidade dos Meninos

Projeto sob responsabilidade da Secretaria de Saúde com objetivo de aproximar as relações entre a PMC e a ONG Cidade dos Meninos. A técnica utilizada é dos Grupos Operativos com a Implantação de horta terapêutica com as crianças e adolescentes do abrigo. Seu início deu-se em setembro de 2016.





Cartazes de planejamento das atividades

3.4. Coordenadoria Setorial do Verde - CV

A Coordenadoria Setorial do Verde possui como principais atribuições o planejamento gestão das Unidades de Conservação (UC) e o Banco de Áreas Verdes (BAV), projetos relacionados a áreas naturais protegidas.

Elabora e acompanha projetos de Planos de Manejo de Unidades de Conservação, projetos para viabilização de parques lineares e corredores ecológicos. E ainda, para uma eficaz gestão dos plantios indicados pelo BAV; para promover o inventário periódico dos indivíduos relacionados à arborização; e inventariar as espécies arbóreas do município, a Coordenadoria gere o Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).

Apresenta-se a seguir a descrição do andamento dos projetos.

3.4.1. Banco de Áreas Verdes (BAV)



O Banco de Áreas Verdes (BAV) promove a recuperação de áreas verdes com estabelecimento das funções socioambientais por meio de plantio de mudas arbóreas.

Após a finalização do processo de licenciamento ambiental com interferência em áreas verdes, como exemplo, onde há corte de árvore isolada, supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), entre outros, são estabelecidos os Termos de Compromissos Ambientais (TCAs) firmados no

Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA) e remetidos à Coordenadoria do Verde (DVDS) para indicação de área para efetivação das compensações.

É atribuição do BAV o gerenciamento dos plantios compensatórios, por meio da (emissão de anuências), controle (registro e fiscalização), acompanhamento (emissão de laudos técnicos de vistorias) e recebimento final das compensações ambientais (emissão de Termo de encerramento de compromisso ambiental).

O BAV também direciona plantios decorrentes dos Termos de Conservação e Recuperação Ambiental (TCRA) emitidos pelo licenciamento ambiental em âmbito estadual e, também, direciona e acompanha plantios decorrentes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), decorrentes de infrações no processo de licenciamento ambiental ou decorrente de demais infrações identificadas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental.

Para maior conhecimento sobre os procedimentos administrativos a serem executados pelo Banco de Áreas Verdes vide a Ordem de Serviço nº 06, de 11/09/2014-SVDS.

3.4.1.1. Plantios administrados pelo BAV

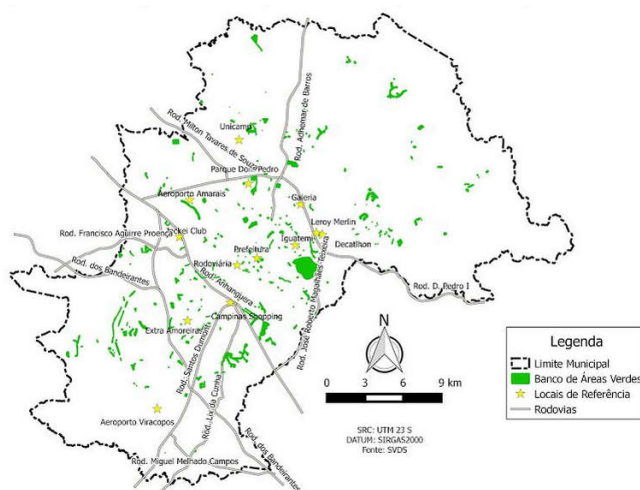
Dentre as principais atividades para Gestão desse instrumento, temos:

- O Cadastro no Banco de Áreas Verdes do Município áreas de domínio público ou áreas privadas, urbanas ou rurais, conforme legislação ambiental específica;
- Definição da destinação das áreas inscritas no Banco de Áreas Verdes;
- Análise e aprovação de pedidos de inscrição de áreas no Banco de Áreas Verdes e Acompanhamento da manutenção dos plantios nas áreas inseridas no BAV.

Em 2015 foram indicadas a anuência de plantio para 154.978 mudas e em 2016, foram emitidas 83 anuências, contabilizando a indicação de plantio de 134.724 mudas arbóreas. Há que se esclarecer que a efetivação dos plantios indicados nas anuências dá-se com a entrega de Relatórios de Plantios pelo compromissário do TCA, TAC ou TCRA e vistoriado pela equipe do BAV. Assim, tivemos no ano de 2015 a efetivação do plantio de 63.929 mudas arbóreas nativas.

Em 2016 tivemos a comprovação da efetivação do plantio de 44.037.

Esses plantios contemplam diversas áreas do município como se pode observar no mapa abaixo, promovendo a recuperação ambiental de áreas anteriormente degradadas, predominantemente em Áreas de Preservação Permanente (APP).



Áreas do Banco de Áreas Verdes.

Para o adequado acompanhamento dos Plantios, o BAV emite uma série de documentos (tabela abaixo) decorrentes do esforço dos técnicos da Coordenadoria em definir procedimentos. A partir desse esforço, foi possível uma sistematização das informações e a possibilidade de controle maior do cumprimento das compensações ambientais. Com isso, nota-se uma crescente produtividade na vazão dos compromissos ambiental sob a gestão do BAV.

Documentos emitidos pelo Banco de Áreas Verdes-

| Documentos Emitidos pelo BAV | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Inscrição de área particular | 0 | 9 | 5 | 39 |
| Anuência | 18 | 38 | 201 | 189 |
| Parecer técnico Ambiental (PTA) | 16 | 25 | 55 | 33 |
| Laudo Técnico de Vistoria (LTV) | 44 | 102 | 133 | 101 |
| Termo de Aprovação de Projeto de Recuperação Ambiental (TAPRA) | 19 | 38 | 83 | 59 |
| Termo de Compromisso Ambiental (TCA-BAV) | * | * | 20 | 27 |
| Termo de Encerramento de Compromisso Ambiental (TECA) | 13 | 4 | 11 | 10 |
| TOTAL | 110 | 216 | 511 | 458 |

* Em 2013 e 2014 não ocorreram a emissão de TCA-BAV porque foi adotado este novo procedimento em 2015, estes dizem respeito a assinatura de TCA referente a inscrição de área no BAV, registrando o compromisso e manutenção para isenção de IPTU, ou para a responsabilidade de manutenção da área e refere-se aos Termos de Compromisso Ambiental oriundos de isenção de IPTU com a obrigação de recuperar a área cadastrada para tal fim.

Em 2016 foram emitidos 28 TAC somando o montante de 2.990.655,14 reais.

Destaca-se que para todo ano de 2014 foram emitidas 38 Anuências, em 2015 foram emitidas 201 Anuências, e nesse primeiro semestre de 2016 já foram emitidas 82 anuências.

Apresenta-se abaixo, alguns exemplos de formas de destinação dos TCA, TCRA e TAC promovidos pelo BAV em 2016:

Recuperação ambiental da Área de Preservação Permanente (APP) do Córrego Serafim

O BAV promoveu por meio da destinação de TAC e TCA acompanhado pelo protocolo 2011-10-36222 o processo de recuperação ambiental da Área de Preservação Permanente (APP) do Córrego Serafim, no Taquaral. Com a supressão de indivíduos arbóreos exóticos invasores da espécie *Leucaena leucocephala* e recomposição com o plantio de espécies arbóreas nativas regionais. Para a área também está projetado um espaço de lazer com duas praças, calçada para caminhada e playground para as crianças, em uma área de 51 mil metros quadrados localizada entre a Avenida Ary Barroso e Rua Rosa Belloto Grande.



Foto: Patrícia Domingos/AAN Fonte: Correio Popular. Troncos da leucena já cortados às margens do Córrego Serafim, no Taquaral: espécie é exótica invasora e impede o crescimento de outras plantas.



Vista da área que demonstra a falta de diversidade arbórea na região alvo da recuperação.

Revitalização Praças 1 e 2 do Residencial Cosmos na Ruas Francisco Delfino e Maximiliano Benevenuto (Bairro Satélite Íris)

Deu-se o plantio de 233 árvores, bem como a instalação de 10 postes de iluminação por energia renovável (solar), pista caminhada, lixeiras e mesas.

Vale ressaltar que este foi o primeiro local de Campinas a receber iluminação pública por energia 100% renovável.

Reflorestamento de APP em Praça em Fundo de Vale: Residencial San Conrado – Sosas

Ocorreu o plantio de 8.466 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).

Reflorestamento de APP na Fazenda do Exército – Jardim Chapadão

Em 2016, foi emitida a Anuência para plantio de 32.139 e realizado o plantio de 13.085 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID). Conjuntamente em 2015 e 2016 foram anuídas 56.399 mudas arbóreas a serem plantadas na Fazenda do exército.

Deu-se a anuência para plantio de 30.058 e já realizado o plantio de 4.100 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).



Mudas aclimatando em área de recomposição e entrada da área de recuperação

Reflorestamento de APP na Fazenda São Vicente no Distrito de Sousas, na APA Campinas

Em 2016, foi emitida anuência para plantio de 25.294 sendo que já foram plantadas 13.033 árvores.

A área da fazenda São Vicente é alvo de recuperação ambiental gerida pelo BAV desde 2015, desde então já foram anuídas para a área 28466 mudas arbóreas.



O Vice-Prefeito, Henrique Magalhães Teixeira e Rogério Menezes plantam mudas de árvores.
Crédito: Fernanda Sunega.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=28710>

Algumas outras áreas que receberam montantes mais expressivos de mudas arbóreas, são a Região do bairro Gargantilha (na APA Campinas) que recebeu de 2014 a 2016 a anuência para plantio de 8548 mudas arbóreas.

O loteamento residencial San Conrado, também na APA de Campinas, recebeu de 2014 a 2016, a anuência para plantio de 16800 mudas arbóreas.

Deu-se a anuência para plantio de 25.294 e já realizado o plantio de 4.730 árvores com Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID).

Trote da Sustentabilidade com Calouros da UNICAMP e PUCC do 1º semestre de 2016 na Mata de Santa Genebra

O TCA indicado para a ação contemplou 289 mudas seguindo-se a lista de espécies para plantio seguiu o Plano de Manejo da Mata de Santa Genebra, sendo que o plantio e manutenção das mudas e dos QRCode foi por conta do compromissário do Termo de Compromisso Ambiental.

A dinâmica do plantio (filas, coleta de nomes, fotos e informações para a etiqueta contendo o QRCode) foi de responsabilidade da equipe da empresa responsável pelo plantio e identificação digital.

A equipe da Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO) realizou a palestra/recepção dos calouros, o acompanhamento na trilha até o local de plantio, acompanhamento técnico durante a atividade e ações de Educação Ambiental.

Já a equipe da SVDS realizou o acompanhamento técnico durante a atividade.

A Comissão de Trote da Cidadania da Unicamp, por sua vez, foi responsável por encaminhar e acompanhar os participantes para o local do evento, assim como pela segurança no retorno dos mesmos para a UNICAMP.

A data de realização do evento na UNICAMP foi no dia 02 março de 2016 às 14h30, na Sede da Mata de Santa Genebra, com a participação de 80 alunos.

Já o evento da PUCC, foi realizado no dia 08 de março de 2016 às 14h30, também na Sede da Mata de Santa Genebra e contou com a participação de 40 alunos.

Recuperação Socioambiental de área de remoção da SEHAB – Núcleo Residencial

Córrego do Pium

A situação da área antes da implantação do projeto era precária, apresentando-se rede de drenagem (tubulação) desestabilizada, com risco de acidentes para os pedestres da Av. Jacaúna, disposição irregular de resíduos sólidos urbanos e resíduos

sólidos da construção civil (inertes), falta de rede de drenagem de águas pluviais, ligação irregular de esgotamento sanitário no córrego e na rua, APP sem reflorestamento e espécies exóticas invasoras, contaminação da população por doenças veiculadas por contato direto ao esgoto sanitário, contaminação por zoonoses, violência na área por falta de iluminação, ocupação irregular da APP por moradias e instalações para criação de animais.

Abaixo, segue ilustração da área antes da implantação do Projeto de Recuperação Socioambiental – Núcleo Residencial Córrego do Pium (A) e antes da implantação do Projeto de Recuperação Socioambiental, disposição de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos):



Núcleo Residencial Córrego do Pium.

A implantação do projeto contemplou a recomposição da tubulação rede de drenagem do córrego, recomposição da rede de drenagem de águas pluviais, ligação do esgotamento sanitário irregular no posto de visita da SANASA, recomposição geotécnica dos taludes da APP, instalação de equipamentos de lazer (playground, academia de terceira idade, mesas e bancos de concretos, lixeiras), instalação de postes de iluminação fotovoltaica, pista de caminhada, plantio de mudas para arborização das áreas de lazer, reflorestamento da APP, retirada e destinação dos resíduos, retirada de moradias e construções irregulares na APP.

Abaixo ilustração da área após reflorestamento da APP e pista de caminhada, Academia da Terceira Idade (ATI) e Playground Infantil com postes de iluminação

fotovoltaica; e iluminação fotovoltaica, construção de calçada e área de descanso, recomposição geotécnica dos taludes da APP, recomposição da tubulação rede de drenagem do córrego.



Núcleo Residencial Córrego do Pium.



Núcleo Residencial Córrego do Pium.

3.4.2. Sistema de Identificação Digital de Árvores (SID)



Sistema de Identificação Digital



PREFEITURA DE CAMPINAS
Um novo tempo para nossa cidade.



No ano de 2015 efetivamos o Sistema de Identificação Digital das Árvores (SID) plantadas no município de Campinas via Termos de Compromissos Ambiental (TCA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). O sistema funciona por meio de aparelhos digitais (*tablets e smartphones*) conectados à *internet*. Por meio da identificação pode-se obter todas as informações referente a árvore plantada, tais como o nome popular, nome científico, localização geográfica, informações gerais, realização de vistorias, tendo também um cunho de educação ambiental conforme relatado pela Comissão de Educação Ambiental.

O objetivo é inventariar as árvores do município de Campinas, promover informação e educação ambiental aos munícipes e dar celeridade e informações a fiscalização por parte dos técnicos da SVDS. O SID também funciona como uma forma de vistoria digital dos plantios, permitindo celeridade nas vistorias técnicas.

PROJETOS REALIZADOS

CIDADE JUDICIÁRIA

O projeto piloto se deu na Cidade Judiciária, em 21 de fevereiro de 2014, com o plantio e identificação de 249 mudas e identificação de 377 árvores adultas, totalizando 926 árvores com QR Code.

ÁRVORES IMUNES AO CORTE

O projeto de identificação com QR Code das árvores imunes ao corte se destaca dentre os demais pela importância da divulgação da proibição ao corte de certas árvores.

A Lei Municipal 8.744 de 14/01/1996 declarou imunes ao corte mais de 230 árvores espalhadas por Campinas devido a sua raridade, beleza e/ou

Lote D1 de projetos:

[Centro de Convivência](#)

[APP do Jd. Miranda](#)

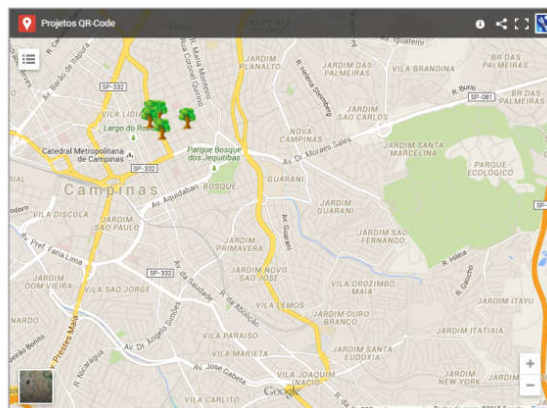
[Praça Carlos Gomes](#)

[Parco Municipal](#)

[Largo das Andorinhas](#)



PREFEITURA DE CAMPINAS
Um novo tempo para nossa cidade.



Sistema de Identificação Digital de Árvores.

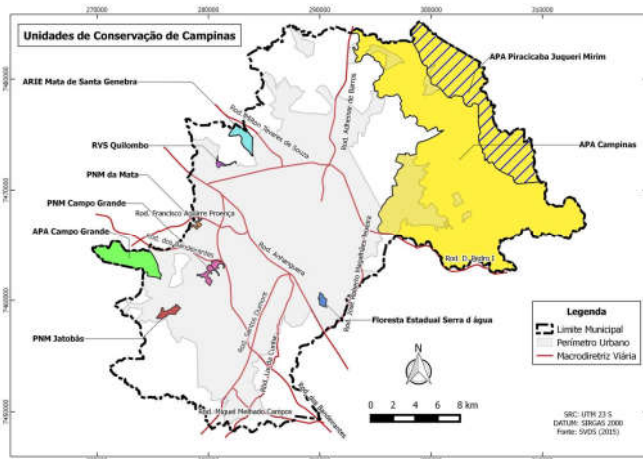
Projetos de identificação digital de árvores estão sendo efetivados em diversas áreas do município. As árvores mapeadas e identificadas podem ser visualizadas no Portal <http://ambientecampinas.wix.com/qrcode#!como-utilizar>

Em 2016, o projeto começou a ser reavaliado, com a discussão do aprimoramento do Sistema, visando principalmente a otimização de recursos e estabelecendo a definição de normativas específicas para consolidação do projeto. Como resultado dessa reavaliação foi publicada, em 30 de setembro de 2016, a Resolução nº 17/16 que regulamenta a alínea K do inciso II do artigo 2º do Decreto 18859 de 2015.

3.4.3. Unidades de Conservação - UC

As Unidades de Conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. O estabelecimento de Unidades de Conservação é considerado uma das melhores estratégias para a conservação e preservação da Biodiversidade.

Em Campinas estão inseridas 9 Unidades de Conservação (UC) especializadas no Mapa a seguir:



Unidades de Conservação de Campinas (SVDS, 2015).

A principal atividade durante o ano de 2015 e primeiro semestre de 2016 foi a efetivação do contrato do Plano de Manejo da APA Campinas e alterações do termo de referência para contratação do Plano de manejo da APA Campo Grande que serão viabilizados por recursos do PROAMB, e a seguir apresentamos alguns projetos em andamento para consolidação das Unidades de Conservação.

3.4.3.1. Área de Proteção Ambiental Municipal de Campinas – APA Campinas

A APA de Campinas, criada por meio da Lei Municipal nº 10.850/01, é a unidade de conservação municipal mais antiga de Campinas, abrangendo aproximadamente um terço do território e conta com um conselho ativo – o CONGEAPA – e com regramento que vem garantindo sua qualidade ambiental ao longo dos anos.

O Plano de Manejo é definido pela Lei Federal nº 9.985/00 como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Um plano de manejo deve ser revisado a cada 5 anos, a fim de que as normativas mantenham-se atualizadas e condizentes com a realidade. No entanto, esse prazo expirou há 10 anos, havendo dificuldade na tomada de decisão no cotidiano de sua gestão.

Assim, após muito trabalho em conjunto com o Conselho Gestor da APA Campinas (CONGEAPA), foi elaborado o termo de referência para a contratação do serviço de elaboração do Plano de Manejo, bem como foi percorrido todo o processo licitatório para tal.

Esse serviço será realizado em 12 meses e contará com diagnóstico da área, análise e possível redefinição do zoneamento com as respectivas diretrizes e restrições para cada zona. Além disso, deve ser definido programa de gestão para a APA e todo esse processo se dará com intensa participação popular por meio de oficinas em diferentes etapas desse processo.

Toda a elaboração do plano de manejo será acompanhada e validada por um grupo criado com integrantes da SVDS, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Fundação José Pedro de Oliveira e Congeapa.

Em 06 de junho de 2016 foi assinada a Ordem de Serviço para início dos trabalhos da empresa vencedora da licitação.

Sobre a elaboração do plano de manejo, foi aprovado o Plano de trabalho e está em fase a finalização do diagnóstico. Foram realizadas duas oficinas de diagnóstico, divulgadas pelo banner a seguir:



Mais informações sobre o edital da Concorrência 006/15 podem ser obtidas pelo site:

<http://licitacoes.campinas.sp.gov.br/>

3.4.3.2. Área de Proteção Ambiental Municipal do Campo Grande – APA Campo Grande

O projeto básico para contratação de equipe para elaboração do Plano de Manejo da APA Campo Grande foi elaborado pela SVDS, porém, com a experiência vivenciada no processo licitatório do Plano de Manejo da APA de Campinas, notou-se que fazendo algumas adequações, a análise poderia ser mais rápida. Assim, o projeto básico passou por alterações. Além disso, foi feita a sinalização dessa região em parceria com a EMDEC.



Crédito da imagem: Antônio de Oliveira.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=27663>

3.4.3.3. Parque Natural Municipal dos Jatobás e Parque Natural Municipal do Campo Grande

A equipe SVDS estabeleceu uma proposta de elaboração de apenas uma licitação para a contratação de ambos os Planos de Manejo visando uma gestão em mosaico.

O projeto básico para contratação de equipe para elaboração dos Planos de Manejo foi elaborado pela SVDS, porém, com a experiência vivenciada no processo licitatório do Plano de Manejo da APA de Campinas, notou-se que fazendo algumas adequações, a análise poderia ser mais rápida. Assim, o projeto básico está sofrendo alterações, com previsão para publicação do edital no segundo semestre de 2016.

Para os Parques Naturais Municipais, por tratarem-se de Unidades de Conservação de Proteção Integral, estão sendo realizados estudos e reuniões, viabilização de parcerias com proprietários e estabelecimento de procedimentos na Prefeitura, como memorial descritivo, estudo de valoração de terra e viabilização do processo de desapropriação dessas áreas.

3.4.3.4. Área de Relevante Interesse Ecológico Federal da Mata Santa Genebra – ARIE Mata Santa Genebra

Estão sendo elaborados trabalhos em parceria com a FJPO, para o estabelecimento de corredores ecológicos visando a conexão da Mata de Santa Genebra com outros fragmentos do município. O traçado foi pensado conjuntamente, tendo sido solicitado recurso para a Câmara de Compensação Ambiental para esse fim.

A SVDS participa do Conselho Administrativo da FJPO e do Conselho Consultivo da ARIE MSG, acompanhando as reuniões e colaborando para a construção do regimento interno, o qual foi finalizado e aguarda a aprovação do Instituto Chico Mendes (ICMbio).

3.4.3.5. Área de Proteção Ambiental Estadual do Piracicaba Juqueri/Mirim - APA Piracicaba Juqueri/Mirim

A SVDS, como conselheira dessa UC, atuou ativamente nas reuniões para discussão do Plano de Manejo da APA Piracicaba Juqueri/Mirim área II, gerida pela Fundação Florestal. A primeira etapa do Plano de Manejo foi concluída, com diagnóstico, zoneamento e normativa para cada zona. Ainda devem ser elaborados os programas e passar pela aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) para finalização desse processo.

3.4.4. Plano Municipal do Verde (PMV)

O Plano Municipal do Verde, instituído pelo Decreto nº 19.167/16, teve início em novembro de 2014 e foi concluído em abril de 2016.

Foi elaborado com a participação de várias pastas municipais (Gabinete do Prefeito, SVDS, SMCAIS, SMAJ, SMC, SMCOM, SMDEST, SMEE, SMEL, SMF, SEHAB, SEINFRA, SEPLAN, SMS, SMSP, SEMURB, SMCASP, EMDEC, FJPO, SANASA), contando com um processo dinâmico e intenso da urbanização e ausência de planejamento muitas vezes negligenciam a demanda e o cuidado com as Áreas Verdes, resultando na redução da cobertura vegetal e carência de espaços públicos comuns. No entanto, a busca pela melhoria na qualidade de vida da população nos centros urbanos e pela sustentabilidade ambiental está vinculada fortemente à gestão das Áreas Verdes. Essa relação consiste principalmente na promoção do bem-estar e

saúde da população, manutenção e melhoria da biodiversidade dos ecossistemas, bem como em benefícios econômicos relevantes.

O Plano Municipal do Verde é um documento norteador e unificador, com diretrizes estabelecidas e metas bem delineadas para uma gestão eficaz, eficiente e integrada das Áreas Verdes no município de Campinas.



Ou seja, é um instrumento que, através do diagnóstico da situação atual que levou ao estabelecimento de programas e ações, visa assegurar a quantidade e a qualidade das áreas verdes do município, incluindo as áreas com função social (parques e bosques) e também as de função ecológica (matas ciliares de rios e nascentes, fragmentos florestais existentes, corredores ecológicos de fauna).

Pela definição de programas e ações para os próximos 10 anos, necessários para efetivar e consolidar o Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação – SAV-UC, que vão além das atividades de recuperação ambiental e manejo, abrangendo também esforços na criação de novos mecanismos para fortalecer a ocupação dos espaços públicos, readequações à estrutura organizacional e procedimental, além de utilizar e otimizar os instrumentos que o município já dispõe (legislação, projetos em andamento, Banco de Áreas Verdes, Licenciamento Ambiental etc.).

Como benefícios para Campinas, tem-se a garantia da função social das áreas verdes por meio do uso adequado desses espaços, promoção de atividades de esporte, lazer e cultura, revitalização dessas áreas, instalação de equipamentos públicos, que atendam inclusive pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, garantia de segurança e acessibilidade com novas áreas distribuídas pela cidade atendendo toda a população. Além disso, a garantia e promoção da biodiversidade por meio da conectividade entre áreas ecologicamente importantes para conservação; ações de

manejo de espécie exótica invasora; controle de queimadas; proteção de áreas naturais; e recuperação estratégica em núcleos prioritários.

Para a gestão ambiental, a conceituação, o conhecimento da localização e a classificação das Áreas Verdes foi um marco sobre o reconhecimento dessas áreas no município. Ademais, o PMV identificou os déficits das Áreas Verdes Sociais, realizou o levantamento das áreas prioritárias para recuperação e conservação e propôs um novo Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação, que são de fundamental importância para que o poder público possa direcionar suas ações no controle, manutenção e ampliação, permitindo minimizar os problemas e as carências relacionadas com a gestão das Áreas Verdes.



O Plano Municipal do Verde contemplou também o Plano Municipal da Mata Atlântica. Nesse contexto, a Constituição Federal reconhece a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional e, conforme a Lei 11.428/06 que dispõe sobre “a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica”, os municípios que possuam o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA) poderão ser beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, para que possam desenvolver projetos que envolvam a conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou restauração de áreas. Considerando a importância do PMMA para Campinas, o mesmo é parte integrante do PMV, de forma que as análises a respeito da Mata Atlântica no território consideram o conjunto das demais Áreas Verdes, bem como identificou possíveis conexões e formação de corredores ecológicos.

Assim com o Plano Municipal de Recursos Hídricos, o modelo de planejamento participativo incorporou oficinas e consulta pública que objetivaram além da apropriação da população sobre o tema e a coleta das necessidades e propostas sobre as Áreas Verdes, ampliar o conhecimento da equipe técnica sobre o território e capacitar a população para as consultas e audiência pública, no sentido de contribuir com propostas no debate do Plano Municipal do Verde. Ao todo foram 6 oficinas,

cinco espalhadas pelo território de Campinas, uma oficina com o setor rural e instituições técnicas e de pesquisa. Também foram realizadas duas oficinas com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) em parceria com a SOS Mata Atlântica. Ademais, foi disponibilizado um Questionário *Online* no período de março a junho de 2015, com 241 participações.

O PMV contempla 07 Programas, 23 atividades, proposição de 49 trechos de Parques Lineares, que abrangerão 940 ha, de 1.677 ha de áreas protegidas, 280 km de Linha de Conectividade para implantação de corredores ecológicos, 1.590 ha de Áreas de Preservação Permanente recuperadas, 2.650.530 mudas³⁵, 6 núcleos de conectividade prioritários, 10 anos para implantação, Índice de Área Verde Social atual: 6,2 m²/hab, Índice de Área Verde Social 2020 (m²/hab): 9,0 m²/hab³⁶, Índice de Área Verde Social 2025 (m²/hab): 12,8m²/hab³⁷, Índice de Área Verde: 87 m²/hab, que será mantido com a implantação do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação até 2025.

No segundo semestre de 2016, após a publicação do Decreto do PMV, iniciaram-se as ações de implementação dos programas do PMV e PMRH.

Quanto aos Núcleos relacionados ao PMV destacam-se o de Parques Lineares, Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação.

Os avanços do programa de Unidades de Conservação foram descritos anteriormente.

O Programa de Implantação de Corredores Ecológicos publicou quatro Resoluções estabelecendo diretrizes gerais para a Área de Influência da Linha de Conectividade e trechos de corredores ecológicos, são elas a de nº 12, 13, 20 e 21 de 2016.

O núcleo que atende ao Programa de Parques Lineares elaborou o Termo de Referência para contratação do Estudo de Viabilidade dos 49 trechos de parques lineares propostos no PMV, acompanhado pelo protocolo 2016-000-693981, que encontra-se em análise pela Secretaria Municipal de Finanças.

Também foi aberto o protocolo 2016-10-19512 que solicita a reserva das áreas públicas que incidem em Parques Lineares para reserva ao BAV.

³⁵ Considerou-se 1.667 mudas/hectare.

³⁶ Implantação das Classes 1 e 2 de prioridade de Parques Lineares.

³⁷ Implantação das Classes 3, 4 e 5 de prioridade de Parques Lineares.



O Censo da Economia Verde é uma iniciativa pioneira que consiste em mapear e colocar em contato municípios, empresas, entidades e demais atores que desenvolvem atividades ambientalmente sustentáveis e/ou que estejam associadas ou favoreçam a economia verde, de baixa intensidade de carbono ou criativa em Campinas. Por meio de um Portal, os cidadãos poderão localizar essas iniciativas na proximidade da sua casa e, por meio de uma plataforma interativa, entrar em contato com aquele fornecedor. Além disso, os cidadãos poderão encontrar os pontos de descarte de recicláveis em Campinas, organizados por categoria e localizados no mapa, por endereço.

O Portal já está implementado e a versão mobile do sistema encontra-se em fase de testes para permitir que o usuário possa acessar o Portal de forma remota, através do celular. A busca ativa pelos diversos atores do Censo está em execução e será realizada de forma contínua.

4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

Em 2016 sedimentou-se e aperfeiçoou-se as ações do DPBEA iniciadas em 2015, tais como: castração de cães e gatos, cadastramento, microchipagem, atenção aos animais doentes e atropelados em vias públicas, captura de grandes animais, vistoria aos casos de maus tratos, feiras de doação de animais, plantão 24 horas, dentre outras.

No segundo semestre deste ano ainda teve início o programa de voluntariado, reunindo interessados previamente cadastrados no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas e iniciando-se o processo de distribuição de atividades de proteção animal e de apoio ao Departamento e também o programa de apoio aos animais dos moradores de rua.

A demanda real de serviços era anteriormente desconhecida, a partir de dados coletados, novos serviços foram propostos e apresentados para financiamento ao Conselho Diretor do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB). Diante deste cenário de modelagem do DPBEA a realidade, a compra de novos serviços e produtos foi aprovada. Dentre os serviços contratados destacamos os exames radiográficos e de ultrassom, as cirurgias de tecidos moles e ortopédicas e o serviço especializado de atendimento de urgência (SAMU Animal), devido principalmente a percepção de que o número de atropelamentos de animais no município é grande e necessita de atendimento especializado, diminuindo o tempo de permanência do animal nas instalações do DPBEA e oferecendo a estes uma melhor qualidade de vida. Ainda foram aprovadas a compra de serviço de acolhimento, recuperação e soltura de animais selvagens, captura de grandes animais, alojamento de cães e gatos, além da compra de vacinas (cinomose, parvovirose, leptospirose, hepatite infecciosa canina) e analisador hematológico e bioquímico).

Outra ação que teve continuidade foi o apoio técnico do DPBEA a municípios do Brasil com interesse em implantar serviços semelhantes, tais como o de São Gonçalo (RJ) e Várzea Paulista (SP), que visitaram o Departamento na primeiro semestre de 2016, além de outros que agendaram visitas ou mesmo solicitaram informações técnicas.

Na área de animais selvagens, técnicos do DPBEA passaram a participar do projeto de Levantamento Genealógico dos Felinos Selvagens Cativos no Brasil, além de esforços para coleta e congelamento de sêmen de onças (*Panthera onca*). Considerando a importância destes animais enquanto topo de cadeia na manutenção dos biomas brasileiros, a organização dos “estoques” genéticos encontrados nos cativeiros é de suma importância, não só para conservação dos biomas da região de Campinas, mas os de todo o Brasil.

Iniciou-se ainda o Projeto de Pesquisa com as capivaras residentes no Parque Portugal de Campinas, onde estas foram capturadas, passaram por “laqueadura” (fêmeas) e “vasectomia” (machos) e posteriormente recolocadas em vida livre. Aproveitando o esforço de pesquisa vários estudos concomitantes foram realizados: prevalência de endoparasitos, prevalência de ectoparasitos ante e pós tratamento com carrapaticida, padronização de contenção química frente a dois protocolos (Tiletamina/Zolazepam e Cetamina/Xilazina), padronização eletrocardiográfica (frente aos dois protocolos anestésicos), técnica cirúrgica de salpingectomia com acesso lateral e com pequena incisão, técnica cirúrgica epididimioectomia em machos, além dos estudos de dinâmica populacional que estão em curso. O projeto em epígrafe tem o objetivo de encontrar alternativas viáveis ao controle populacional de capivaras e seus ectoparasitos em parques públicos.

Outra realização importante foi a entrega para o Executivo Municipal, pela Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais da Câmara dos Vereadores de Campinas, do “Estatuto dos Animais”, peça com cerca de 100 Artigos que foi trabalhada exaustivamente pelo DPBEA, Câmara dos Vereadores e sociedade civil. Este anteprojeto, que agora tramita pelo executivo municipal, é um importante instrumento nos vários aspectos da questão animal, conferindo o poder a Prefeitura de disciplinar a questão, promover educação além de sanções administrativas. Existe a expectativa que este seja enviado brevemente à Câmara dos Vereadores para aprovação.

Dentre outras atividades descritas no relatório anterior (2015) destacamos no ano de 2016 a vigência do Termo de Cooperação Técnica com o Centro de Monitoramento Animal (CEMA) da UNICAMP. No que tange os projetos de pesquisa em parceria com

a UNICAMP (laboratórios de virologia e parasitologia) e UNIP estes continuam a ser executados (figura 99), assim como outras ações descritas em relatórios anteriores de apoio a atividades da SVDS.



Castramóvel na área rural de Campinas, bairros Carlos Gomes e Gargantilha. Castração microchipagem e cadastramento dos animais.



Animal atropelado atendido, recuperado e doado pelo DPBEA.



Animal doado pelo DPBEA.



Atividade de doação, microchipagem e cadastramento de animais do DPBEA, durante o "Dia do Morcego"



Atividade de doação, microchipagem e cadastramento de animais do DPBEA, durante o "Pet Passeio".



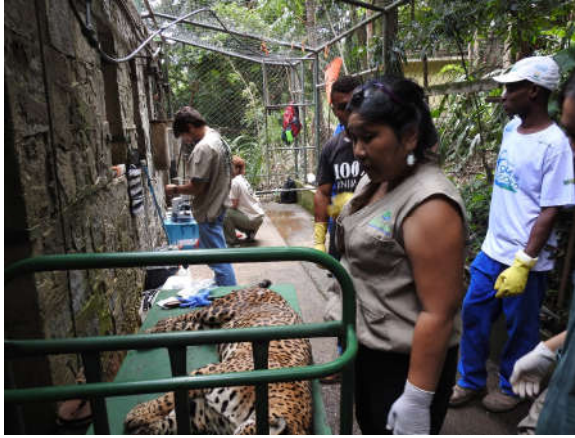
Vacinação, microchipagem e cadastramento dos animais sobre a guarda de moradores em situação de rua.



Programa de Voluntários do DPBEA em conjunto com o "Renova Campinas.
Reunião no Salão Vermelho



Visita da Prefeitura de São Gonçalo, RJ, ao DPBEA, detalhe da rotina do castramóvel.



Onça (*Panthera onca*) anestesiada para procedimento de coleta de sêmen.



Avaliação e congelamento do sêmen coletado de onça (*Panthera onca*).



Procedimento de "vasectomia" e "laqueadura" das capivaras do Parque Portugal de Campinas.



Capivaras com marcação na orelha para estudos de dinâmica populacional.



Aplicação de carrapaticida em capivaras do Parque Portugal através da utilização de dardo e zarabatana adaptados.



Atividade conjunta entre DPBEA e CEMA da UNICAMP, para captura e recolocação de animal selvagem encontrado dentro do campus.



Captura de morcego para estudo de metagenômica da microbiota associada, projeto de pesquisa em parceria com o laboratório de virologia da UNICAMP.



Cerimônia de entrega do texto do "Estatuto dos Animais" ao Prefeito de Campinas.

4.1. Área de Planejamento

No sentido de adequar os serviços prestados pelo DPBEA as demandas, novas contratações foram encaminhadas para serem financiadas pelo PROAMB, a saber:

4.1.1. Projeto de vacinação com vacina polivalente (cinomose, hepatite, leptospirose, parvovirose, coronavirose) dos cães que passarem pelo procedimento de castração e aqueles doados pelo DPBEA ou sobre a guarda deste.

Em estudos anteriores observamos que existe uma tendência dos animais castrados, em determinadas situações morrerem de doenças comuns a espécie, como a cinomose, por exemplo, e serem substituídos por outros animais não castrados, perdendo-se o “tratamento” castração. A vacinação garantiria que os cães ficassem livres de doenças de alta letalidade para espécie, evitando a sua morte e a subsequente substituição por animais não castrados.

O processo licitatório foi finalizado com vencedor, aguardando apenas a Ordem de Fornecimento.

4.1.2. Contratação de serviço de radiologia e ultrassonografia para cães e gatos.

Normalmente nos casos de animais atropelados o diagnóstico radiológico e/ou ultrasonográfico é imprescindível para a condução exitosa do tratamento. Neste caso a aquisição de equipamentos de radiologia e/ou ultrassonografia representaria um ônus muito maior para municipalidade do que a compra do serviço.

O Edital do processo licitatório publicado.

4.1.3. Serviço de remoção e atendimento médico veterinário de urgência (SAMU animal).

Por ocasião do planejamento das atividades do DPBEA não se tinha noção do tamanho de tais demandas, porém agora sabemos serem frequentes (pelo menos 3 por semana), e seu atendimento é inevitável não só devido aos aspectos éticos, mas também a grande comoção social que causa um animal atropelado em uma via pública, sem atendimento ou com a demora do mesmo pelo poder público. O papel desta contratação é o de dar qualidade e celeridade ao atendimento ao animal atropelado, evitando o chamado “segundo trauma” o que gera maior sofrimento aos animais e maior custo ao poder público.

4.1.4. Aquisição de um analisador hematológico e de um bioquímico e seus respectivos reagentes.

Os exames de hemograma e bioquímico de sangue são de uso corriqueiro na clínica médico veterinária e, portanto, importantes para se precisar os diagnósticos e direcionar os tratamentos dos animais sobre a guarda da municipalidade. O DPBEA possui instalações físicas de laboratório, facilitando e barateando a realização destes exames.

O analisador hematológico foi adquirido e encontra-se funcionando no laboratório do DPBEA, oferecendo um importante apoio diagnóstico no tratamento dos animais domésticos recebidos pelo Departamento.

O analisador bioquímico teve a licitação deserta e, portanto, será aberto novo certame.

4.1.5. Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014).

A ONG Associação Mata Ciliar foi cadastrada junto a Prefeitura Municipal de Campinas, e o termo de convênio atualizado está sobre avaliação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura para ser assinado pelas partes.

4.1.6. Projeto de contratação de caminhão com motorista e ajudantes para captura de Grandes Animais no município.

Frequentemente a municipalidade é demandada pelo aparecimento de grandes animais (cavalos e vacas) soltos em vias e logradouros públicos, com risco para os animais e para os motoristas e pedestres, ocorrências estas que sem o auxílio de um caminhão adaptado para o transporte de animais e equipe especializada, não tem como serem atendidas.

O processo licitatório encontra-se em análise jurídica.

4.1.7. Contratação de serviço de cirurgia de tecidos moles e duros (ortopédicas).

Na grande maioria dos casos de animais vítimas de atropelamentos é necessária a intervenção cirúrgica, principalmente aquelas realizadas em tecidos duros (ossos, cirurgias ortopédicas) que demandam médico veterinário especializado, ferramentas, aparelhagem e materiais específicos (placas, parafusos, pinos intramedulares, dentre outros). Uma ação corretiva eficiente diminui o sofrimento do animal e o coloca em condições para doação em um período menor de tempo, diminuindo os custos para a municipalidade.

4.1.8. Elaboração de um sistema de informação informatizado de levantamento da população de animais selvagens do município e dos microrganismos associados a esta (PROAMB 2015).

Esta parte do sistema Arquimedes é bem mais complexa e foi no segundo semestre de 2015 estudada em sua estrutura lógica, fluxograma e na composição de consultas e bancos de dados a serem relacionados, por técnicos da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Num segundo momento terá seu orçamento de programação e produção realizado pela IMA. A estimativa é que esteja disponível para utilização no primeiro semestre de 2017.

O sistema encontra-se em fase de estudos técnicos.

4.1.9. Elaboração de Projeto Executivo para construção do Centro de Recuperação e Soltura de Animais Selvagens (CRAS) de Campinas (PROAMB 2015).

Este projeto dispõe de área para ser implantado o referido equipamento público, está aguardando estudos técnicos, no que tange as características da construção.

4.1.10. Projeto de produção e apresentação de peças teatrais previamente aos procedimentos de castração cirúrgica.

Este Projeto envolve a apresentação de peças teatrais nas regiões onde serão realizadas as castrações, estimulando as pessoas a castrarem seus animais, divulgando a atividade, informando sobre as medidas pré e pós cirúrgicas, sobre bem-estar animal, dentre outras. O processo encontra-se em fase de avaliação das peças e temas a serem escolhidos.

4.2. Participação do DPBEA em outros resultados junto a outras áreas da SVDS.

- Participação no Comitê Gestor do PROAMB;
- Participação no Projeto De Corredor de Fauna, em conjunto com grupo técnico da SVDS e UNICAMP;
- Participação na Junta Administrativa do Departamento de Licenciamento Ambiental;
- Participação no Grupo técnico de Educação Ambiental da SVDS.

4.3. Participação do DPBEA em projetos com setores ligados a Administração Pública.

- Elaboração do Estatuto dos Animais em conjunto com a Comissão Permanente de Proteção e Defesa dos Animais da Prefeitura Municipal de Campinas e sociedade civil. Estatuto em fase final de construção;
- Ações em conjunto com a Guarda Municipal para coibir maus tratos de animais e a venda não autorizada de animais em vias e logradouros públicos.

4.4. Área Fim – Atividades DPBEA

Além do acima apresentado, a seguir destacamos as atividades de atendimento direto a população e aos animais sobre a guarda da municipalidade.

Compilado de ações DPBEA - 2016

| Ações | PRIMEIRO SEMESTRE | SEGUNDO SEMESTRE | TOTAL |
|--------------------------------------|-------------------|------------------|-------|
| Maus tratos cães e gatos/prop. | 316 | 308 | 624 |
| Cão/gato abandonado | 170 | 316 | 486 |
| Cão/gato atropelado | 113 | 100 | 213 |
| Cão/gato doente via pública | 84 | 79 | 163 |
| Grandes animais soltos vias públicas | 91 | 14 | 105 |
| Acompanhamento clínico | 319 | 299 | 618 |
| Movimentação pequenos animais | | | |
| Entrada de pequenos animais | 255 | 331 | 586 |
| Saída de pequenos animais | 195 | 243 | 438 |

5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, criada pela Lei Complementar nº 59/2013, possui em sua estrutura as seguintes competências:

- I. Organizar e coordenar a fiscalização ambiental para o controle e monitoramento das potenciais fontes de poluição existentes em todo o território do Município, em conjunto com outros serviços de fiscalização da Administração Municipal e de outros órgãos estaduais e federais;
- II. Exercer o poder de polícia administrativa e gerenciar a imposição de penalidades;
- III. Elaborar e manter atualizados os cadastros e regimentos relativos a controle ambiental;
- IV. Propor, executar e participar de planos e projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental;
- V. Participar, com os órgãos competentes, dos governos Estadual e Federal no controle, vigilância e fiscalização da produção, armazenamento, transporte, comercialização, uso e destino final de substâncias, bem como do uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco, efetivo ou potencial, para a qualidade de vida e do meio ambiente;
- VI. Divulgar para a comunidade, por meio de relatórios anuais, as ações de fiscalização e resultados do controle e monitoramento realizados pela Coordenadoria, inclusive no site da Prefeitura Municipal de Campinas;
- VII. Proceder a outras medidas tendentes a dar o bom andamento dos trabalhos.

5.1. Fiscalização Corretiva

A fiscalização ambiental corretiva é a atribuição principal da Coordenadoria, demandando esforços de todos os funcionários para proporcionar um atendimento rápido e eficaz às solicitações apresentadas pela sociedade, atuando prioritariamente nas seguintes áreas:

- Atendimento das demandas da população através de solicitação de protocolados e

de 156;

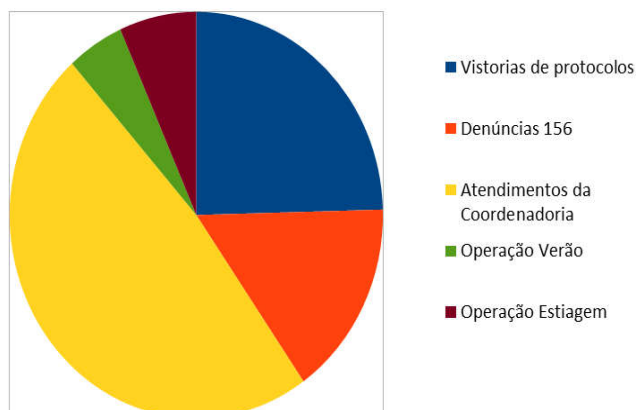
- Atendimento das demandas dos Departamentos de Licenciamento Ambiental, Verde e Proteção e Bem-Estar Animal;
- Atendimento de demandas de outras Secretarias e Autarquias como Serviços Públicos, Urbanismo, Planejamento, Infraestrutura, Defesa Civil e SANASA;
- Atendimento de demandas externas, como Câmara de Vereadores, Promotoria de Justiça, Ouvidoria Pública, CETESB; e
- Aplicação da legislação ambiental através de autos de inspeção, advertência, multa, embargo e interdição.

5.2. Vistorias

Na tabela abaixo apresentamos os atendimentos realizados pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental no ano de 2016:

| Tipo de atendimento | Jan/Jun | Jul/Dez | Total |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Vistorias de protocolos | 356 | 377 | 733 |
| Denúncias 156 | 196 | 272 | 468 |
| Atendimentos da Coordenadoria | 606 | 830 | 1436 |
| Operação Verão | 84 | 63 | 147 |
| Operação Estiagem | 57 | 142 | 199 |
| TOTAL | 1299 | 1684 | 2983 |

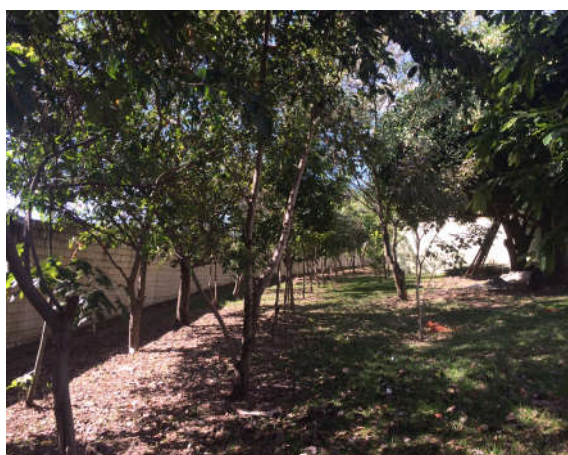
A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental realizou, no ano de 2016, 2983 atendimentos, demonstrados no gráfico a seguir.



Abaixo, apresentamos imagens de algumas das vistorias realizadas pelo Setor de Fiscalização Ambiental:



Empresa potencialmente poluidora.



Plantio compensatório – Área de recuperação ambiental.



Obra de terraplanagem.



Obra de edificação.

5.2.2. Autos de Infração

Amparada pela Lei Complementar nº 49/13 e pelo Decreto Municipal nº18.705/15, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplica as penalidades de advertência, multa simples, multa diária, embargo e interdição, visando coibir práticas lesivas ao meio ambiente.

No ano de 2016 foram aplicadas 146 penalidades, assim distribuídas:

Autos de Infração

| Autos de Infração | Jan-Jun | Jul-Dez | Total |
|-------------------|---------|---------|-------|
| Advertência | 21 | 18 | 39 |
| Multa Simples | 51 | 51 | 102 |
| Multa Diária | 0 | 1 | 1 |
| Embargo | 2 | 2 | 4 |

| | | | |
|--------------|-----------|-----------|------------|
| Interdição | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 75 | 72 | 146 |

Os autos de infração aplicados referem-se a ações que violaram as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como as exigências técnicas constantes das licenças ambientais.

As principais infrações autuadas foram supressão de vegetação, operação sem as devidas licenças ambientais e movimentação irregular de terra.

Apresentamos a seguir os dados de aplicação e arrecadação dos Autos de Multa no ano de 2016:

Autos de Infração

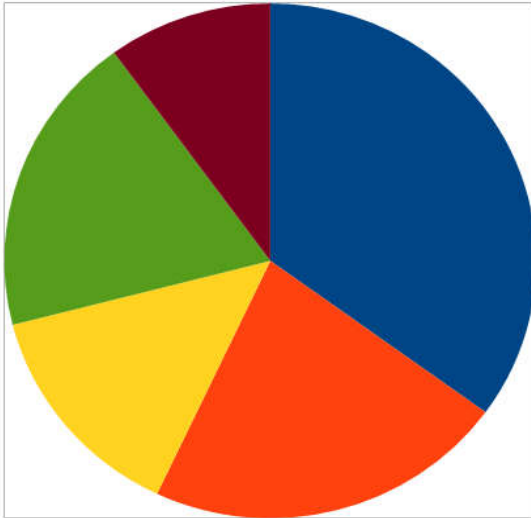
| Autos de Infração – Imposição Penalidade de Multa | |
|---|-----------------------|
| Multas Emitidas – Valor Integral* | R\$ 1.185.781,81 |
| Multas Emitidas – Valor após TAC | R\$ 1.171.114,86 |
| Total arrecadado | R\$ 385.295,31 |

* Antes de eventuais recursos ou dos descontos decorrentes da assinatura de TACs.

Balanço dos Autos de Infração

| Balanço | | |
|---------|--|---------|
| 51 | Autos de Multa | 100,00% |
| 16 | Pagos | 35,00% |
| 21 | Em análise (Recurso) | 22,00% |
| 0 | Dívida Ativa | 14,00% |
| 14 | Dívida Corrente (Prazo para pagamento) | 19,00% |

| | | |
|---|--------------------------------|--------|
| o | Recurso Integralmente Deferido | 10,00% |
|---|--------------------------------|--------|



- Pagos
- Em análise (Recurso ou prazo)
- Dívida Ativa
- Dívida Corrente (Prazo para pagamento)
- Recurso Integralmente Deferido

A aplicação de penalidades pela Coordenadoria segue o rito estabelecido no Decreto Municipal nº18.705/2015 que determina a criação da Junta Administrativa de Recursos – JAR para apreciação dos recursos impetrados em face das sanções administrativas impostas.

A Coordenadoria participa desta avaliação através de um membro suplente, podendo os fiscais e coordenador ser convidados a colaborar na análise.

5.2.3. COLAB

O COLAB é um serviço “on-line” voltado ao atendimento de reivindicações da população, através do qual o cidadão pode fiscalizar, propor e avaliar melhorias para o serviço público em uma rede social criada para esse propósito. A pessoa pode se relacionar em tempo real com a Prefeitura na “web” pelo endereço (www.colab.re) e também por meio de aplicativos móveis (“smartphones” e “tablets”) gratuitos, nas versões Android e iOS.

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental atendeu, no ano de 2016, 112 demandas do aplicativo, perfazendo 97% da demanda apresentada.

5.3. Fiscalização Preventiva

Um dos objetivos desta Coordenadoria é investir em fiscalização preventiva, impedindo a ocorrência de danos ambientais e diminuindo necessidade de aplicação das medidas punitivas.

Este tipo de fiscalização visa informar a sociedade sobre a necessidade de preservar o meio ambiente assim como integrar a fiscalização ambiental com os outros setores da Secretaria e da Prefeitura.

A atuação preventiva tem ocorrido prioritariamente nas seguintes áreas:

- Operação Verão;
- Operação Estiagem;
- Operação Perigo Aviário;
- Parceria com a Guarda Municipal de Campinas;
- Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses; e
- Atividades licenciáveis – Resolução Normativa do Consema 01/2014.

5.3.1. Operação Verão

A Operação Verão iniciou-se no mês de novembro de 2015, estendendo-se até abril de 2016.

Esta ação é coordenada pela Defesa Civil e conta também com a participação das Secretarias de Saúde e Serviços Públicos e da Guarda Municipal de Campinas.

Neste ano a CFA vistoriou 84 pontos em córregos da cidade, encaminhando relatórios para a Secretaria de Serviços Públicos para a realização das ações de desassoreamento.



Desassoreamento.



Desbarrancamento de córrego.

5.3.2. Operação Estiagem

Iniciada em abril, estendendo-se até o mês de outubro de 2016, tem como objetivo principal monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar.

A CFA participa, em conjunto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio.

Esta Operação também realiza trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, através da entrega de folders do projeto.

No ano de 2016 a fiscalização esteve em 199 pontos de descarte de resíduos, encaminhando para a Secretaria de Serviços Públicos as informações necessárias para limpeza destas áreas.

Ademais, a partir deste ano a CFA passou a aplicar Autos de Infração àqueles que realizam queimadas, integrando Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Defesa Civil e Prefeitura.



Queimada em área verde e queimada em entulho

5.3.3. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas

A Guarda Municipal (GMC) possui em seu corpo técnico uma guarnição dedicada ao meio ambiente.

Em parceria com esta equipe a CFA realiza vistorias em áreas de invasão, areiros e pontos de captação de água clandestinos, aplicando, além das medidas de polícia administrativa, as de caráter penal.



Área de extração de areia

5.3.4. Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: "Sala de Situação da Dengue"

O Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses tem como atribuição precípua o acompanhamento e estabelecimento de estratégias e ações voltadas para a prevenção e combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Sua função é promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas, bem como favorecer as tomadas de decisões e agilidade nos processos administrativos necessários, operando em forma de Sala de Situação para compartilhamento de informações e análise de dados.

A SVDS é representada neste Comitê pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. Os trabalhos são pautados pelo Plano Municipal de Contingência Municipal para o Enfrentamento da Dengue e Chikungunya 2015-2016 que prevê as seguintes ações:

5.3.5. Ações de Prevenção: Rotineira, prospectiva, intervenção sobre o risco não existente.

A CFA, com vistas a fomentar ações preventivas, desenvolveu as seguintes atividades:

- Vistorias preventivas em conjunto com outras Secretarias e Órgãos visando identificar áreas verdes prioritárias para recuperação ambiental, visando evitar criadouros.
- Vistorias preventivas em conjunto com a Defesa Civil em áreas de preservação permanente – APP visando otimizar o processo de emissão do Certificado de

Dispensa de Licenciamento Ambiental – CDL para a Secretaria de Serviços Públicos realizar a limpeza e desassoreamento destes locais.

- Atividades de educação ambiental com foco no controle e prevenção da dengue e chikungunya através do programa “Guardiões da Natureza”.

5.3.6. Resposta: Intervenção sobre o risco existente.

A CFA, com vistas a fomentar ações relativas a riscos, desenvolveu as seguintes atividades:

- Priorização na análise dos processos de licenciamento ambiental relacionados ao combate da dengue e chikungunya.
- Priorização de recuperação ambiental das áreas identificadas como de risco de transmissão de dengue e chikungunya.

5.3.7. Atividades Licenciáveis – Resolução Normativa do CONSEMA 01/14

A Resolução Normativa do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) 01/14 transferiu para o município a competência para licenciar novas atividades potencial ou efetivamente poluidoras de impacto local.

Algumas empresas possuem licenças ambientais emitidas pela CETESB e, na sua renovação, deverão procurar o órgão municipal, de acordo com a referida normativa.

Com isso, o Setor de Fiscalização Ambiental iniciou um trabalho de vistorias preventivas nestas empresas visando verificar seus processos produtivos e orientar sobre o correto procedimento para o licenciamento ambiental.

Além disso, durante as vistorias de rotina a equipe está realizando o levantamento das empresas passíveis de licenciamento ambiental por bairro. Com base nestes dados a CFA tem notificado estas empresas a procurarem o Departamento de Licenciamento Ambiental para regularização.

No ano de 2016 foram realizadas 135 vistorias preventivas neste tipo de empresa.

5.4. Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de Água de Reúso

A Resolução Conjunta entre a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) e Secretaria Municipal da Saúde (SMS) para utilização de água de reúso é uma das 12 medidas de combate à crise hídrica lançadas pelo Prefeito Jonas no primeiro semestre de 2014.

A primeira etapa da consolidação dessa frente de combate à crise hídrica foi a publicação em 31 de julho de 2014, da Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 09/2014 que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais que regulamentam e estimulam a prática de reúso direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no município de Campinas.

A referida Resolução prevê que o produtor da água de reúso deverá elaborar e encaminhar a SVDS, relatórios mensais dos parâmetros analíticos realizados no período. E que a SVDS deverá receber esses relatórios, comparar com os valores definidos na referida Resolução, observar a conformidade com as exigências, durante o período relatado e, em comum acordo com a SMS, dar publicidade do recebimento e conformidade do relatório.

Desde setembro de 2014, a SANASA encaminha a SVDS, os relatórios referentes às análises mensais dos parâmetros da água produzida pela EPAR Capivari II. Para este fim, foi criado um grupo de trabalho envolvendo técnicos da SVDS e SMS através da Resolução nº 06/2015. Este grupo foi nomeado através da Portaria 85281, publicada em 20 de outubro de 2015.

O ano de 2016, o Grupo Técnico, avaliou e deliberou os 12 relatórios mensais encaminhados pela SANASA. Todos os relatórios encaminhados demonstravam que os resultados das análises laboratoriais apresentadas pela SANASA estavam dentro dos padrões determinados pela Resolução nº 09/2014.

No ano de 2016, o GT também realizou 03 vistorias em empresas produtoras de água de reúso em Campinas. Neste mesmo período, o GT voltou a EPAR para conhecer o

projeto de potabilização de água que a SANASA está realizando em parceria com Centro Internacional de Referência do Reúso da Água – CIRRA – da USP.

O Grupo Técnico também promoveu o I Encontro Técnico sobre água de reúso das equipes da SVDS e da SMS, realizado no dia 06 de abril de 2016, no CEREST.



Evento Água de Reúso

O encontro teve como objetivo proporcionar a integração e nivelamento técnico entre a SVDS e a SMS, referente ao tema água de reúso e debater sobre os encaminhamentos futuros, considerando os impactos ambientais e o risco à saúde.

Participaram do evento, 25 técnicos das duas Secretarias, os quais puderam assistir a palestra das técnicas Ivie Kawatoko (SVDS) e Heloísa Malavasi (SMS) discorrendo, respectivamente, sobre os temas de tratamento de efluentes e risco à saúde do trabalhador, referentes à Resolução conjunta nº 09/2014.



Fotos do Evento Água de Reúso

Ao final, todos os participantes tiveram a oportunidade de debater sobre os temas afetos à Resolução e sobre a possibilidade de uma revisão da mesma. Também foi enviado aos participantes todo o material apresentado e um questionário para captação de informações que possam ser úteis para a revisão da Resolução em vigor.

Todas as informações sobre o Grupo de Trabalho pode ser acessado pelo endereço:

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/agua_reuso.php

5.5. Outras participações

A fiscalização ambiental é um tema transversal na Secretaria e na Sociedade. Além das atividades descritas, participamos também dos seguintes grupos:

- Cidades Resilientes;
- Município VerdeAzul;
- Plano Municipal do Verde.

Conclusão

O esforço institucional em apresentar resultados satisfatórios e condizentes com a tônica de desenvolvimento sustentável, prioridade da Gestão Municipal, é a palavra de ordem permanente em nossas ações rotineiras.

Contamos com um corpo técnico de excelência, multidisciplinar e em constante ampliação, que acredita em sua missão, que segue um comando político-institucional claro e objetivo, com dedicação ao trabalho em grupo equiparável a equipes de grandes corporações privadas. Esta equipe é treinada e incentivada a atender ao público e interagir com os Conselhos Municipais, participar de fóruns de debate promovidos pelos órgãos de controle externo e demais segmentos da sociedade.

Pudemos verificar que o brocardo de “quem planta colhe” se efetiva com todo o investimento estrutural e jurídico, resultando em aumento de ações, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Os avanços atuais em termos de ações da nova SVDS são perceptíveis, haja visto que em 4 anos a frente da SVDS ela produziu mais de 100 legislações, produção superior aos últimos 20 anos. Mas temos a consciência de que ainda há um longo caminho a percorrer, até atingirmos as melhorias ambientais e de qualidade de vida que tais avanços objetivam. Porém, temos sido referência para outros órgãos públicos e participado de várias frentes ambientais, sejam eles: conselhos, programas ou projetos.

Para tanto, convidamos as pessoas envolvidas e preocupadas com os temas aqui abordados, que quiserem colaborar com críticas, sugestões e demandas a acessar nosso site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>) e utilizar o e-mail meioambiente@campinas.sp.gov.br para a constante melhoria de nossas ações. Desde já, nós e as gerações futuras agradecemos!

Rogério Menezes

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

E-mail: meioambiente@campinas.sp.gov.br

Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

Glossário

SVDS - Secretaria Municipal do verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

BAV - Banco de Áreas Verdes

PTA - Parecer Técnico Ambiental

TCA - Termo de Compromisso Ambiental

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TCRA - Termo de Conservação e Recuperação Ambiental

IMG - Indicadores de metas do Governo

PMI - Projext Management Institute

APOENA - Área de Proteção Estelar

JAR - Junta de Administração de Recursos

JunTA - Junta Técnica Administrativa

PNM - Parque Natural Municipal

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

ICMBio - Instituto Chico Mendes

ARES - Área de Regularização

APP - Área de Preservação Permanente

GAPE - Grupo de Análise de Projetos Especiais

PROAMB - Fundo de Meio Ambiente de Campinas

EPI - Equipamento de Proteção Individual

PRENAC - Programa de recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares

CDP - Carbon Disclosure Project

AG - Assessoria do Gabinete do Secretário da SVDS

CF - Coordenadoria Setorial Financeira

CAE - Coordenadoria Setorial Administrativa e de Expediente

CESCFM - Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais

CFA - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

DLA - Departamento de Licenciamento Ambiental

CSG - Coordenadoria Setorial de Suporte Geológico

CLA - Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local

CT-ALPS - Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais

DVDS - Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável

CPGA - Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental

CPE - Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental

CTeIA - Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais

CV - Coordenadoria Setorial do Verde

DPBEA - Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal

CGA - Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais

UC – Unidade de Conservação

GEE – Gás Efeito Estufa